



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em www.tcees.tc.br
Identificador: AFEC2-1A8AB-884F5



Ofício 05633/2022-2

Processo: 07576/2021-9

Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Levantamento

Descrição complementar: Ofício Circular - PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Criação: 08/11/2022 14:01

Origem: SGS - Secretaria-Geral das Sessões

Assunto: **Processo TC nº 7576/2021 – Acórdão TC-1108/2022 – Plenário – OFÍCIO CIRCULAR**

Senhor Presidente,

Em atendimento ao **Acórdão TC-1108/2022 – Plenário**, prolatado no processo TC nº 7576/2021, que trata de Fiscalização - Levantamento, cujo objetivo é diagnosticar a estrutura dos departamentos de contabilidade nos jurisdicionados municipais, encaminhamos cópia do referido acórdão e do Relatório de Levantamento 0002/2022-1, que também se encontram disponíveis para consulta no sítio eletrônico deste Tribunal.

Atenciosamente,

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário Geral das Sessões

(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)



Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: AFEC2-1A8AB-884F5
Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 310030003400380031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.



Assinado por
RODRIGO COELHO DO
CARMO
23/09/2022 14:45

Acórdão 01108/2022-3 - Plenário

Processo: 07576/2021-9

Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Levantamento

UGs: CMA - Câmara Municipal de Alegre, CMA - Câmara Municipal de Anchieta, CMA - Câmara Municipal de Apicá, CMA - Câmara Municipal de Aracruz, CMAB - Câmara Municipal de Águia Branca, CMAC - Câmara Municipal de Afonso Cláudio, CMAC - Câmara Municipal de Alfredo Chaves, CMADN - Câmara Municipal de Água Doce do Norte, CMARN - Câmara Municipal de Alto Rio Novo, CMAV - Câmara Municipal de Atilio Vivácqua, CMB - Câmara Municipal de Brejetuba, CMBE - Câmara Municipal de Boa Esperança, CMBG - Câmara Municipal de Baixo Guandu, CMBJN - Câmara Municipal de Bom Jesus do Norte, CMBSF - Câmara Municipal de Barra de São Francisco, CMC - Câmara Municipal de Cariacica, CMC - Câmara Municipal de Castelo, CMC - Câmara Municipal de Colatina, CMCB - Câmara Municipal de Conceição da Barra, CMCC - Câmara Municipal de Conceição do Castelo, CMCI - Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, CMDM - Câmara Municipal de Domingos Martins, CMDRP - Câmara Municipal de Dores do Rio Preto, CMDSL - Câmara Municipal de Divino de São Lourenço, CME - Câmara Municipal de Ecoporanga, CMF - Câmara Municipal de Fundão, CMG - Câmara Municipal de Guaçuí, CMG - Câmara Municipal de Guarapari, CMGL - Câmara Municipal de Governador Lindenberg, CMI - Câmara Municipal de Ibatiba, CMI - Câmara Municipal de Ibraçu, CMI - Câmara Municipal de Ibitirama, CMI - Câmara Municipal de Iconha, CMI - Câmara Municipal de Irupi, CMI - Câmara Municipal de Itaguaçu, CMI - Câmara Municipal de Itapemirim, CMI - Câmara Municipal de Itarana, CMI - Câmara Municipal de Iúna, CMJ - Câmara Municipal de Jaguaré, CMJM - Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro, CMJN - Câmara Municipal de João Neiva, CML - Câmara Municipal de Linhares, CMLT - Câmara Municipal de Laranja da Terra, CMM - Câmara Municipal de Mantenópolis, CMM - Câmara Municipal de Marataízes, CMM - Câmara Municipal de Marilândia, CMM - Câmara Municipal de Montanha, CMM - Câmara Municipal de Mucurici, CMM - Câmara Municipal de Muqui, CMMF - Câmara Municipal de Marechal Floriano, CMMF - Câmara Municipal de Muniz Freire, CMMS - Câmara Municipal de Mimoso do Sul, CMNV - Câmara Municipal de Nova Venécia, CMP - Câmara Municipal de Pancas, CMP - Câmara Municipal de Pinheiros, CMP - Câmara Municipal de Piúma, CMPB - Câmara Municipal de Ponto Belo, CMPC - Câmara Municipal de Pedro Canário, CMPK - Câmara Municipal de Presidente Kennedy, CMRB - Câmara Municipal de Rio Bananal, CMRNS - Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, CMS - Câmara Municipal de Serra, CMS - Câmara Municipal de Sooretama, CMSDN - Câmara Municipal de São Domingos do Norte, CMSJC - Câmara Municipal de São José do Calçado, CMSL - Câmara Municipal de Santa Leopoldina, CMSM - Câmara Municipal de São Mateus, CMSMJ - Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, CMSRC - Câmara Municipal de São Roque do Canaã, CMST - Câmara Municipal de Santa Teresa, CMV - Câmara Municipal de Viana, CMV - Câmara Municipal de Vitória, CMVA - Câmara Municipal de Vargem Alta, CMVNI - Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, CMVP - Câmara Municipal de Vila Pavão, CMVV - Câmara Municipal de Vila Valério, CMVV - Câmara Municipal de Vila Velha, CSGP - Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, FAPS - Fundo de Aposentadoria e Pensão Dos Servidores Públicos do Município de Guaçuí, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Água Doce do Norte, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Alegre, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Alto Rio Novo, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Aracruz, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Baixo Guandu, FMS - Fundo

Assinado por
ODILSON SOUZA
BARBOSA JUNIOR
23/09/2022 11:38

Assinado por
SERGIO MANOEL NADER
BORGES
23/09/2022 08:15

Assinado por
RODRIGO FLAVIO
FREIRE FARIAS
CHAMOUN
23/09/2022 00:05

Assinado por
MARC ANTONIO DA
SILVA
22/09/2022 22:06

Assinado por
DOMINGOS AUGUSTO
TAUFNER
22/09/2022 21:15

Assinado por
SEBASTIAO CARLOS
RANNA DE MACEDO
22/09/2022 18:14

Assinado por
LUIZ HENRIQUE
ANASTACIO DA SILVA
22/09/2022 18:12

Assinado por
SERGIO ABOUDIB
FERREIRA PINTO
22/09/2022 17:46



Municipal de Saúde de Barra de São Francisco, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Norte, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Colatina, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Conceição da Barra, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Ecoporanga, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Governador Lindenberg, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Guaçuí, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Guarapari, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Irupi, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Itaguaçu, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Itapemirim, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Jaguaré, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Jerônimo Monteiro, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Linhares, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Mantenópolis, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Marechal Floriano, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Marilândia, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Muqui, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Pancas, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Piúma, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Ponto Belo, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Rio Novo do Sul, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina, FMS - Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel da Palha, FMS - Fundo Municipal de Saúde de São Roque do Canaã, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Serra, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Vargem Alta, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Vila Pavão, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério, FMS - Fundo Municipal de Saúde de Vila Velha, FMS - VITORIA - Fundo Municipal de Saúde de Vitória, FMS Ibraçu - Fundo Municipal de Saúde de Ibraçu, FMS/SDN - Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Norte, FMS_SJC - Fundo Municipal de Saúde de São José do Calçado, FMSA - Fundo Municipal de Saúde de Apiacá, FMSAC - Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio, FMSAC - Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves, FMSAV - Fundo Municipal de Saúde de Atilio Vivácqua, FMSB - Fundo Municipal de Saúde de Brejetuba, FMSBE - Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança, FMSC - Fundo Municipal de Saúde de Cariacica, FMSC - Fundo Municipal de Saúde de Castelo, FMSCC - Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Castelo, FMSDM - Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins, FMSDRP - Fundo Municipal de Saúde de Dores do Rio Preto, FMDSL - Fundo Municipal de Saúde de Divino de São Lourenço, FMSF - Fundo Municipal de Saúde de Fundão, FMSI - Fundo Municipal de Saúde de Ibatiba, FMSI - Fundo Municipal de Saúde de Ibitirama, FMSI - Fundo Municipal de Saúde de Itarana, FMSI - Fundo Municipal de Saúde de Iúna, FMSIC-ES - Fundo Municipal de Saúde de Iconha, FMSJN - Fundo Municipal de Saúde de João Neiva, FMSLT - Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra, FMSM - Fundo Municipal de Saúde de Marataízes, FMSMONT - Fundo Municipal de Saúde de Montanha, FMSMS-ES - Fundo Municipal de Saúde de Mimoso do Sul, FMSMUCU - Fundo Municipal de Saúde de Mucurici, FMSNV - Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia, FMSP - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiros, FMSPC - Fundo Municipal de Saúde de Pedro Canário, FMSS - Fundo Municipal de Saúde de Sooretama, FMSSM - Fundo Municipal de Saúde de São Mateus, FMSSMJ - Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá, FMSST - Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa, IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, IPAMV - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Vitória, IPAS - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Águia Branca, IPAS - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos de Barra de São Francisco-Es, IPASA - Instituto de Previdência Dos Servidores de Anchieta, IPASBE - Instituto de Previdência e Assistência Servidores do Município de Boa Esperança, IPASDM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Domingos Martins, IPASIC - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Iconha, IPASJM - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores de Jerônimo Monteiro, IPASLIADM - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Linhares - Taxa de Administração, IPASMA - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Aracruz, IPASMA - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Alegre, IPASMA - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Mantenópolis, IPASNOSUL - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Rio Novo do Sul, IPASPEC - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores Municipais de Pedro Canário, IPC - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310030003400380031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 7E869-88DDA-40406

Cariacica, IPESC - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de São José do Calçado, IPG - TX - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Guarapari - Taxa de Administração, IPRESF - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Fundão, IPRESI - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Ibraçu, IPREVA - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de Vargem Alta, IPREVI - Instituto de Previdência Social Dos Servidores Públicos do Município de Viana, IPREVITA - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Itapemirim, IPREVMIMOSO - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos Municipais de Mimoso do Sul, IPS - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Serra, IPS/SMJ - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, IPSJON - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de João Neiva, IPSL - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Santa Leopoldina, IPSMRB - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Rio Bananal, IPVV - Instituto de Previdência de Vila Velha, PM - Prefeitura Municipal de Vila Valério, PMA - Prefeitura Municipal de Alegre, PMA - Prefeitura Municipal de Anchieta, PMA - Prefeitura Municipal de Apiacá, PMA - Prefeitura Municipal de Aracruz, PMAB - Prefeitura Municipal de Águia Branca, PMAC - Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, PMAC - Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, PMADN - Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte, PMARN - Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo, PMAV - Prefeitura Municipal de Atilio Vivacqua, PMB - Prefeitura Municipal de Brejetuba, PMBE - Prefeitura Municipal de Boa Esperança, PMBG - Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, PMBJN - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, PMBSF - Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, PMC - Prefeitura Municipal de Cariacica, PMC - Prefeitura Municipal de Castelo, PMC - Prefeitura Municipal de Colatina, PMCB - Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, PMCC - Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, PMCI - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, PMDM - Prefeitura Municipal de Domingos Martins, PMDRP - Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, PMDSL - Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço, PME - Prefeitura Municipal de Ecoporanga, PMF - Prefeitura Municipal de Fundão, PMG - Prefeitura Municipal de Guaçuí, PMG - Prefeitura Municipal de Guarapari, PMGL - Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg, PMI - Prefeitura Municipal de Ibatiba, PMI - Prefeitura Municipal de Ibraçu, PMI - Prefeitura Municipal de Ibitirama, PMI - Prefeitura Municipal de Iconha, PMI - Prefeitura Municipal de Irupi, PMI - Prefeitura Municipal de Itaguaçu, PMI - Prefeitura Municipal de Itapemirim, PMI - Prefeitura Municipal de Itarana, PMI - Prefeitura Municipal de Iúna, PMJ - Prefeitura Municipal de Jaguaré, PMJM - Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro, PMJN - Prefeitura Municipal de João Neiva, PML - Prefeitura Municipal de Linhares, PMLT - Prefeitura Municipal de Laranja da Terra, PMM - Prefeitura Municipal de Mantenedópolis, PMM - Prefeitura Municipal de Marataízes, PMM - Prefeitura Municipal de Marilândia, PMM - Prefeitura Municipal de Montanha, PMM - Prefeitura Municipal de Mucurici, PMM - Prefeitura Municipal de Muqui, PMPF - Prefeitura Municipal de Marechal Floriano, PMPF - Prefeitura Municipal de Muniz Freire, PMMS - Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, PMNV - Prefeitura Municipal de Nova Venécia, PMP - Prefeitura Municipal de Pinheiros, PMP - Prefeitura Municipal de Piúma, PMPANCAS - Prefeitura Municipal de Pancas, PMPB - Prefeitura Municipal de Ponto Belo, PMPC - Prefeitura Municipal de Pedro Canário, PMPK - Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, PMRB - Prefeitura Municipal de Rio Bananal, PMRNS - Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, PMS - Prefeitura Municipal de Serra, PMS - Prefeitura Municipal de Sooretama, PMSDN - Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte, PMSGP - Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, PMSJC - Prefeitura Municipal de São José do Calçado, PMSL - Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, PMSM - Prefeitura Municipal de São Mateus, PMSMJ - Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, PMSRC - Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã, PMST - Prefeitura Municipal de Santa Teresa, PMV - Prefeitura Municipal de Viana, PMV - Prefeitura Municipal de Vitória, PMVA - Prefeitura Municipal de Vargem Alta, PMVNI - Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, PMVP - Prefeitura Municipal de Vila Pavão, PMVV - Prefeitura Municipal de Vila Velha, PREVDRP - Instituto de Previdência de Dores do Rio Preto, PREVICOB - Instituto de Previdência Social Dos Servidores do Município de Conceição da Barra, RPPSSM - Regime Próprio de Previdência Social de São Mateus, SEMSA - Fundo Municipal de Saúde de Viana, SGP-PREV - Instituto de Previdência Dos Servidores do



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310030003400380031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: 7E869-88DDA-40406

Município de São Gabriel da Palha

Relator: Márcia Jaccoud Freitas



**FISCALIZAÇÃO – LEVANTAMENTO – ACOLHER A
CONCLUSÃO E PROPOSTA DE
ENCAMINHAMENTO CONSTANTES DO
RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO Nº 2/2022-1 –
ARQUIVAMENTO.**

Após a adoção das providências solicitadas e da expedição das respectivas comunicações; o processo deverá ser arquivado.

**A RELATORA EXMA. SRA. CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD
FREITAS:**

Tratam os autos de procedimento fiscalizatório na modalidade **LEVANTAMENTO**, com foco no Plano Anual de Controle Externo aprovado para o exercício de 2022, tendo por linha de ação a “realização de levantamento objetivando diagnosticar a estrutura dos departamentos de contabilidade nos jurisdicionados municipais”, que por sua vez, encontra-se relacionada ao objetivo estratégico “exercer o controle externo com excelência e celeridade”.

O presente Levantamento está fundamentado no artigo 191 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e foi direcionado à todas as unidades gestoras municipais, tendo como período de referência da fiscalização o exercício de 2021 (eventos 1 e 2).

O objetivo do Levantamento resumiu-se no diagnóstico das estruturas dos departamentos de contabilidade nas unidades gestoras municipais com a finalidade de contribuir para a promoção de ações que visem melhorias na governança contábil dos municípios e conseqüentemente na qualidade das informações prestadas ao Tribunal de Contas (evento 2).

A equipe de auditores de controle externo responsável pela realização da respectiva fiscalização foi designada em 03 de dezembro de 2021, conforme Termo de Designação 99/2021-8 (evento 2), a qual passou por uma alteração na sua



composição inicial em 28 de março de 2022 (Termo de Designação 21/2022-4, evento 6).

Após, advieram outras alterações objetivando a prorrogação dos prazos para a conclusão dos trabalhos, conforme consta dos Termos de Designações 32/2022-2, 39/2022-4 e 53/2022-4 (eventos 8, 9 e 10, respectivamente).

Os trabalhos originaram o **Relatório de Levantamento nº 2/2022-1**, datado de 14 de julho de 2022, por meio do qual está sendo apresentado os resultados do levantamento e as respostas às questões formuladas (eventos 11 ao 16).

Com base nas informações e documentos decorrentes do referido Relatório de Levantamento, o **NGF - Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal** elaborou a **Instrução Técnica Conclusiva 2812/2022-1**, concluindo da seguinte forma:

Ante ao exposto, submetemos à consideração os seguintes encaminhamentos:

- a) Que essa Corte de Contas, quando da elaboração de seus instrumentos de planejamento, utilize as informações obtidas com a presente fiscalização de forma que eventuais ações factíveis - dentre as apontadas pelos participantes - sejam adotadas visando o aprimoramento do controle externo e conseqüentemente contribua para a melhoria da governança contábil nos municípios;*
- b) Que seja dada ampla publicidade ao resultado deste levantamento, inclusive encaminhando cópia do presente relatório e decisão final para os gestores, contabilistas e controladores internos municipais.*
- c) Que ao final, após vistas do Ministério Público de Contas, determine o arquivamento dos presentes autos.*

O

Após, o **Ministério Público Especial de Contas** manifestou-se por meio do Parecer **3362/2022-7**, da lavra do Senhor Procurador Luciano Vieira, acolhendo, *in totum*, as proposições contidas na referida Instrução Técnica Conclusiva.



Após, vieram-me os autos.

É o Relatório. Passo a fundamentar.

Ratifico o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas para tomar como razão de decidir **os fundamentos, a conclusão e as propostas de encaminhamento** explicitados na **Instrução Técnica Conclusiva nº 2812/2022-1**, tornando-os parte integrante do presente voto.

Segue a transcrição de trechos da referida Instrução Técnica Conclusiva:

2. DO OBJETO DA FISCALIZAÇÃO, OBJETIVO E METODOLOGIA

A presente fiscalização foi deflagrada objetivando diagnosticar as estruturas dos departamentos de contabilidade nas unidades gestoras municipais com a finalidade de contribuir para a promoção de ações que visem melhorias na governança contábil dos municípios e conseqüentemente na qualidade das informações prestadas ao Tribunal de Contas.

Desenvolvida no contexto do projeto estratégico Qualidade da Informação Contábil - Quali.Contas, espera-se que o resultado dessa fiscalização contribua para o alcance dos objetos daquele projeto.

Tem-se como visão geral do objeto da fiscalização conhecer a governança dos setores de contabilidade nas unidades gestoras municipais, com destaque para suas estruturas de pessoal, estruturas físicas, tecnológicas e ainda, com enfoque nos serviços entregues por aqueles setores.

Adotamos como metodologia a submissão de três questionários, sendo um voltado para os contabilistas, outro para os controladores internos e o último para os gestores públicos municipais.

Para sintetizar o alcance do objetivo proposto, foram definidas quatro macro questões permitindo uma visão consolidada de todas as dimensões e questões analíticas que integraram os três questionários.

Q1 - As estruturas administrativas e as políticas de gestão de pessoas voltadas para os serviços de contabilidade adotadas pelos municípios, de maneira geral, são adequadas para o bom desempenho das atividades contábeis e conseqüentemente para que esses serviços atendam às necessidades administrativas e de controle?



Q2 - *As estruturas físicas e os recursos tecnológicos existentes nos municípios são suficientes e adequados ao bom desempenho das atividades de contabilidade?*

Q3 - *Na visão dos contabilistas, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?*

Q4 - *Na visão dos gestores públicos municipais, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?*

Considerando as respostas válidas dos questionários submetidos aos gestores, contabilistas e controladores internos, a equipe de fiscalização chegou às conclusões para as quatro macro questões anteriores, bem como, identificou oportunidades de melhorias que foram objeto de apontamento como propostas de encaminhamento, conforme abordado nos tópicos seguintes.

3. RESULTADOS

A partir das respostas dos participantes às questões analíticas objeto dos três questionários que foram submetidos, chegamos às respostas esperadas para as quatro questões centrais definidas na metodologia.

Vejamos:

Q1 - *As estruturas administrativas e as políticas de gestão de pessoas voltadas para os serviços de contabilidade adotadas pelos municípios, de maneira geral, são adequadas para o bom desempenho das atividades contábeis e conseqüentemente para que esses serviços atendam às necessidades administrativas e de controle?*

Resposta: Não.

Verifica-se, salvo exceções, que ainda existe uma carência de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para atender as demandas correspondentes às suas áreas de atuação, que não há um plano de capacitação continuada adequado, que não existe uma estrutura própria na arquitetura organizacional em um nível de decisão (secretaria ou subsecretaria), ausência de cargo efetivo para contabilistas, ausência de plano de carreiras e programas de incentivo e valorização dos servidores, e ainda, que não existem consultorias especializadas contratadas para apoiar as atividades desenvolvidas.

Q2 - *As estruturas físicas e os recursos tecnológicos existentes nos municípios são suficientes e adequados ao bom desempenho das atividades de contabilidade?*



Resposta: Quanto às estruturas físicas, percebe-se que na maioria dos municípios as estruturas são adequadas.

Em relação às estruturas tecnológicas, existem deficiências relacionadas à integração de sistemas, inclusive com uso de processos eletrônicos. Deficiências também em relação a segurança dos dados; ausência de profissionais especializados em tecnologia da informação; e ainda, problemas com infraestrutura de rede e links de dados.

Em relação aos hardwares utilizados, não foram reportados grandes problemas.

Q3 - *Na visão dos contabilistas, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?*

Resposta: Sim.

Percebe-se, em linhas gerais, que na visão dos contabilistas essas características qualitativas estão presentes nas informações geradas. A média percentual das respostas para todos os aspectos questionados indica que as informações atingem 90% de atendimento.

Destaca-se dentre os comentários que há necessidade, entretanto, de aperfeiçoamento na forma de comunicação com a sociedade. Ou seja, há necessidade de produção de informações em linguagem mais simples, ou menos técnica, de forma que a compreensibilidade pelo público em geral, não especializado, seja maior e assim aperfeiçoa-se o processo de accountability.

Q4 - *Na visão dos gestores públicos municipais, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?*

Resposta: Sim.

Semelhante às respostas dos contabilistas, verifica-se que a opinião dos gestores vai na mesma linha. Ou seja, os aspectos qualitativos, objeto de questionamento em relação às informações produzidas pela contabilidade, também estão sendo observados. Respostas positivas médias de 93%, na visão dos prefeitos, e 92% na visão dos demais gestores.

Há uma nítida percepção em relação a visão que os gestores públicos demonstram em relação à importância que a contabilidade representa na administração pública. Do total de respostas válidas dos prefeitos, 87% entendem que os serviços de contabilidade representam uma necessidade de primeira ordem, sendo indispensável para apoiar a tomada de decisão, enquanto os outros 13% entendem que, além de representar uma



necessidade para a tomada de decisões, também representam uma necessidade indispensável para cumprir obrigações legais, em especial para realizar as prestações de contas.

Na percepção de gestores, contabilistas e controladores internos que participaram do levantamento, algumas orientações/recomendações, se expedidas pelo Tribunal de Contas, teriam potencial para contribuir no processo de melhoria da governança contábil nos municípios, refletindo conseqüentemente na melhoria da qualidade da informação contábil.

Dentre elas, destacamos:

- Recomendar aos gestores municipais, controladores e contabilistas que regulamentem e implementem políticas contábeis para serem adotadas pelos poderes e órgãos do ente municipal, aderentes e complementares às NBC TSP vigentes.*
- Orientar os gestores municipais, que ao promoverem reformas administrativas e criação de cargos públicos para os serviços de contabilidade, considerem a existência dos recursos tecnológicos que atualmente estão à disposição da gestão pública e a perspectiva de evolução desses sistemas informatizados exigindo profissionais com perfis menos operacionais e mais inovadores, com habilidades voltadas para análise de dados e capacidades para influenciar o próprio processo de construção de soluções tecnológicas.*
- Recomendar aos gestores públicos, que estruturem os setores de controladoria, inclusive contratando profissionais com formação na área contábil, considerando as prerrogativas profissionais e conhecimentos necessários para atuação na análise das demonstrações e demais informações contábeis.*
- Orientar os gestores municipais que ao promoverem reformas administrativas reposicionem os serviços de contabilidade em nível hierárquico mais elevado dentro da estrutura municipal, preferencialmente em nível de secretaria ou subsecretaria, de forma a garantir maior autonomia, melhor segregação de funções e maior proximidade da contabilidade à alta gestão, desfragmentando a cadeia de comando e facilitando a interlocução direta dos contabilistas com os gestores.*
- Recomendar aos gestores municipais e contabilistas, que estruturem os serviços de contabilidade de forma que estejam organizados num formato onde exista uma unidade central, responsável pelas atividades estratégicas de contabilidade (definição de políticas contábeis, consolidação das contas, apoio gerencial à alta gestão da instituição, orientação às unidades executoras subordinadas, dentre outras atividades estratégicas), e unidades executoras especializadas, subordinadas à unidade central.*
- Recomendar aos gestores municipais, que instituem planos de carreiras e programas de valorização profissional, preferencialmente e quando possível, complementados por remunerações variáveis baseadas em resultados, objetivando reduzir a rotatividade de servidores nos setores de contabilidade e controle interno, considerando serem esses setores estratégicos na gestão pública.*



- *Recomendar aos gestores municipais, que institucionalizem programas de capacitação permanente para os servidores que atuam nos setores de contabilidade e controle interno, visando sua qualificação e especialização.*
- *Orientar os contabilistas, para que, ao produzirem informações objetivando subsidiar os gestores para a tomada de decisões, bem como, informar aos demais destinatários das informações contábeis (controle social, legislativo e demais partes interessadas), que as produzam em linguagem adequada de acordo com a capacidade de compreensão de cada usuário. Para usuários que não dominam a linguagem contábil, que sejam extraídas informações dos demonstrativos e relatórios contábeis de propósito geral em linguagem e formato simplificado (gráficos, tabelas, notas explicativas), permitindo sua adequada compreensão.*
- *Recomendar aos gestores municipais, que adotem soluções informatizadas integradas (a exemplo do que ocorre na iniciativa privada com seus ERPs - Enterprise Resource Planning), de forma que sistemas estruturantes estejam integrados ao Siafic (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle), nos termos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos e prazos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 10.540/2020, preferencialmente com processos administrativos eletrônicos, estruturados e integrados aos sistemas estruturantes e ao Siafic.*
- *Recomendar aos gestores públicos, que adotem políticas de investimentos em infraestruturas tecnológicas (hardwares, redes, sistemas de backups, etc.) garantindo os recursos necessários para atuação dos setores de contabilidade e controle interno, bem como, a segurança das informações e sistemas informatizados. E ainda, que instituem comitê gestor de informática, zelando pela política de segurança em tecnologia, pela observância à Lei Geral de Proteção de Dados, pelo bom funcionamento dos serviços de tecnologia (infra estrutura e sistemas), dentre outros.*
- *Recomendar aos contabilistas, que produzam informações tempestivas, preferencialmente em tempo real, com utilização de soluções tecnológicas integradas ou que se comuniquem com seu SIAFIC (ferramentas de Business Intelligence) oferecendo aos gestores e demais usuários tomadores de decisões, informações objetivas, prospectivas, em formatos de fácil leitura e compreensão (fluxos de caixa por fonte de recursos, ordem cronológica de pagamentos, execução financeira de contratos, comportamento da dívida flutuante, dentre outros exemplos).*
- *Recomendar aos gestores municipais e controladores internos, que definam procedimentos e prazos para que o fluxo de informações com repercussão nos serviços de contabilidade ocorra de forma adequada nos diversos setores da administração municipal (seja pela tramitação de informações sem processos físicos, seja pela alimentação de sistemas informatizados), de forma que os registros contábeis ocorram em tempo hábil para o seu processamento e geração dos resultados esperados.*



- *Orientar os contabilistas, para que adotem as ações necessárias para implementação integral dos procedimentos contábeis patrimoniais ainda não implementados, bem como, todos os procedimentos necessários para a correta observância às NBC TSP.*
- *Recomendar aos contabilistas e controladores internos – considerando os comentários relacionados à fidedignidade das informações produzidas, no sentido de que os sistemas de informação não estão isentos de erros – que validem as informações produzidas pelos sistemas informatizados, buscando corrigir eventuais erros e distorções antes que as informações contábeis sejam divulgadas e levadas à efeito nas prestações de contas.*
- *Recomendar aos gestores, contabilistas e controladores, que ofereçam capacitações para os integrantes dos conselhos municipais, estimulando e facilitando a compreensão das informações que lhes são disponibilizadas para o exercício de suas atividades de controle social.*
- *Recomendar aos gestores municipais, contabilistas e controladores internos que mantenham os cadastros de unidades gestoras e responsáveis atualizados no CidadES (nos termos dos artigos 5º e 6º da IN TC nº 68/2020), em especial, com endereços de e-mails institucionais, facilitando a comunicação da Corte de Contas com os respectivos responsáveis, evitando e atrasos nas comunicações oficiais.*

Por fim, ainda na percepção dos gestores, contabilistas e controladores internos que participaram do levantamento, algumas ações, se adotadas pelo Tribunal de Contas, teriam igualmente o potencial para contribuir no processo de melhoria da governança contábil nos municípios, refletindo conseqüentemente na melhoria da qualidade da informação contábil.

Dentre elas, destacam-se:

- *Fixar prazo limite para promover alteração nas normas regulamentadoras que tem reflexo direto no processo de prestação de contas dos jurisdicionados ao Tribunal. Como exemplo: alterações nos arquivos estruturados exigidos nas prestações de contas nos diversos módulos do CidadES. Esse prazo, se fixado, deve considerar o tempo necessário para que os jurisdicionados e seus fornecedores de sistemas consigam se adaptar para atender as alterações propostas.*
- *Reduzir redundâncias eventualmente existentes nas prestações de contas, simplificando ao máximo as exigências para cumprimento de obrigações acessórias.*
- *Permitir, quando possível, a retificação de informações homologadas, desde que não comprometam a integridade dos dados, nem as atividades de controle concomitantes.*
- *Produzir e publicar vídeos explicativos orientando as operações básicas dos sistemas adotados pelo TC (CidadES e e-TCEES), bem como, orientações de caráter técnico, quando possível, contribuindo para uma melhor compreensão do processo de prestação de contas.*
- *Aperfeiçoar o planejamento das fiscalizações, em especial aquelas realizadas sob a modalidade “levantamento”, considerando que o excesso de questionários tem*



sobrecarregado os gestores e servidores municipais inviabilizando o atendimento às obrigações acessórias regulares, bem como, às extraordinárias, como é caso dos levantamentos. Sugere-se limitar o quantitativo dessas fiscalizações e realizá-las em períodos que não coincidam com o início e encerramento de exercícios, nem com o período de envio das prestações de contas anuais.

- *Reavaliar a estratégia adotada no que se refere à implementação imediata de todas as alterações promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público e de demonstrativos fiscais. Sugere-se promover uma discussão interna e externa (com os jurisdicionados) para definir qual a melhor solução entre promover todas as alterações necessárias no CidadES imediatamente após as alterações promovidas pela STN ou definir uma “data de corte” para implementar as atualizações.*
- *Evoluir a metodologia de atendimento aos jurisdicionados, especialmente no que se refere à harmonização e padronização (quando possível) das respostas aos questionamentos oferecidos, evitando-se respostas divergentes para a mesma situação-problema. Eventualmente uma estrutura especializada e hierarquizada para atendimento aos questionamentos apresentados.*
- *Avaliar a possibilidade de se instituir uma modalidade simplificada de atendimento a consultas e dúvidas corriqueiras dos jurisdicionados, relacionadas a temas de menor complexidade, à exemplo da estratégia adotada para esclarecimento de dúvidas relacionadas à gestão no período de pandemia.*
- *Avaliar a possibilidade de estabelecer uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo e com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo para adoção de estratégia visando estimular a institucionalização de carreiras específicas para contadores públicos nos municípios capixabas.*
- *Avaliar a possibilidade de instituir um curso de especialização *latu sensu*, via Escola de Contas Públicas, voltado para a formação continuada de contabilistas, controladores internos e gestores públicos.*

4. CONCLUSÃO

O resultado do presente levantamento nos apresenta um diagnóstico preciso do estágio de governança contábil nos municípios, em especial no que se refere ao ambiente de trabalho, estruturas físicas, tecnológicas e de pessoal, qualificação e iniciativas voltadas para a capacitação continuada, percepção dos gestores quanto à qualidade e importância das informações contábeis, dentre outros aspectos.

Conhecendo o resultado da pesquisa e cientes de grandes oportunidades de melhorias que se apresentam, entendemos que essa Corte de Contas pode contribuir significativamente para estimular significativos avanços ainda possíveis na governança contábil dos municípios, incentivando e apoiando (dentro dos limites de suas competências



constitucionais) as iniciativas sugeridas pelos próprios jurisdicionados, as quais certamente refletirão na melhoria da qualidade da informação contábil dos municípios capixabas.

5. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Ante ao exposto, submetemos à consideração os seguintes encaminhamentos:

- a) Que essa Corte de Contas, quando da elaboração de seus instrumentos de planejamento, utilize as informações obtidas com a presente fiscalização de forma que eventuais ações factíveis - dentre as apontadas pelos participantes - sejam adotadas visando o aprimoramento do controle externo e conseqüentemente contribua para a melhoria da governança contábil nos municípios;
- b) Que seja dada ampla publicidade ao resultado deste levantamento, inclusive encaminhando cópia do presente relatório e decisão final para os gestores, contabilistas e controladores internos municipais.
- c) Que ao final, após vistas do Ministério Público de Contas, determine o arquivamento dos presentes autos.

Pelo exposto, com fundamento nos artigos 207, inciso III, e 330, inciso IV, do Regimento Interno¹, acompanhando a área técnica e o Ministério Público de Contas, proponho **VOTO** por **ACOLHER** a conclusão e a proposta de encaminhamento constantes do **Relatório de Levantamento nº 2/2022-1**, replicados na Instrução Técnica Conclusiva nº 2812/2022-1.

Em 31 de agosto de 2022.

MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Conselheira Substituta

¹ **Art. 207.** Ao apreciar processo relativo à fiscalização, o Relator ou o Tribunal:

III – determinará, ouvido o Ministério Público junto ao Tribunal, o arquivamento do processo quando não apurada transgressão à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, ressalvado o caso de o relatório integrar processo de tomada ou prestação de contas;

Art. 330. O processo será arquivado nos seguintes casos:

IV - quando tenha o processo exaurido o objetivo para o qual foi constituído;



1. ACÓRDÃO TC-1108/2022-3

Vistos, relatados e discutidos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas, em:

1.1. ACOLHER a conclusão e a proposta de encaminhamento exarados no **Relatório de Levantamento nº 2/2022-1**, e replicados na Instrução Técnica Conclusiva nº 2812/2022-1;

1.2. ENCAMINHAR os autos à **Secretaria Geral de Controle Externo** deste Tribunal para a adoção de providências quando da elaboração de seus instrumentos de planejamento, utilizando as informações obtidas com a presente fiscalização de forma que eventuais ações factíveis (dentre as apontadas pelos participantes) sejam adotadas visando o aprimoramento do controle externo e consequentemente contribua para a melhoria da governança contábil nos municípios, conforme exposto na **Instrução Técnica Conclusiva nº 2812/2022-1**;

1.3. ENCAMINHAR os autos à **Secretaria Geral das Sessões** deste Tribunal para a adoção de providências, em especial, no que tange ao seguinte:

1.3.1. Dar ampla publicidade do resultado do referido levantamento;

1.3.2. Encaminhar cópia do respectivo relatório e desta decisão para os gestores públicos municipais (Prefeitos e Prefeitas, Presidentes das Câmaras Municipais, Controladores/Responsáveis pelo controle interno e contabilistas dos respectivos entes municipais).

1.4. ARQUIVAR os presentes autos, após vistas do douto Ministério Público de Contas, bem como, o cumprimento das deliberações retro.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 15/09/2022 – 45ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:



4.1. Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Domingos Augusto Taufner, Sérgio Manoel Nader Borges e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheiros Substitutos: Marco Antonio da Silva (em substituição) e Márcia Jaccoud Freitas (relatora)

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Presidente

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Relatora

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA (em substituição)

Fui presente:

LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

Procurador-geral

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR

Secretário-geral das Sessões





GOVERNANÇA DOS SETORES DE CONTABILIDADE NAS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS

Assinado por
ROMÁRIO FIGUEIREDO
18/07/2022 15:15

Assinado por
LUCIA MARIA DA SILVA
15/07/2022 17:08



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Assinado por
RODRIGO LUBIANA
ZANOTTI
15/07/2022 16:44



Autenticar documento em <https://camaraitapemirim.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 310030003400380031003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, Assinado digitalmente. Conferência em www.tcees.tc.br Identificador: EAC3C-FD02F-4045F

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO

Processo:	7.576/2021
Fiscalização:	00065/2021
Instrumento:	Levantamento
Relator:	Márcia Jaccoud Freitas
Período fiscalizado:	01/01/2021 a 31/12/2021
Setor responsável:	Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal – NGF
Período da fiscalização:	06/12/2021 a 31/05/2022
Termo de designação:	99/2021
Supervisor:	Romário Figueiredo (Mat. 203.207)
Líder da equipe:	Rodrigo Lubiana Zanotti (Mat. 203.233)
Membros da equipe:	Lúcia Maria da Silva (Mat. 203.195)
Objeto:	Estruturas dos Departamentos de Contabilidade das Unidades Gestoras Municipais
Destinatários do relatório:	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Ministério Público de Contas (MPC), Ministério Público do Espírito Santo (MPES), Governo do Estado do Espírito Santo, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales), prefeituras municipais, câmaras municipais, Conselho Regional de Contabilidade (CRC/ES).
Jurisdicionados alcançados:	Câmara Municipal de Alegre Câmara Municipal de Anchieta Câmara Municipal de Apiacá Câmara Municipal de Aracruz Câmara Municipal de Águia Branca Câmara Municipal de Afonso Cláudio Câmara Municipal de Alfredo Chaves



Câmara Municipal de Água Doce do Norte
Câmara Municipal de Alto Rio Novo
Câmara Municipal de Atilio Vivácqua
Câmara Municipal de Brejetuba
Câmara Municipal de Boa Esperança
Câmara Municipal de Baixo Guandu
Câmara Municipal de Bom Jesus do Norte
Câmara Municipal de Barra de São Francisco
Câmara Municipal de Cariacica
Câmara Municipal de Castelo
Câmara Municipal de Colatina
Câmara Municipal de Conceição da Barra
Câmara Municipal de Conceição do Castelo
Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Câmara Municipal de Domingos Martins
Câmara Municipal de Dolores do Rio Preto
Câmara Municipal de Divino de São Lourenço
Câmara Municipal de Ecoporanga
Câmara Municipal de Fundão
Câmara Municipal de Guaçuí
Câmara Municipal de Guarapari
Câmara Municipal de Governador Lindenberg
Câmara Municipal de Ibatiba
Câmara Municipal de Ibirajú
Câmara Municipal de Ibitirama
Câmara Municipal de Iconha
Câmara Municipal de Irupi
Câmara Municipal de Itaguaçu
Câmara Municipal de Itapemirim
Câmara Municipal de Itarana
Câmara Municipal de Iúna
Câmara Municipal de Jaguaré
Câmara Municipal de Jerônimo Monteiro
Câmara Municipal de João Neiva
Câmara Municipal de Linhares
Câmara Municipal de Laranja da Terra
Câmara Municipal de Mantenópolis
Câmara Municipal de Marataízes
Câmara Municipal de Marilândia
Câmara Municipal de Montanha
Câmara Municipal de Mucurici
Câmara Municipal de Muqui
Câmara Municipal de Marechal Floriano
Câmara Municipal de Muniz Freire
Câmara Municipal de Mimoso do Sul
Câmara Municipal de Nova Venécia



Câmara Municipal de Pancas
Câmara Municipal de Pinheiros
Câmara Municipal de Piúma
Câmara Municipal de Ponto Belo
Câmara Municipal de Pedro Canário
Câmara Municipal de Presidente Kennedy
Câmara Municipal de Rio Bananal
Câmara Municipal de Rio Novo do Sul
Câmara Municipal de Serra
Câmara Municipal de Sooretama
Câmara Municipal de São Domingos do Norte
Câmara Municipal de São José do Calçado
Câmara Municipal de Santa Leopoldina
Câmara Municipal de São Mateus
Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá
Câmara Municipal de São Roque do Canaã
Câmara Municipal de Santa Teresa
Câmara Municipal de Viana
Câmara Municipal de Vitória
Câmara Municipal de Vargem Alta
Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante
Câmara Municipal de Vila Pavão
Câmara Municipal de Vila Valério
Câmara Municipal de Vila Velha
Câmara Municipal de São Gabriel da Palha
Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos do Município de Guaçuí
Fundo Municipal de Saúde de Água Doce do Norte
Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca
Fundo Municipal de Saúde de Alegre
Fundo Municipal de Saúde de Alto Rio Novo
Fundo Municipal de Saúde de Anchieta
Fundo Municipal de Saúde de Aracruz
Fundo Municipal de Saúde de Baixo Guandu
Fundo Municipal de Saúde de Barra de São Francisco
Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Norte
Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim
Fundo Municipal de Saúde de Colatina
Fundo Municipal de Saúde de Conceição da Barra
Fundo Municipal de Saúde de Ecoporanga
Fundo Municipal de Saúde de Governador Lindenberg



Fundo Municipal de Saúde de Guaçuí
Fundo Municipal de Saúde de Guarapari
Fundo Municipal de Saúde de Irupi
Fundo Municipal de Saúde de Itaguaçu
Fundo Municipal de Saúde de Itapemirim
Fundo Municipal de Saúde de Jaguaré
Fundo Municipal de Saúde de Jerônimo Monteiro
Fundo Municipal de Saúde de Linhares
Fundo Municipal de Saúde de Mantenópolis
Fundo Municipal de Saúde de Marechal Floriano
Fundo Municipal de Saúde de Marilândia
Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire
Fundo Municipal de Saúde de Muqui
Fundo Municipal de Saúde de Pancas
Fundo Municipal de Saúde de Piúma
Fundo Municipal de Saúde de Ponto Belo
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Kennedy
Fundo Municipal de Saúde de Rio Novo do Sul
Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina
Fundo Municipal de Saúde de São Gabriel da Palha
Fundo Municipal de Saúde de São Roque do Canaã
Fundo Municipal de Saúde de Serra
Fundo Municipal de Saúde de Vargem Alta
Fundo Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante
Fundo Municipal de Saúde de Vila Pavão
Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério
Fundo Municipal de Saúde de Vila Velha
Fundo Municipal de Saúde de Vitória
Fundo Municipal de Saúde de Ibirajuba
Fundo Municipal de Saúde de São Domingos do Norte
Fundo Municipal de Saúde de São José do Calçado
Fundo Municipal de Saúde de Apiacá
Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio
Fundo Municipal de Saúde de Alfredo Chaves
Fundo Municipal de Saúde de Atílio Vivácqua
Fundo Municipal de Saúde de Brejetuba



Fundo Municipal de Saúde de Boa Esperança
 Fundo Municipal de Saúde de Cariacica
 Fundo Municipal de Saúde de Castelo
 Fundo Municipal de Saúde de Conceição do Castelo
 Fundo Municipal de Saúde de Domingos Martins
 Fundo Municipal de Saúde de Dores do Rio Preto
 Fundo Municipal de Saúde de Divino de São Lourenço
 Fundo Municipal de Saúde de Fundão
 Fundo Municipal de Saúde de Ibatiba
 Fundo Municipal de Saúde de Ibitirama
 Fundo Municipal de Saúde de Itarana
 Fundo Municipal de Saúde de Iúna
 Fundo Municipal de Saúde de Iconha
 Fundo Municipal de Saúde de João Neiva
 Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra
 Fundo Municipal de Saúde de Marataízes
 Fundo Municipal de Saúde de Montanha
 Fundo Municipal de Saúde de Mimoso do Sul
 Fundo Municipal de Saúde de Mucurici
 Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia
 Fundo Municipal de Saúde de Pinheiros
 Fundo Municipal de Saúde de Pedro Canário
 Fundo Municipal de Saúde de Rio Bananal
 Fundo Municipal de Saúde de Sooretama
 Fundo Municipal de Saúde de São Mateus
 Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria de Jetibá
 Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa
 Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim
 Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória
 Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca
 Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Barra de São Francisco-Es
 Instituto de Previdência dos Servidores de Anchieta
 Instituto de Previdência e Assistência Servidores do Município de Boa Esperança



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Jerônimo Monteiro
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Linhares - Taxa de Administração
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Aracruz
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Alegre
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Mantenópolis
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Novo do Sul
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Pedro Canário
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica
Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Calçado
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari - Taxa de Administração
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Fundão
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ibraçu
Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Vargem Alta
Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Viana
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Mimoso do Sul
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra



Instituto de Previdência dos Servidores do
 Município de Santa Maria de
 Jetibá
 Instituto de Previdência dos Servidores do
 Município de João Neiva
 Instituto de Previdência dos Servidores do
 Município de Santa
 Leopoldina
 Instituto de Previdência dos Servidores do
 Município de Rio Bananal
 Instituto de Previdência de Vila Velha
 Prefeitura Municipal de Vila Valério
 Prefeitura Municipal de Alegre
 Prefeitura Municipal de Anchieta
 Prefeitura Municipal de Apiacá
 Prefeitura Municipal de Aracruz
 Prefeitura Municipal de Águia Branca
 Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio
 Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves
 Prefeitura Municipal de Água Doce do Norte
 Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo
 Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua
 Prefeitura Municipal de Brejetuba
 Prefeitura Municipal de Boa Esperança
 Prefeitura Municipal de Baixo Guandu
 Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte
 Prefeitura Municipal de Barra de São
 Francisco
 Prefeitura Municipal de Cariacica
 Prefeitura Municipal de Castelo
 Prefeitura Municipal de Colatina
 Prefeitura Municipal de Conceição da Barra
 Prefeitura Municipal de Conceição do
 Castelo
 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de
 Itapemirim
 Prefeitura Municipal de Domingos Martins
 Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto
 Prefeitura Municipal de Divino de São
 Lourenço
 Prefeitura Municipal de Ecoporanga
 Prefeitura Municipal de Fundão
 Prefeitura Municipal de Guaçuí
 Prefeitura Municipal de Guarapari
 Prefeitura Municipal de Governador
 Lindenberg
 Prefeitura Municipal de Ibatiba
 Prefeitura Municipal de Ibirapu
 Prefeitura Municipal de Ibitirama
 Prefeitura Municipal de Iconha



Prefeitura Municipal de Irupi
Prefeitura Municipal de Itaguaçu
Prefeitura Municipal de Itapemirim
Prefeitura Municipal de Itarana
Prefeitura Municipal de Iúna
Prefeitura Municipal de Jaguaré
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro
Prefeitura Municipal de João Neiva
Prefeitura Municipal de Linhares
Prefeitura Municipal de Laranja da Terra
Prefeitura Municipal de Mantenópolis
Prefeitura Municipal de Marataízes
Prefeitura Municipal de Marilândia
Prefeitura Municipal de Montanha
Prefeitura Municipal de Mucurici
Prefeitura Municipal de Muqui
Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
Prefeitura Municipal de Muniz Freire
Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul
Prefeitura Municipal de Nova Venécia
Prefeitura Municipal de Pinheiros
Prefeitura Municipal de Piúma
Prefeitura Municipal de Pancas
Prefeitura Municipal de Ponto Belo
Prefeitura Municipal de Pedro Canário
Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy
Prefeitura Municipal de Rio Bananal
Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul
Prefeitura Municipal de Serra
Prefeitura Municipal de Sooretama
Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte
Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha
Prefeitura Municipal de São José do Calçado
Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina
Prefeitura Municipal de São Mateus
Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã
Prefeitura Municipal de Santa Teresa
Prefeitura Municipal de Viana
Prefeitura Municipal de Vitória
Prefeitura Municipal de Vargem Alta
Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante
Prefeitura Municipal de Vila Pavão
Prefeitura Municipal de Vila Velha
Instituto de Previdência de Dores do Rio Preto



Instituto de Previdência Social dos
Servidores do Município de
Conceição da Barra
Regime Próprio de Previdência Social de
São Mateus
Fundo Municipal de Saúde de Viana
Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de São Gabriel da
Palha

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário contabilistas

Apêndice 2 – Questionário controladores internos

Apêndice 3 – Questionário gestores

Apêndice 4 – E-mails encaminhados

Apêndice 5 – Prefeitos entrevistados



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 DELIBERAÇÃO E RAZÕES DA FISCALIZAÇÃO

1.2 VISÃO GERAL DO OBJETO

1.2.1 OBJETIVO

1.2.2 METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES INERENTES À FISCALIZAÇÃO

1.3 VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

1.4 BENEFÍCIOS ESTIMADOS DA FISCALIZAÇÃO

2. DIAGNÓSTICO DAS ESTRUTURAS DOS DEPARTAMENTOS DE CONTABILIDADE NAS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

2.1.1 PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES

2.1.2 PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES

2.1.3 PARTICIPAÇÃO DOS CONTADORES

2.2 RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS

2.2.1 QUESTIONÁRIO CONTABILISTAS

2.2.2 QUESTIONÁRIO CONTROLADORES INTERNOS

2.2.3 QUESTIONÁRIO GESTORES

3. CONSOLIDAÇÃO DAS RESPOSTAS NA VISÃO DOS PARTICIPANTES

4. CONCLUSÃO

5. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO



1. INTRODUÇÃO

1.1 DELIBERAÇÃO E RAZÕES DA FISCALIZAÇÃO

A presente fiscalização constitui-se etapa do projeto estratégico Qualidade da Informação Contábil - Quali.Contas, executado em regime de colaboração entre os setores Núcleo de Controle Externo de Auditoria e Gestão Fiscal - NGF e Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NCONTAS.

O projeto Quali.Contas tem por escopo “*Promover ações coordenadas para promoção da melhoria da qualidade das informações contábeis prestadas pelos municípios ao TCEES por meio do módulo do CIDADES CONTAS*”, e por objetivo “*Melhoria das informações contábeis prestadas pelos jurisdicionados municipais ao Tribunal de Contas, por meio diagnóstico da estrutura dos departamentos de contabilidade, elaboração de um índice de qualidade da informação contábil prestada, implementação uma ação motivadora por meio de uma premiação e promover o compartilhamento e troca de informações em um grupo técnico.*”

Dentre os produtos esperados do projeto Quali.Contas, encontra-se a realização de uma pesquisa com o propósito de diagnosticar as estruturas de contabilidade nos municípios, identificando o ambiente de trabalho disponibilizado para os profissionais de contabilidade e principais responsáveis pelo envio de informações qualificadas para o Tribunal de Contas.

Nesse sentido, a pesquisa foi elaborada com foco nos seguintes aspectos:

- a) *Estrutura de pessoal: características dos cargos públicos e número de profissionais existentes, plano de carreira para os profissionais da contabilidade, plano de treinamentos e capacitações, definição de responsabilidades e segregação de funções, e existência de consultoria;*
- b) *Estrutura hierárquica e organizacional: nível da contabilidade na estrutura administrativa (secretaria, departamento, diretoria, centro de custo);*
- c) *Estrutura física da contabilidade: tamanho e número de salas, mobiliário, ventilação*
- d) *Estrutura infraestrutura de TI: computadores, notebook, computadores, impressoras, internet*



- e) *Estrutura de sistemas de suporte ao trabalho: processo eletrônico, digital e qualidade mínima do sistema informatizado,*
- f) *Apoio político: estágio de implementação do plano de procedimentos contábeis patrimoniais, apoio da alta gestão e apoio do controle interno;*

1.2 VISÃO GERAL DO OBJETO

Tem-se como visão geral do objeto da fiscalização conhecer a governança dos setores de contabilidade nas unidades gestoras municipais, com destaque para suas estruturas de pessoal, estruturas físicas, tecnológicas e ainda, com enfoque nos serviços entregues por aqueles setores.

1.2.1 OBJETIVO

Visando cumprir a primeira etapa do projeto Quali.Contas, a presente fiscalização teve por objetivo diagnosticar as estruturas dos departamentos de contabilidade nas unidades gestoras municipais com a finalidade de contribuir para a promoção de ações que visem melhorias na governança contábil dos municípios e conseqüentemente na qualidade das informações prestadas ao Tribunal de Contas.

1.2.2 METODOLOGIA UTILIZADA E LIMITAÇÕES INERENTES À FISCALIZAÇÃO

Inicialmente foram definidos três questionários analíticos (Apêndices 1, 2 e 3), sendo um voltado para os contabilistas, outro para os controladores internos e o último para os gestores públicos municipais.

Os questionários foram submetidos aos seus destinatários de forma eletrônica, com o uso do sistema *Lime Survey*, sendo encaminhados por e-mail (Apêndice 4) para os endereços cadastrados na base de dados do CidadES, em 07 de fevereiro de 2022, com o estabelecimento de prazo para envio das respostas ao Tribunal até o dia 28 de fevereiro de 2022. Por solicitação dos jurisdicionados, esse prazo fora prorrogado para o dia 15 de março de 2022.

Especificamente em relação aos questionários destinados aos prefeitos municipais, o preenchimento de suas respostas foi realizado em *real time*, com a presença da equipe de fiscalização realizando entrevistas com esses gestores.



Por limitação de escopo, foram entrevistados 47 prefeitos, relacionados no Apêndice 5 do presente relatório.

Importa destacar que no desenvolvimento dessa fiscalização foram observadas as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), aplicáveis ao controle externo brasileiro - adotadas como normas gerais de auditoria por este TCEES, conforme Resolução TC 313/2017.

À exceção dos questionários que foram respondidos pelos prefeitos nas entrevistas realizadas presencialmente pela equipe de fiscalização, as respostas para os demais questionários não foram validadas em campo, portanto, os resultados apresentados no relatório refletem apenas o que fora respondido pelos participantes do levantamento sem garantia de sua fidedignidade.

Importante destacar ainda, que os gestores, contabilistas e controladores que participaram da presente fiscalização concordaram em responder as questões que lhes foram submetidas, sendo resguardado pela equipe de fiscalização que suas informações pessoais serão protegidas nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

Para auxiliar no alcance do objetivo proposto, foram definidas quatro macro questões permitindo uma visão consolidada de todas as dimensões e questões analíticas que integraram os três questionários.

Q1 - As estruturas administrativas e as políticas de gestão de pessoas voltadas para os serviços de contabilidade adotadas pelos municípios, de maneira geral, são adequadas para o bom desempenho das atividades contábeis e conseqüentemente para que esses serviços atendam às necessidades administrativas e de controle?

Q2 - As estruturas físicas e os recursos tecnológicos existentes nos municípios são suficientes e adequados ao bom desempenho das atividades de contabilidade?

Q3 - Na visão dos contabilistas, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?



Q4 - Na visão dos gestores públicos municipais, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?

Nesse sentido, após análise das respostas aos três questionários analíticos, responderemos às quatro questões acima formuladas no tópico 3 do presente relatório.

1.3 VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

Na presente fiscalização não se aplica a estimativa do volume de recursos fiscalizados tendo em vista que os trabalhos ficaram restritos à aplicação dos questionários e proposição de encaminhamentos a partir da análise de suas respostas.

1.4 BENEFÍCIOS ESTIMADOS DA FISCALIZAÇÃO

Estimam-se benefícios qualitativos decorrentes da presente fiscalização, seja pela simples presença do Tribunal nos jurisdicionados com as intervenções promovidas na fiscalização, seja pelos encaminhamentos propostos pela equipe de fiscalização e levados a efeito com a anuência do corpo deliberativo.

Dentre os benefícios qualitativos, consideramos as oportunidades de melhorias nas estruturas de pessoal, arquitetura organizacional, estruturas físicas, infraestruturas de TI e sistemas utilizados no ambiente de trabalho da contabilidade nos municípios, fomentando a implementação de medidas capazes de aprimorar a governança contábil refletindo na qualificação dos serviços e consequentemente na qualificação da contabilidade pública municipal como um todo.

Soma-se ainda, aos benefícios qualitativos estimados, o incentivo de apoio político da alta gestão ao fortalecimento das unidades de controle interno e setores de contabilidades, principalmente no estágio que se encontra a contabilidade pública no Brasil, fruto de um processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, principalmente no que se refere à implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais com a adoção integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP.



2. DIAGNÓSTICO DAS ESTRUTURAS DOS DEPARTAMENTOS DE CONTABILIDADE NAS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS

Para obtermos o diagnóstico das estruturas dos departamentos de contabilidade nas unidades gestoras municipais foram consultados gestores das unidades jurisdicionadas, os respectivos controladores e contabilistas, cada um com questionário eletrônico individualizado.

2.1.1 PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES

Quanto à contribuição dos gestores, foram enviados 580 convites a Unidades Gestoras Municipais de diversos tipos, tais como: Prefeituras, Secretarias, Fundos, Institutos de Previdência, Câmaras e Empresas Municipais e ainda para os gestores de Consórcios que tiveram uma participação ínfima.

Do total de gestores convidados, 231 (40%) responderam à pesquisa, contribuindo assim, para o diagnóstico da gestão contábil municipal.

Essa participação distribuída por Unidades Gestoras fica assim representada:

- Fundos Municipais: 24%
- Secretarias Municipais: 22%
- Prefeitos: 19%
- Institutos de Previdência: 11%

2.1.2 PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES

Quanto aos controladores das entidades municipais, foram enviados 178 convites para participarem da pesquisa, sendo que 136 aceitaram e responderam ao questionário, o que corresponde a 76% dos convidados, uma contribuição significativa para a pesquisa.

2.1.3 PARTICIPAÇÃO DOS CONTADORES



No que diz respeito aos contadores das entidades municipais, foram enviados 313 convites para participarem da pesquisa, sendo que 232 aceitaram e responderam ao questionário, o que corresponde a 74% dos convidados.

Observa-se que os e-mails registrados na entrega das prestações de contas não estavam devidamente atualizados na base de dados dos sistemas corporativos do TCEES, e não são habitualmente verificados pelos contadores, situação conhecida através de contatos telefônicos com os respectivos contadores.

2.2 RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS

A seguir, apresentamos as médias de respostas válidas por questionário e por questão, com comentários da equipe de fiscalização quando pertinente.

2.2.1 QUESTIONÁRIO CONTABILISTAS

Dimensão 1: modelo adotado

As questões que integram o primeiro bloco de informações (dimensão 1) foram formuladas objetivando conhecer como estão estruturados os serviços de contabilidade nas unidades gestoras municipais sob a ótica político-administrativa.

Questão D1q1: A Unidade Gestora (UG) dispõe de uma estrutura própria para os serviços de contabilidade (existência de uma estrutura específica dentro da arquitetura organizacional da Unidade Gestora)?

Média das respostas válidas:

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Contabilistas	179	74,58	61	25,42

Percebe-se que em 25,42% das respostas válidas os serviços de contabilidade nas unidades gestoras ainda não dispõem de uma estrutura organizacional própria, o que pode representar um prejuízo para as atividades de contabilidade sob o ponto de vista da sua governança, ocasionando conflito com outras atividades administrativas, ou até mesmo afetar a necessária segregação de funções.



Questão D1q2: Dispondo de estrutura própria na UG, os serviços de contabilidade estão situados em que nível nessa estrutura organizacional?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Secretaria	17	3,47
Subsecretaria	4	0,82
Gerência	20	4,08
Departamento	318	64,90
Unidade	10	2,04
Setor	79	16,12
Área	8	1,63
Outros	34	6,94

Questão D1q3: Em qual nível da hierarquia encontra-se esse setor?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
1º nível	47	19,92
2º nível	80	33,90
3º nível	66	27,97
4º nível	26	11,02
5º nível	17	7,19

Questão D1q4: No que se refere à concentração ou segregação dos serviços de contabilidade dentro das unidades gestoras:

Questionário	Contabilista	
	Quantidade	%
Existe uma única estrutura centralizada na prefeitura, em que os serviços de contabilidade de todas as UGs da administração direta e/ou indireta são processados	100	41,84
Existe somente unidades desconcentradas, sem uma contabilidade central na prefeitura responsável pela consolidação das demais unidades gestoras, orientação e edição de normativos. Esses serviços (consolidação e orientação) são realizados pela unidade executora da prefeitura.	28	11,72
Existe a contabilidade central e unidades executoras subordinadas com serviços de contabilidade específicos.	60	25,10
Outros.	51	21,34

Questão D1q5: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua existe(m) profissional(is) com formação em ciências contábeis, responsáveis **exclusivamente pela contabilidade orçamentária**, compreendendo as ações necessárias para acompanhamento dos créditos disponíveis, a utilização dos mesmos por meio dos empenhos e liquidações, a correta classificação orçamentária de acordo com os normativos vigentes, a



abertura dos créditos adicionais, emissão dos balancetes da execução orçamentária, **além dos estudos referentes a Lei Federal nº. 4.320/64?**

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	102	43,04
Sim	135	56,96

Questão D1q6: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua existe(m) profissional(is) com formação em ciências contábeis, responsáveis **exclusivamente pela contabilidade financeira**, compreendendo as operações referentes a correta classificação e registro da arrecadação dos impostos e transferências, a sua correta destinação dos recursos conforme fontes de recursos, a realização dos pagamentos de acordo com a ordem cronológica, a aplicação dos recursos no mercado financeiro, da gestão dos recursos de terceiros (retenção de consignações e cauções), a gestão dos recursos por fontes e o fechamento e conciliação diária da tesouraria?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	112	47,26
Sim	125	52,74

Questão D1q7: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua existe(m) profissional(is) com formação em ciências contábeis, responsáveis **exclusivamente pela contabilidade patrimonial**, compreendendo as atividades de gestão do plano de contas e eventos contábeis, realização da conformidade diária, emissão, conferência e conciliação do balancete de verificação contábil, realização da consolidação das contas das unidades gestoras, elaboração do balanço geral do município, implementação do processo de convergência dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCP), estudo das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), expedição de normas e integração de processos, fluxos, setores e sistemas com o objetivo de subsidiar os registros contábeis patrimoniais e elaboração da política contábil do ente?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	121	51,27
Sim	115	48,73



Questão D1q8: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua existe(m) profissional(is) com formação em ciências contábeis responsáveis **exclusivamente pela saída da informação contábil** por meio de processos de prestação de contas aos diversos **atores externos**, a exemplo do CidadES (PCM e PCA), Siconfi, SIOPE, SIOPS, publicações dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (RREO e RGF), portal da transparência, atendimento das demandas da Lei de Acesso a Informação (LAI), etc.?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	110	46,41
Sim	127	53,59

Questão D1q9: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua existe(m) profissional(is) com formação em ciências contábeis, responsáveis **exclusivamente pela saída da informação contábil** por meio de elaboração de análises para o apoio a tomada de decisão aos diversos **atores internos (contabilidade gerencial)**?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	137	58,05
Sim	99	41,95

Questão D1q10: No que se refere à **segregação de funções** para os registros contábeis das fases da execução orçamentária, na(s) unidades(s) gestora(s) que atua:

Questionário	Contabilista	
	Quantidade	%
Existem profissionais distintos responsáveis pelos registros dos empenhos, liquidações e pagamentos.	88	37,13
Existem profissionais distintos responsáveis pelo registro dos empenhos e liquidações, e outro pelo registro dos pagamentos.	149	62,87
Existe somente um profissional responsável pelo registro dos empenhos, liquidações e pagamentos.	-	-

Questão D1q11: O responsável pelos serviços de tesouraria da unidade(s) gestora(s) tem formação em ciências contábeis?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	137	58,05



Sim	99	41,95
-----	----	-------

Questão D1q12: Na(s) unidades(s) gestora(s) que atua as peças de planejamento governamental: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentaria Anual são:

Questionário	Contabilista	
	Quantidade	%
Elaboradas pelos serviços de contabilidade do município.	69	29,13
Elaboradas pelos serviços de planejamento municipal.	56	23,63
Elaboradas por empresa contratada.	13	5,49
Elaboradas de forma conjunta pelos serviços de contabilidade e planejamento.	47	19,83
Elaboradas de forma conjunta pelos serviços de contabilidade e empresa contratada.	30	12,66
Outros	22	9,26

Questão D1q13: Os profissionais que atuam nos serviços de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) que atuam são convidados a participar do processo de elaboração dos seus instrumentos de planejamento?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	61	25,85
Sim	175	74,15

Dimensão 2: recursos humanos

As questões formatadas para a dimensão 2 tiveram como objetivo identificar aspectos relacionados à estrutura e à política de recursos humanos adotadas para a governança dos serviços de contabilidade.

Questão D2q1: Na estrutura de pessoal efetivo da(s) unidade(s) gestora(s) onde atua existe o cargo de contador?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	92	38,82
Sim	145	61,18

Questão D2q2: Para as respostas positivas, os contabilistas informaram as descrições dos cargos, a respectiva data de criação com o número do instrumento normativo instituidor.



De forma prática, agrupamos nessa questão os títulos dados aos cargos criados, deixando de informar os instrumentos normativos e respectivas datas de instituição no corpo deste relatório, considerando que essas informações estarão disponíveis nos formulários de respostas, os quais integram o conjunto de papéis de trabalho que subsidiam a presente fiscalização.

Questionário Contabilista	Quantidade
Analista Contábil	2
Analista de Gestão - Contabilidade	1
Analista em Gestão Pública - Contador	6
Analista Financeiro	1
Analista Legislativo - Contador	1
Analista Operacional	1
Analista Público de Gestão	1
Assistente administrativo - Contador	1
Contador	92
Contador Legislativo	2
Contador Previdenciário	1
Gerente Contábil	1
Oficial Técnico Contador	1
Oficial Técnico Contador Legislativo	1
Superintendente Administrativo, Financeiro e Contábil	1
Técnico de Nível Superior - Contador	1
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Contabilidade e Finanças	1

Questão D2q3: Quantos profissionais com formação em ciências contábeis atuam nos serviços de contabilidade na(s) unidade(s) gestora(s)?

Questionário Contabilista	
Número de profissionais com formação em ciências contábeis atuando nas unidades gestoras	Somatório de respostas
0 profissionais	11
1 profissional	111
2 profissionais	51
3 profissionais	15
4 profissionais	9
5 profissionais	3
6 profissionais	4
7 profissionais	7
8 profissionais	1
10 profissionais	2
11 profissionais	7
12 profissionais	5
13 profissionais	3
14 profissionais	1
19 profissionais	1



Questão D2q4: Em sua percepção, o setor de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) que atua dispõe de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para atender as demandas sob sua responsabilidade?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	125	51,65
Sim	117	48,35

Essa questão admitia comentários. A seguir, destacamos os comentários mais relevantes apontados pelos profissionais que responderam ao questionário:

- ✓ Apesar de termos profissionais qualificados acredito que temos em quantidade insuficiente para o atendimento de todas as demandas;
- ✓ Parcialmente, pois durante o 1ª trimestre, devidos aos prazos estipulados, o volume de serviço aumenta significativamente;
- ✓ Por ser pequena, caso não ocorra o desvio de função, é possível que um único responsável contábil atenda de forma eficiente toda a demanda desta unidade gestora;
- ✓ Qualificados sim. Quantidade suficiente não.

Importante destacar que não houve nenhuma resposta alegando insuficiência de qualificação, apenas insuficiência quantitativa em alguns casos.

Questão D2q5: O responsável técnico pela contabilidade da unidade gestora que atua responde por outra(s) UG(s) simultaneamente?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	141	60
Sim	94	40

Questão D2q6: Sendo positiva a resposta à questão anterior (D2q5), por quantas unidades gestoras o profissional da contabilidade responde tecnicamente?

Quantidade de UGs	Contabilistas
	Número de profissionais que respondem pela quantidade de UGs
2	44
3	20
4	16
5	6



6	2
7	2
9	1
10	1
19	1

Questão D2q7: A(s) unidade(s) gestora(s) onde atua conta(m) com o apoio/auxílio de uma consultoria contábil especializada?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	169	72,22
Sim	65	27,78

Questão D2q8: Na sua percepção a consultoria contábil especializada auxilia ou auxiliaria (na hipótese de não existir) no desenvolvimento das atribuições da contabilidade?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	45	19,23
Sim	189	80,77

Questão D2q9: Qual o tempo de experiência, em média, o(s) profissional(is) de contabilidade que atua(m) na(s) UG(s) possui(em) na especialidade "contabilidade aplicada ao setor público"?

Questionário Contabilista		
Tempo de experiência	Somatório de respostas	%
Menos de 02 anos.	22	9,40
Entre 02 e 05 anos.	47	20,09
Entre 05 e 10 anos.	83	35,47
Mais de 10 anos.	82	35,04

Questão D2q10: Há definição clara de tarefas e segregação de funções para os servidores que atuam nos serviços de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s), quer seja dentro do próprio setor de contabilidade, quer seja em relação a outras estruturas administrativas?

Questionário Contabilista		
Opções de respostas	Somatório de respostas	%
Sim, existe a definição de tarefas estabelecidas, além da segregação de funções.	114	48,72



Sim, existe a definição de tarefas estabelecidas, mas não existe segregação de funções.	84	35,90
Não existe definição clara das tarefas e nem segregação de funções.	36	15,38

Questão D2q11: Existe um programa definido de qualificação dos servidores que atuam na contabilidade?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	215	91,88
Sim	19	8,12

Questão D2q12: Nas hipóteses de respostas positivas à questão anterior, os programas de qualificação envolvem apenas qualificações em cursos de curta duração ou há possibilidade de realização de especializações em nível de pós-graduação, mestrado e/ou doutorado?

Opções de respostas	%
Sim, envolve apenas cursos de curta duração.	92
Sim, envolve inclusive especializações (pós-graduação lato sensu).	0
Sim, envolve inclusive especializações (pós-graduação lato sensu, mestrado, doutorado).	8

Questão D2q13: Em relação à qualificação profissional, quantas horas de treinamentos, em média, os profissionais de contabilidade realizam por ano?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Nenhuma	71	30,47
Até 40 horas	144	61,80
Entre 40 e 100 horas	16	6,87
Mais de 100 horas	02	0,86

Questão D2q14: Em relação à qualificação profissional, as horas de treinamento são consideradas como efetivo exercício?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	86	36,91
Sim	147	63,09



Questão D2q15: Os treinamentos mais procurados pelos profissionais da(s) unidade(s) gestora(s) são na área de:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Contabilidade orçamentária	74	31,76
Contabilidade financeira	14	6,01
Contabilidade patrimonial	62	26,61
Direito financeiro (LRF, Lei 4.320/64, etc.).	8	3,43
Outros	75	32,19

Questão D2q16: Geralmente os treinamentos são ofertados pela administração pública ou são solicitados pelos próprios servidores?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Ofertados pelo município	19	8,15
Requeridos pelos servidores	110	47,21
Estamos nos atualizando somente por meio de cursos online, gratuitos e lives.	104	44,64

Questão D2q17: Na(s) unidade(s) gestora(s) e/ou município que atua existe alguma política de reconhecimento e valorização profissional ou plano de carreira?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	145	59,91
Sim	97	40,09

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Em que pese existir plano de carreira, os salários de demais vantagens estão defasados. Não há uma política de valorização dos profissionais;
- ✓ Todos os gestores municipais que passaram não valorizam a contabilidade. Não há distinção entre setores na administração;
- ✓ Existe plano de carreira, mas não foi posto em prática;
- ✓ Não há política de remuneração por meritocracia;
- ✓ A remuneração é tão ruim que precisa ser complementada para alcançar o salário mínimo. Nesse caso, para manter o profissional foi preciso lotá-lo em um cargo comissionado;
- ✓ Não existe plano de carreira e não há previsão de sua instituição;



- ✓ Existe plano de carreira com possibilidade de progressão a cada dois anos com apresentação de certificados de qualificação em cursos especializados;
- ✓ De modo geral, as remunerações são incompatíveis com as atribuições dos cargos e não há incentivo à meritocracia;
- ✓ Há casos em que os planos de carreira no poder Legislativo superam os do Executivo.

Questão D2q18: Em sua percepção, você sente que a remuneração dos profissionais de contabilidade no seu município ou na UG onde atua é compatível com as atribuições estabelecidas?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	190	78,51
Sim	52	21,49

Comentários dos contabilistas quanto a essa questão:

- ✓ O salário base dos contadores públicos é muito baixo quando comparado com a iniciativa privada e com o nível de responsabilidades que eles assumem na administração pública. Por se tratar de uma profissão estratégica na gestão, há uma preocupação com a constante atualização de conhecimentos;
- ✓ Há um acúmulo de atribuições exigindo dedicação além da capacidade dos servidores, o que também contribui para essa percepção de remuneração inferior que seria devido;
- ✓ A baixa remuneração dos contabilistas tem refletido no desinteresse de novos profissionais ingressarem na administração pública. E quando há ingresso de novos servidores, há uma alta rotatividade porque não conseguem permanecer em face do excesso de atribuições e baixa remuneração.

Questão D2q19: Você se sente valorizado pelos serviços que executa?

A seguir relacionamos na íntegra alguns comentários dos contabilistas quanto a essa questão:

- ✓ Dentro da realidade em que vivemos digamos que sim;



- ✓ Não, vejo entrar e sair gestores e nenhum valoriza a área de contabilidade e seus profissionais;
- ✓ Sim, o trabalho da contabilidade é bem visto e reconhecido no município, apesar de a remuneração base ainda não ser boa, mas no que se refere as condições de trabalho e estrutura somos bem atendidos e reconhecidos;
- ✓ Não, o valor do salário é muito baixo, não temos sindicato que defende a carreira, nosso salário deveria ser no mínimo 60% do Salário do Prefeito Municipal;
- ✓ Diria que a valorização partiria do princípio não somente monetário, mas também de estabilidade emocional. Está cada dia mais difícil mantê-la, devido aos prazos de prestação de contas terem sido muito reduzidos nos últimos anos, gerando assim muito desconforto e ansiedade. Enfim, trabalhamos para cumprir prazos, impactando diretamente na qualidade dos serviços prestados;
- ✓ Na maioria das vezes sim, mas a falta de estrutura de pessoal qualificado, de certa forma, causa um sentimento de desvalorização pelos serviços executados;
- ✓ Não! Se cumprir com as exigências legais, está tudo bem, mas o profissional contábil não é valorizado;
- ✓ Não. Sinto que não temos apoio, apenas muito trabalho. Somos responsáveis por tudo que o tribunal cobra, mas não somos valorizados ao mesmo nível;
- ✓ Não me sinto valorizada tendo em vista a quantidade de Unidades Gestoras e a responsabilidade por todas elas, em todas as UG's, sem contar que na equipe não há ninguém com formação na área contábil;
- ✓ O município não reconhece o valor do profissional "contador": somos agentes que materializa e/ou verifica a conformidade dos atos da administração pública, isto é, exercemos uma função essencial, necessária e indispensável aos gestores públicos, à transparência e à fiscalização dos recursos públicos. Sem informações contábeis não há controle orçamentário, financeiro e patrimonial;
- ✓ Temos muita vontade em fazer o melhor possível, e a contabilidade é uma área de muita importância para sociedade, isso nos traz motivação quando logramos êxito, independente da remuneração que também é um fator que agrega, mas não o mais importante de todos;



- ✓ Hoje em dia me sinto valorizada por alguns servidores/setores. Mas percebo que a valorização não ocorre somente do reconhecimento do seu trabalho, e sim de um conjunto de fatores, sendo uma das principais a mentalidade dos gestores e servidores. Muitas vezes o fato de buscar a adequação das informações contábeis acaba por interferir diretamente nos demais setores, o que gera um grande desconforto, atrapalhando diretamente o ambiente de trabalho. Isso também decorre da falta de influência e interesse de setores chaves. Com isso, acaba-se que muitas vezes o contador é visto como algo ruim, gerando um desgaste diário em suas tarefas. Ademais, o fato de haver uma atual valorização por servidores que atuam em cargos políticos e/ou comissionados, faz com que uma eventual mudança de governo possa impactar diretamente nessa valorização, já que os novos ocupantes poderão ter uma ausência de responsabilização perante os fatos diários ocorridos em um órgão, conseqüentemente, desvalorizando o contador.

Questão D2q20: A quantidade de informações exigíveis dos setores de contabilidade, bem como, o cumprimento de prazos legalmente estabelecidos tem afetado a qualidade da informação produzida?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	151	62,40
Sim	91	37,60

Algumas respostas foram comentadas. A seguir, reproduzimos aquelas que resumem os comentários no geral:

- ✓ Apesar da contabilidade estar em dia, com as constantes mudanças e alterações nos arquivos a serem enviados, os problemas enfrentados na transmissão desses dados para o TCEES no formato exigido demanda muito tempo;
- ✓ Devido à grande demanda de informações repetitivas a ser alimentadas e enviadas aos órgãos de controle, e a pouca disponibilidade de profissionais, vejo que as devidas informações não são utilizadas como deveriam;



- ✓ Com certeza, os prazos curtos não nos permitem apurar melhor os serviços prestados;
- ✓ O contador não tem tempo hábil de analisar os dados contábeis;
- ✓ Muitas declarações e informativos são repetidos, não havendo necessidade por exemplo de PCM todo mês;
- ✓ A informação de qualidade demanda estudo e prática. O excesso de serviços compromete a construção do conhecimento, e consequentemente a qualidade da informação;
- ✓ Para melhor, tendo em vista que os prazos fortalecem a busca continua por melhorias;
- ✓ São muitos prazos e compromissos, por exemplo mesmo este questionário em pleno período de prestação de contas;
- ✓ A contabilidade deveria funcionar como material para gerenciamento e apoio a tomada de decisão aos diversos atores internos, contudo acabamos trabalhando mais para cumprimento de prazos de diversos órgãos externos;
- ✓ Embora a gente se desdobre para dar conta do recado, as alterações constantes nas legislações que envolvem os relatórios que devem ser apresentados com prazos pré estabelecidos e inalterados, afetam sim, como por exemplo alteração de ementário da receita após prazo de remessa de LDO para legislativo, bem como alteração em plano de contas e fontes de recurso, alteração nos relatórios da LRF, enfim... a gente se desgasta imenso, trabalha fora do horário, aos fins de semana, mas ainda assim, a gente não consegue ser 100%;
- ✓ Tudo feito sem conferência, muito corrido.

Importa destacar que o prazo curto para prestar contas não deve ser empecilho para os jurisdicionados, tendo em vista que a contabilidade é diária e precisa ser tempestiva. O processo de prestação de contas deve ser algo automático, uma consequência dos registros contábeis diários, sem demandar tanto esforço por parte dos responsáveis. Para isso os sistemas informatizados devem estar preparados para o processamento e envio das informações para o Tribunal de Contas de forma tempestivas e com o mínimo de intervenção humana possível.



Verifica-se então, que a dificuldade não está relacionada ao prazo para prestação de contas, mas na estrutura humana e tecnológica dos jurisdicionados.

Quando a rotina operacional é automatizada, os profissionais da contabilidade precisam dedicar menor esforço para procedimentos repetitivos e, por consequência, conseguindo focar na análise das informações, no planejamento de suas ações, em qualificação, etc., auxiliando os gestores na tomada de decisão, ou seja, uma atuação “a partir do balancete”.

Os procedimentos contábeis devem ser definidos por políticas contábeis e verificados periodicamente (testados) para saber se estão adequados. Essa rotina assegurará maior qualidade às informações contábeis.

Quanto à PCM, vale destacar que sua exigência subsidia a correção tempestiva de eventuais erros formais, além de possibilitar o acompanhamento da gestão fiscal, patrimonial e previdenciária, permitindo, ao final, a geração de uma prestação de contas livre de erros formais.

Questão D2q21: Qual(is) a(s) dificuldade(s) encontrada(s) pelos serviços de contabilidade para acompanhar e implementar novos regramentos legais?

Dentre as dificuldades relatada, destacam-se:

- ✓ A não existência de segregação de responsabilidades;
- ✓ Falta de treinamento, de capacitação;
- ✓ A dinâmica nas mudanças da legislação;
- ✓ Compatibilidade do sistema contábil de informática;
- ✓ Muitas mudanças e novidades acontecendo simultaneamente em relação a previdência, novas formas de contabilização, portarias novas da SPREV, ementário da receita e PCASP com novas contas, dentre outras. A dificuldade é não ter um só local que reúna essas informações, temos que atender tanto os órgãos de controle interno, quanto o externo como TCE e SPREV;
- ✓ Prazos, por exemplo, as vezes as mudanças implantadas são realizadas a após a elaboração do orçamento, e com tempo muito curto para serem implementadas, seja para atualização dos sistemas informatizados, seja para implementação das rotinas nas atividades diárias;



- ✓ Poucos profissionais capacitados e a baixa remuneração não atrai novos profissionais;
- ✓ Falta de tempo e impossibilidade para realização de treinamentos e estudos;
- ✓ Deficiência de servidores habilitados e capacitados para executar as tarefas;
- ✓ Excesso de trabalho para alguns servidores, por conseguinte, servidores que executam poucas atividades;
- ✓ Salários defasados e desmotivadores;
- ✓ Equipamentos e rede informatizada deficitários;
- ✓ Gestores desinformados e desinteressados sobre as mudanças e implementações;
- ✓ Falta de interesse, competência e profissionalismo entre as equipes que compõem os novos regimentos e são interdependentes;
- ✓ Departamentos de ponta ocupados por cargos comissionados, impedindo a continuidade dos processos implementados;
- ✓ Rotatividade de servidores nos setores de contabilidade;
- ✓ Descontinuidade no serviço público, prejudicando a continuidade dos procedimentos implantados;
- ✓ Cultura arcaica de pensamento onde tudo é responsabilidade do departamento contábil;
- ✓ Falta de apoio profissional do órgão de classe (CRC);
- ✓ Falta de capacitação para os gestores, proporcionada pelo Tribunal de Contas, sobre os novos regimentos e a implementação dos mesmos;
- ✓ Sem assessoria contábil e jurídica dificulta as implantações de novas regras;
- ✓ A grande dificuldade é o conhecimento na prática pois exige conhecimentos complexos na área de atuação. Houve muita dificuldade no começo, mas à medida que fora atuando e com cursos e orientações providas exclusivamente para o setor encontramos o caminho para atuar;

Questão D2q22: Quanto, em sua percepção, as alterações legislativas têm afetado a qualidade das informações contábeis geradas?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Pouco	27	11,64
Muito	71	30,60
Parcialmente	98	42,24



Não tem afetado	36	15,52
-----------------	----	-------

Questão D2q23: A(s) unidade(s) gestora(s) onde atua possui(em) um ou mais profissional(s) de contabilidade capacitado(s) e em condições de substituir o responsável pelos serviços contábeis no caso de afastamentos legais (ex. licença médica, licença maternidade/paternidade, treinamentos, etc)?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	140	60,34
Sim	92	39,66

Dimensão 3: estruturas físicas e tecnológicas

As questões que integram esse terceiro bloco de informações foram formuladas objetivando conhecer como estão as estruturas físicas e tecnológicas à disposição dos serviços de contabilidade nas unidades gestoras municipais.

Vejamos as respostas:

Questão D3q1: Em sua percepção a estrutura física (espaço físico, mobiliário, etc.) disponibilizada para a prestação dos serviços de contabilidade são adequadas e suficientes para o bom desempenho das suas atividades?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	83	34,30
Sim	159	65,70

Questão D3q2: Em sua percepção a estrutura tecnológica (computadores, notebook, internet, impressoras), disponibilizada para os serviços de contabilidade são adequadas e suficientes para o bom desempenho das suas atividades?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	183	75,62
Sim	59	24,38



Principais comentários apresentados pelos contabilistas:

- ✓ Deficiências nas estruturas de redes e internet
- ✓ Equipamentos obsoletos
- ✓ Deficiências no sistema de backups

Questão D3q3: Os serviços de contabilidade dispõem de apoio de profissional de tecnologia da informação (TI) para o bom desempenho de suas atividades?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	82	75,62
Sim	150	24,38

Questão D3q4: O seu município ou a(s) UG(s) onde atua possui um comitê gestor de informática e um plano municipal de tecnologia da informação?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	185	79,74
Sim	47	20,26

Questão D3q5: Em sua percepção o Siafic (sistema de administração financeira e controle) disponibilizado pelo Poder Executivo para utilização pela(s) unidade(s) gestora(s) é adequado para o bom desempenho das suas atividades?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	66	27,27
Sim	176	72,73

Questão D3q6: Em sua percepção, o sistema integrado de administração financeira e controle (Siafic) utilizado pelos serviços de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) atende os requisitos mínimos de qualificação exigidos pelo Decreto Federal nº 10.540/2020?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	57	23,55
Sim	185	76,45



Questão D3q7: Todas as unidades gestoras do seu município estão utilizando um sistema integrado de administração financeira e controle (Siafic)?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	27	15,98
Sim	142	84,02

Questão D3q8: Em sua percepção, a empresa responsável pelo Siafic consegue se adaptar com facilidade às mudanças normativas e exigências dos órgãos reguladores e de controle?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	76	31,40
Sim	166	68,60

Questão D3q9: Em sua percepção o sistema de contabilidade utilizado atualmente pela(s) unidade(s) gestora(s) onde atua, é mais eficiente, mais fácil de manusear, mais moderno e mais confiável do que era utilizado há 3 anos atrás?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	23	9,96
Sim	208	90,04

Questão D3q10: De 0 a 10, qual nota você daria para o quanto o sistema de contabilidade utilizado pela(s) UG(s) onde atua te ajuda a desempenhar as suas atribuições com qualidade?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
0 a 2,5	2	0,72
2,51 a 5	61	21,94
5,01 a 7,5	66	23,74
7,51 a 10	149	53,60

Questão D3q11: Os processos administrativos que transitam pelos serviços de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) onde atua são gerados de forma:

Opção de respostas	Contabilistas
--------------------	---------------



	Quantidade	%
Física	143	61,37
Parcialmente digital	58	24,89
Totalmente digital	32	13,74

Dimensão 4: plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais

Nesse grupo de questões, objetiva-se diagnosticar como está o processo de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais nos municípios. Vejamos:

Questão D4q1: Qual o nível de envolvimento da **alta administração (prefeito, secretários e dirigentes)** com as ações necessárias para efetiva implantação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Estão plenamente comprometidos, promovendo as ações e os recursos humanos e tecnológicos necessárias para o efetivo cumprimento do plano estabelecido.	61	26,41
Estão comprometidos, mas não dispõem dos recursos humanos e tecnológicos necessárias para o efetivo cumprimento do plano.	51	22,08
Estão comprometidos, dispõem mas não disponibilizam os recursos humanos e tecnológicos necessárias para o efetivo cumprimento do plano.	19	8,22
Desconhecem o PIPCP ou o conhecem mas não estão comprometidos com sua implantação.	100	43,29

Questão D4q2: Considerando a necessidade de implementação dos PIPCP, o município ou a(s) unidade(s) gestora(s) onde atua possui um comitê multidisciplinar (comitê formado por gestores, servidores e demais responsáveis) com a finalidade de realizar a integração de processos (geração da informação) e sistemas informatizados?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Sim, funcionando plenamente.	22	9,52
Sim, só existe uma designação formal.	31	13,42
Não.	178	77,06

Questão D4q3: Especificamente em relação à integração com os demais sistemas estruturantes (RH, Administração Patrimonial, Administração Tributária,



Contratações Públicas, etc.) o Siafic utilizado na(s) unidade(s) gestora(s) está integrado?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Totalmente.	108	46,75
Parcialmente, integrado com o sistema de administração patrimonial.	32	13,85
Parcialmente, integrado com o sistema de administração tributária.	8	3,46
Parcialmente, integrado com o sistema de contratações públicas.	15	6,49
Parcialmente, integrado com o sistema de recursos humanos.	20	8,66
Não há nenhuma integração.	48	20,79

Questão D4q4: Qual o nível de envolvimento dos profissionais de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) onde atua com as ações necessárias para efetiva implantação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Estão plenamente comprometidos e se dedicando às ações necessárias para o efetivo cumprimento do plano estabelecido.	49	21,21
Reconhecem a importância da implementação dos procedimentos, mas não dispõem de tempo necessário para se dedicar à realização das ações necessárias para o efetivo cumprimento do plano estabelecido.	75	32,47
Reconhecem a importância da implementação dos procedimentos, dispõem de pouco tempo para se dedicar à realização das ações necessárias para o efetivo cumprimento do plano estabelecido, contudo não contam com o apoio das demais áreas envolvidas.	51	22,08
Desconhecem o PIPCP ou o conhecem mas não estão comprometidos com sua implementação.	56	24,24

Questão D4q5: Existe algum servidor/comissão com a responsabilidade de gerenciar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, com autonomia suficiente para cobrar a realização das ações?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	194	83,98
Sim	37	16,02

Questão D4q6: Há acompanhamento constante do profissional contábil para adequação do fluxo das informações e registros contábeis para implementação dos PIPCPs?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	152	65,80
Sim	79	34,2



Questão D4q7: Em sua opinião, as ações necessárias para implementação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP estão sendo adotados pela(s) unidade(s) gestora(s) onde atua?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	139	60,17
Sim	92	39,83

Questão D4q8: O município ou a(s) unidade(s) gestora(s) onde atua possui(em) um documento estabelecendo a sua “Política Contábil”, ou seja, definindo quais são os princípios específicos, fundamentos, convenções, regras e práticas aplicadas pela entidade ao preparar e apresentar suas demonstrações financeiras?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	162	70,13
Sim	68	29,87

Questão D4q9: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas, o município ou a(s) UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	30	12,98
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	53	22,94
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	-	-
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	-	-
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	38	16,45
Não se aplica.	109	47,63



Questão D4q10: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	27	11,74
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	53	23,04
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	15	6,52
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	22	9,56
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	-	-
Não se aplica.	113	49,14

Questão D4q11: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	37	16,09
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	51	22,17
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	8	3,48
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	26	11,30
Não se aplica.	106	46,09



Questão D4q12: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	27	11,74
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	67	29,13
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	11	4,78
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	1	0,44
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	27	11,74
Não se aplica.	97	42,17

Questão D4q13: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	67	29,00
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	109	47,19
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	4	1,73
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	3	1,30
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	48	20,78

Questão D4q14: Quanto à evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas, o município ou UG(s) onde atua:



Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	110	47,82
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	90	39,13
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	3	1,30
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	25	10,88

Questão D4q15: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis, e sua respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura), o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	38	16,52
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	93	40,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	11	4,78
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	5	2,17
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	83	36,1

Questão D4q16: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias, o município ou UG(s) onde atua:



Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	28	12,17
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	48	20,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	8	3,47
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	27	11,73
Não se aplica.	117	50,89

Questão D4q17: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.), o município ou (UGs) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	40	17,39
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	110	47,83
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	9	3,91
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	7	3,04
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	64	27,83

Questão D4q18: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares, o município ou UGs(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%



Não adotou medidas de implementação até o momento.	17	7,39
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	47	20,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	-	-
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	35	15,22
Norma não aplicável ao ente, pois não possuímos a necessidade de registro do passivo atuarial.	4	1,74
Não se aplica.	125	54,35

Questão D4q19: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	47	20,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	107	46,52
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	11	4,78
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	63	27,40

Questão D4q20: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	55	23,91
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	108	46,96
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das	4	1,74



informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.		
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	4	1,74
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	59	25,65

Questão D4q21: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	43	18,70
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	46	20
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	1	0,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	3	1,30
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	33	14,35
Não se aplica.	104	45,22

Questão D4q22: No que se refere aos outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	46	20
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	33	14,35
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e	-	-



forma de evidenciação.		
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	4	1,74
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	28	12,17
Não se aplica.	119	51,74

Questão D4q23: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	47	20,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	58	25,22
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	1	0,43
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.	2	0,87
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	37	16,09
Não se aplica.	85	36,96

Questão D4q24: Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques, o município ou UG(s) onde atua:

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não adotou medidas de implementação até o momento.	37	16,09
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.	99	43,04
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos e foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação.	9	3,91
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo	13	5,65



contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação e os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados.		
Já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, foi editado normativo contendo os critérios de reconhecimento, metodologia de mensuração e forma de evidenciação, os sistemas informatizados envolvidos já estão adequados e o ente já está efetuando os registros contábeis.	72	31,31

Dimensão 5: Qualidade da informação contábil

As questões trabalhadas nesse grupo objetivam medir a percepção dos contabilistas em relação à qualidade das informações que são produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios.

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Pronunciamento Técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro) a informação contábil, para ser útil precisa ser relevante, fidedigna, comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

Quanto a esses aspectos qualitativos, responda às questões subsequentes indicando qual a percepção que os profissionais de contabilidade da unidade gestora tem em relação às informações geradas pela contabilidade.

Questão D5q1: Quanto à relevância, as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos contábeis são relevantes e capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	18	7,43
Sim	224	92,57

A seguir reproduzimos os comentários mais relevantes descritos pelos contabilistas que responderam negativamente à questão:

- ✓ Falta mais atenção dos gestores a estes relatórios, principalmente em relação aos aspectos orçamentários e fiscais;
- ✓ Seriam se fossem disponibilizadas em linguagem que o usuário entenda;



Questão D5q2: Quanto à fidedignidade, as informações geradas representam de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar? São completas, neutras e isentas de erros (representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias)?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	25	10,12
Sim	222	89,88

- ✓ Existem informações antigas com lastros duvidosos;
- ✓ Falta a realização de conciliações periódicas, algo que já está em andamento, mas há grande dificuldade devido a possuir um único contador;
- ✓ Sistemas de informação não estão isentos de erros;

Questão D5q3: Quanto à comparabilidade, as informações geradas permitem sua comparação com informações similares de outras entidades (por exemplo, de outra UGs do mesmo ente, ou até mesmo com informações de outros entes públicos municipais)? E ainda, permitem a comparação com informações similares geradas pela própria entidade, referentes a outro período ou a outra data, possibilitando aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre essas informações?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	20	8,26
Sim	222	91,74

- ✓ Em sua maioria, porém, as vezes o sistema contábil utilizado apresenta inconsistências e divergências nos relatórios extraídos;
- ✓ Seguindo as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como demais diretrizes, é possível a comparabilidade entre os órgãos, pois os dados são apresentados sempre de forma uniforme;
- ✓ É possível sim, no entanto com as constantes trocas de sistemas, muitas informações eletrônicas ficam pendentes.



Questão D5q4: Quanto a capacidade de verificação, pode-se afirmar que diferentes usuários qualificados da informação contábil podem chegar às mesmas conclusões (essa característica da informação contábil está associada à garantia que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna)?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	19	7,85
Sim	223	92,15

Nenhum comentário relevante quanto a essa questão.

Questão D5q5: Quanto a tempestividade das informações geradas pela contabilidade, pode-se afirmar que a disponibilização das informações aos tomadores de decisões acontece a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	29	11,98
Sim	213	88,02

Comentários relevantes:

- ✓ Todo fechamento do dia anterior é totalmente fechado até as 14 h do dia seguinte aos acontecimentos dos fatos;
- ✓ Os prazos estabelecidos pelo CIDADES já respondem essa demanda;
- ✓ Sim, principalmente após a implementação dos novos prazos da PCM Cidades/TCE-ES;
- ✓ As informações contábeis são registradas a tempo para estarem disponíveis para as tomadas de decisões;
- ✓ Com a publicação diária no portal da transparência, possibilita-se ainda mais a tempestividade;



- ✓ Apesar de haver sempre o atraso no registro contábil quando a informação depende de determinados setores que frequentemente não tem compromisso com a tempestividade. Muitas informações chegam de forma tardia ao Setor de Contabilidade prejudicando a geração de informações no tempo adequado;
- ✓ Os registros contábeis tempestivamente e as emissão dos relatórios ocorrem em real *time*;
- ✓ Mas para isso, temos que trabalhar a noite e aos fins de semana por conexão. Como as alterações nas legislações estão sendo frequentes e sem tempo hábil de adequação, alguns relatórios, em algum momento precisam de retificação.

Questão D5q6: Quanto a compreensibilidade, pode-se afirmar que as informações geradas são claras, concisas, permitindo uma boa compreensão dos fenômenos objeto de registros e evidenciação por meio dos relatórios e demonstrativos contábeis?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	26	10,74
Sim	216	89,26

Destacamos, a seguir, os comentários dos contabilistas:

- ✓ Todas as informações contábeis são claras e objetivas, permitindo uma boa compreensão;
- ✓ As informações são claras, contudo, há uma dificuldade natural nas pessoas em compreender os dados contábeis;
- ✓ Procuramos evidenciar as informações contábeis quanto as características fundamentais de relevância e representação fidedignas e também com as características de melhoria, tudo pensando na transparência da gestão;
- ✓ As notas explicativas facilitam a compreensão dos registros contábeis;
- ✓ Relatórios complexos;
- ✓ Para usuários que não detém conhecimentos mínimos na área contábil, as demonstrações e relatórios são de difícil compreensão;



- ✓ Nem todos os usuários tem as habilidades necessárias para o entendimento das informações evidenciadas.

Questão D5q7: Os serviços de contabilidade da UG produzem relatórios periódicos para serem utilizados pelos gestores objetivando subsidiar sua tomada de decisão, bem como, para serem utilizados nas atividades sob responsabilidade das unidades de controle interno?

Questionário	Contabilistas	
	Quantidade	%
Não	27	11,64
Sim	205	88,36

Questão D5q8: Em sua percepção e na forma como os serviços de contabilidade atualmente encontram-se estruturados, a contabilidade está cumprindo quais dos objetivos a seguir apresentados?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade "sim"	Quantidade "não"
Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações.	191	51
Ser apoio ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos.	157	85
Proporcionar a adequada prestação de contas dos recursos públicos postos a disposição dos gestores públicos.	194	48
Ser o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.	132	110

Questão D5q9: Com relação à questão anterior (D5q8), caso algum(ns) objetivo(s) não esteja(m) sendo cumprido(s), em sua opinião quais ações deveriam ser tomadas para que a contabilidade da sua unidade gestora cumpra plenamente o seu papel e consiga garantir a qualidade da informação contábil produzida?

Principais comentários:

- ✓ É necessário um maior investimento em conhecimento, treinamento, ferramentas tecnológicas e principalmente a segregação de responsabilidades, para que os processos ocorram de forma natural, organizada e competente;



- ✓ Pessoal qualificado e remuneração satisfatória;
- ✓ Os dados contábeis serem mais usados nas tomadas de decisões;
- ✓ Equipe de apoio capacitada, valorização profissional e prazo suficiente para análise contábil;
- ✓ É necessário difundir entre as demais UGs, com a exceção da consolidadora, a cultura de análise dos resultados e tomada de decisões a partir de evidências. A sistematização das informações por meio de um sistema central de gestão de informações, difundido entre todas as UGs, permite a todas terem acesso às mesmas informações ao mesmo tempo. Muda, apenas, a finalidade com que cada uma utiliza tais informações;
- ✓ Ser apoio ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos;
- ✓ O objetivo é tão somente prestar contas ao TC;
- ✓ Em relação ao fornecimento de informações aos usuários, a forma como é apresentada deveria ser de mais fácil compreensão a qualquer tipo de usuário. Talvez com mais utilização de gráficos, imagens, vídeos ou mesmo com um canal direto para tirar dúvidas, ou algo do tipo (abrangendo aqui o controle social);
- ✓ Sobre apoiar a tomada de decisão, entendo que, antes do setor contábil mostrar seu trabalho, entendo que seja necessária a escolha de gestores mais preparados, que entendam minimamente de gestão pública, para assim poderem se apropriar de tudo que a contabilidade pode lhes oferecer.

Questão D5q10: O(s) gestor(es) responsável(is) pela(s) unidade(s) gestora(s) onde atua já solicitou(aram) relatórios e/ou as demonstrações contábeis dos serviços de contabilidade?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Sim	Não
Não	-	-
Balanco patrimonial	84	158
Balanco financeiro	100	142
Balanco orçamentário	100	142
Boletim de caixa	114	128
Relação de pagamentos a realizar	113	129
Demonstrativos dos gastos de pessoal	157	85
Demonstrativo da receita corrente líquida	96	146
Demonstrativos fiscais em geral	78	164
Demonstrativo de impacto financeiro e orçamentário para acompanhar projeto de lei.	126	116



Questão D5q11: Caso o(s) getor(es) solicite(m) informações contábeis, qual a frequência dessa solicitação?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Diariamente	10	4,31
Semanalmente	27	11,64
Mensalmente	140	60,34
Anualmente	55	23,71

Questão D5q12: Sob os aspectos orçamentário, financeiro, patrimonial, fiscal e previdenciário, quais são as maiores demandas de informações solicitadas pelo(s) gestor(es) responsável(is) pela(s) unidade(s) gestora(s) onde atua?

Principais respostas para aspectos orçamentários:

- ✓ Com finalidade de alocação de valores nas suas devidas dotações;
- ✓ Se existe dotação para a despesa;
- ✓ Controle de gastos orçamentários;
- ✓ Acompanhamento da execução orçamentária;
- ✓ Saldo de dotação atualizado, suplementações orçamentárias, saldo de superávit;
- ✓ Acompanhamento para cumprimento de metas;
- ✓ Acompanhamento do repasse de duodécimos;
- ✓ Planejamento para tomada de decisões;

Principais respostas para aspectos financeiros:

- ✓ Conhecer os rendimentos das aplicações financeiras;
- ✓ Conhecer as disponibilidades de saldos bancários;
- ✓ Acompanhamento da execução financeira;
- ✓ Disponibilidade de recursos para investimentos;
- ✓ Acompanhamento da entrada e saída de recursos;
- ✓ Valores a receber e pagar, e restos a pagar;
- ✓ Saldos financeiros por fontes de recursos;
- ✓ Disponibilidade no caixa para gastar;



- ✓ Informar conselho administrativo e comitê de investimentos.

Principais respostas para aspectos patrimoniais:

- ✓ Depreciação dos bens móveis e fluxo de entrada e saída do almoxarifado;
- ✓ Informações sobre o ativo imobilizado e sua conservação, manutenção e aquisição;
- ✓ Inventários patrimoniais;
- ✓ Evolução patrimonial;
- ✓ Conhecimento da real situação patrimonial do município.

Principais respostas para aspectos fiscais:

- ✓ Gastos com pessoal;
- ✓ Controle de aplicação em saúde e educação;
- ✓ Cumprimento das metas fiscais;
- ✓ Cumprimento dos limites legais e constitucionais principalmente aqueles relacionados as despesas do poder legislativo.

Principais respostas para aspectos previdenciários:

- ✓ Quanto aos repasses das UG's para este RPPS;
- ✓ Gastos com folha de pagamento;
- ✓ Aportes previdenciários;
- ✓ Se a CRP está em dia;
- ✓ Dívidas com o RPPS;
- ✓ Se os pagamentos devidos ao RPPS estão sendo realizados corretamente.

Questão D5q13: Em sua percepção, quem são os maiores usuários das informações contábeis do seu município?

Opção de respostas	Contabilistas	
	Quantidade	%
Prefeito	90	15
Secretários	98	16
Vereadores	56	9
Tribunal de Contas	202	33
Ministério Público	45	7
Sociedade em geral	75	12
Outros órgãos públicos	20	3
Outros	30	5



Destaques para outros usuários:

- ✓ Controle interno;
- ✓ Comitê de investimentos e conselhos administrativos;
- ✓ Conselhos municipais;
- ✓ Demais gestores e ordenadores;
- ✓ Contadores.

Questão D5q14: Objetivando contribuir para a melhoria da governança contábil nos municípios, qual ou quais sugestões de boas práticas você poderia apresentar?

Não foram citados exemplos de boas práticas, apenas sugestões de ações com vistas à melhoria da governança contábil nos municípios. Vejamos:

- ✓ Melhoria do quadro de servidores com contratações por concurso público, valorização e qualificação profissional;
- ✓ Ampliação da transparência e maior interlocução com a sociedade;
- ✓ Qualificação dos gestores;
- ✓ Avanço na automatização;
- ✓ Qualificação dos demais setores administrativos que tem interlocução com a contabilidade.

Questão D5q15: Poderia citar alguma boa prática que o TCEES desenvolve e que, na sua opinião, auxilia na promoção da qualidade da informação contábil?

- ✓ A aplicação deste questionário;
- ✓ Cursos oferecidos, principalmente os referentes à área contábil;
- ✓ A realização do Evento "JURIS", pois ele aproxima o convívio e a troca de experiências do órgão com os demais participantes e com o próprio Tribunal, possibilitando o desenvolvimento dos setores;
- ✓ *Lives* realizadas para orientações de dúvidas pontuais. Com as *lives* e cursos *on line* promovidas pelo TCEES, que nos permitem assistir, interagir, tirar dúvidas e nos atualizar sem precisar de dispor de grande deslocamento, tempo e gastos para comparecer. E também a comodidade de poder assistir novamente ao treinamento gravado;



- ✓ Orientações por meio da jurisprudência sistematizada;
- ✓ A realização de audiências públicas para consultar e orientar quanto as novas mudanças nos normativos que regulamentam as remessas para o CidadES;
- ✓ O Painel de Controle onde se tem uma visão menos contábil e mais perto do entendimento do usuário;
- ✓ O sítio "painel de controle" disponibilizado pelo TCE, assim como outras informações disponibilizadas eletronicamente pelo TCE/ES são de extrema importância para fins de comparação e auxílio nos trabalhos;
- ✓ Consistências indicativas e demais controles realizados pelo CidadES;
- ✓ A implantação do sistema Cidades é, talvez, a maior prática aplicada que vem melhorando muito a informação contábil, pois de uma certa forma vem obrigando os desenvolvedores de sistema e aos contadores à adequar os registros e as integrações em conformidade efetiva às legislações vigentes, e dessa forma, os dados gerados e apresentados aos órgãos externos são os equivalentes que se tem nas bases do município;
- ✓ Os módulos das prestações de contas do CidadES, em todos os níveis fazem com que os Municípios sejam obrigados a se organizarem administrativamente e planejarem minimamente que sejam. Ainda que dê muito trabalho, mas foi de suma importância essa boa prática por parte do TCEES;
- ✓ A exigência dos módulos no CidadES (contratação, folha de pagamento, prestações de contas) "forçam" os municípios a buscarem melhorias em sua estrutura organizacional, no controle e na transparência dos atos praticados pela administração pública;
- ✓ As cobranças antecipadas do TCEES em relação aos demais estados nos força a adaptar e solidificar as ações necessárias com antecedência;
- ✓ Utilização da Tecnologia da Informação para fazer análise dos documentos enviados das prestações de contas mensais e anuais, gerando relatórios automatizados e propiciando agilidade na elaboração dos relatórios contábeis;
- ✓ Os simuladores de cumprimento de metas do CIDADES;
- ✓ Transparências das prestações de contas e demais processos;
- ✓ Processos eletrônicos;
- ✓ Controle Social;



- ✓ Envio da Matriz de Saldos Contábeis;
- ✓ Implantação das remessas dos Cidades de Folha de Pagamento, Atos de Pessoal e Contratações. Com essa implementação as informações chegam ao setor contábil de forma mais rápida e atualizada;
- ✓ Detalhamento das contas contábeis;
- ✓ Com relação aos prazos executados, fornece um controle administrativo e auxilia no planejamento e desenvolvimento da Gestão;
- ✓ Acompanhamento e monitoramento das informações prestadas pelos municípios;
- ✓ A comunicação, o acesso do contador ao TCEES, é muito bom, auxilia o contador na qualidade da informação contábil;
- ✓ Abertura de chamados;
- ✓ Fiscalização do Siafic;
- ✓ O CIDADES; os anexos de gestão fiscal que gera após remessa do CIDADES mensal, para acompanhamento e verificação, bem como as peças contábeis. Acho o atendimento dos técnicos do TCE incrível (10, parabéns!).

Além das boas práticas citadas, também foram realizados alguns comentários. Vejamos:

- ✓ Sugere-se que a avaliação objeto deste questionário seja realizada periodicamente;
- ✓ O tribunal deve estar sempre disponível para orientar nas dúvidas que surgirem;
- ✓ Acho que a PCA deveria ter menos informações contábeis já que muitas informações são enviadas pela PCM;
- ✓ Realizar eventos de conscientização da importância do serviço contábil para os gestores.

Questão D5q16: Poderia sugerir alguma ação que o TCEES poderia desenvolver e que contribuiria para a promoção da qualidade da informação contábil?

Vamos às respostas:

- ✓ Envio de informações em tempo real para os contadores das informações vinculadas as UG's das quais eles sejam responsáveis;



- ✓ Cobrar/conscientizar de alguma forma os gestores da importância da informação contábil, setor contábil e conseqüentemente o profissional de contabilidade;
- ✓ Retomar os cursos específicos de contabilização voltados para RPPS, criar um canal de perguntas específicas sobre contabilização onde as dúvidas seriam esclarecidas;
- ✓ Ter algum servidor do tribunal que saiba na prática como é a realidade do município para cumprir as demandas exigidas. Pois quando exigem algo, não dão tempo de nos adequarmos;
- ✓ Criação de uma central de assistência para dúvidas dos Contadores Públicos;
- ✓ Tempo maior para entrada em vigor das normas aprovadas pelo TC;
- ✓ Retorno das capacitações regionalizadas;
- ✓ Incentivar a valorização profissional nos municípios;
- ✓ Realização de *lives* em horários noturnos;
- ✓ Treinamentos mais práticos, mais objetivos;
- ✓ Pareceres mais esclarecedores;
- ✓ Maior flexibilidade com prazos para envio de obrigações, principalmente PCA e PCM no início do ano;
- ✓ Ter um cronograma para alterações no sistema que permitisse impactar menos com as alterações. Desta forma permitiria amenizar as dificuldades de adequações das empresas fornecedoras do sistema contábil. Refletindo menor stress aos usuários do sistema;
- ✓ Adotar medidas de planejamento nas alterações sugeridas pela STN, a fim de que o Jurisdicionado e o Sistema Contábil tenham tempo hábil para gerar uma informação com qualidade ao TCE/ES;
- ✓ Desenvolvimento de sistema aberto para uso pelos jurisdicionados;
- ✓ O tribunal poderia desenvolver seu próprio sistema de informação junto com os municípios, numa linguagem única, de forma mais simplificada, dentro das normas contábeis, usando o amparo da TI;
- ✓ Implantar um sistema de contabilidade padrão estadual, custeado pelo Governo Estadual;
- ✓ Além do envio dos dados para o Siconfi (MSC), alimentar automaticamente também o Siops e Siope;



- ✓ Aperfeiçoamento das competências e habilidades de contadores através de cursos específicos para RPPS, ofertados pela Escola de Contas Públicas;
- ✓ Conscientização de secretários, prefeitos e vereadores transparência dos atos públicos;
- ✓ Análise de processos de concessões de benefícios com mais celeridade;
- ✓ Analisar as peças contábeis da PCAs e elaborar material orientativo aos jurisdicionados trazendo situações reais ocorridas como divergências, erros, ... para que possamos identificá-los e não cometer novamente, melhorando a cada dia as prestações de contas enviadas;
- ✓ Fazer trabalhos de qualificação juntos aos municípios, visando melhorar o desempenho dos municípios do ES no ranking nacional junto ao Siconfi;
- ✓ Passar a ouvir mais as UG's;
- ✓ Uma periodicidade e retorno das visitas do TCEES aos municípios;
- ✓ Fiscalização in loco;
- ✓ Ter um contato maior com a administração municipal, seja com prefeitos, secretários, para ressaltar a importância da informação remetida ao Tribunal de Contas, os procedimentos corretos a serem adotados, estruturação dos setores e definição de responsabilidades;
- ✓ Ouvir um pouco mais com contadores, e não realizar Audiências Públicas apenas para nos informar das decisões que já estão tomadas;
- ✓ Focar a fiscalização nos demais setores de um órgão, pois muitas vezes eles não veem a importância de suas ações para o conjunto;
- ✓ Exigir uma estrutura mínima dos municípios com profissionais com formação na área e com salários compatíveis às atividades desenvolvidas na área contábil, pois a realidade dos municípios do interior é extremamente difícil de atrair profissional contábil com a mínima experiência por falta da disponibilização de salários atrativos e, conseqüentemente, contratam profissionais 'tapa buraco', os quais nem sabem o que estão fazendo, simplesmente sendo meros digitadores sem senso crítico para qualquer tipo de análise. Isso levando-se em conta que o TCE é um dos maiores beneficiários das informações advindas das contabilidades dos municípios.

Questão D5q17: Poderia citar eventuais ações que o TCEES desenvolve que, na prática, prejudica a promoção da qualidade da informação contábil?



- ✓ As mudanças de procedimentos no meio do exercício;
- ✓ O excesso de detalhamento nas informações do sistema cidades demanda muito tempo entre o fechamento da contabilidade e a transmissão dos dados para o TCEES;
- ✓ Redundância de informações exigíveis nos diversos sistemas do TC;
- ✓ Pouquíssimo prazo entre a data de publicação das normas e o início de sua vigência;
- ✓ Calendário apertado de cumprimento dos prazos das prestações de contas;
- ✓ Muitas atualizações, solicitação de informações demais, na prática mal sabem como funciona a contabilidade nos municípios;
- ✓ Alteração constante em arquivos de prestações de contas mensais e anuais sem cronograma prévio e consonância com as empresas de sistema contábil;
- ✓ Excesso de implementações, muitas vezes não necessárias naquele momento. Poderiam aguardar para fazer de uma só vez, e com tempo;
- ✓ Aplicação de multas;
- ✓ Ausência de respostas rápidas para dúvidas que aparecem no dia a dia da gestão. Os pareceres em consulta demoram muito para serem respondidos e ainda não esclarecem de forma objetiva as dúvidas;
- ✓ Interpretam as leis de forma a legislar sobre o assunto;
- ✓ Acredito que em alguns casos, no processo de análise de prestação de contas pelo auditor poderia ser evitado uma notificação com um simples telefone ou e-mail para o contabilista responsável. Por vezes o gestor recebe uma notificação de pouca relevância e/ou facilmente explicável, que acaba por colocar em questão o trabalho da contabilidade que muitas vezes já vem desgastada pelas inúmeras responsabilidades, cobranças, prazos e falta de valorização;
- ✓ Mudanças repentinas na legislação, bem como a exigência instantânea de readequação dos órgãos e sistemas em prazos exíguos. Algumas alterações promovidas pela STN e TCEES no plano de contas, nos ementários da receita e das despesas, nas fontes de recursos foram liberadas em data posterior ao encaminhamento dos projetos da LOA e LDO ao Poder Legislativo e até mesmo após a aprovação dessas leis;
- ✓ Direcionar certas exigências para a contabilidade ao invés de ir na fonte onde é produzida a informação;



- ✓ Alteração de layout de arquivos de envio das Prestações de Contas Anuais e Mensais num curto prazo de tempo, acarretando correria e as vezes atraso no envio das informações;
- ✓ Enviar questionário como esse em um período tão tribulado.

2.2.2 QUESTIONÁRIO CONTROLADORES INTERNOS

Dimensão 1: estruturas administrativas

A seguir apresentamos o resultado da pesquisa no que diz respeito às questões voltadas para obter as percepções dos controladores internos quanto às **estruturas administrativas dos setores de contabilidade** de controle interno nas unidades gestoras municipais.

Questão D1q1: Em sua percepção o controle interno do município ou da(s) unidade(s) gestora(s) onde atua dispõe(m) de profissionais em quantidade suficiente para desempenhar as suas funções na verificação da qualidade das informações contábeis geradas pelos serviços de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s)?

Média das respostas válidas:

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	47	35	89	65

Essa questão admitia comentários. Observa-se que os comentários dos controladores, refletem o resultado da pesquisa que teve “não” em 65% das respostas, inclusive os que responderam positivamente, comentaram o excesso de demanda ocasionando sobrecarga quando *“algumas situações acontecem simultaneamente”* e também a carência de profissional da área contábil no setor em que atua. Nos comentários dos que responderam negativamente, observou-se casos de ter apenas um servidor atuando no controle interno.

Questão D1q2: O setor de controle interno onde atua dispõe de profissional(is) com formação em ciência contábeis em sua estrutura?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	70	51,47	66	48,53



Questão D1q3: Em sua percepção o(s) setor(es) de contabilidade do município ou da(s) unidade(s) gestora(s) dispõe(m) de profissionais qualificados para exercer as atribuições dos deles exigíveis?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	121	89	15	11

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Respondi "Sim" porque nós temos uma empresa de Assessoria Contábil. Caso contrário, minha resposta seria "Não";
- ✓ Não há desconcentração administrativa e a contabilidade do Fundo Municipal de Saúde é realizada na Secretaria da Fazenda, sendo necessário mais um contador para desempenhar as atividades do FMS;
- ✓ Sim, entretanto com um número insuficiente de profissionais;
- ✓ O Instituto de Previdência, apesar de possuir profissional formada em Ciências Contábeis não se mostra qualificada para exercer a função, conforme constatamos em Auditoria realizada na UG e que foi devidamente informa ao TCE-ES;
- ✓ Acredito que são profissionais que buscam aplicar seu melhor desempenho;
- ✓ O serviço terceirizado possui excelente contador;
- ✓ O setor só possui um funcionário (comissionado);
- ✓ O ideal é que houvesse um profissional para cada unidade gestora;
- ✓ Dispõe de 04 cargos efetivos de Técnico em Contabilidade, sendo apenas 02 ocupados e 01 cargo comissionado de Diretor Contábil;
- ✓ Os funcionários do setor de contabilidade são aptos para desempenhar suas atividades, porém o município não dispõe de profissional desempenhando atividade de contador;
- ✓ Os profissionais são habilitados, entretanto carecem de formação continuada especializada;
- ✓ Com exceção do Contador Geral que possui anos de experiência dentro da contabilidade pública, os demais estão "engatinhando" na contabilidade pública, como, por exemplo, o contador que hoje está no Controle Interno e o Secretário de Finanças da Câmara Municipal. Ressalto ainda que no setor de



contabilidade possui apenas técnicos contábeis e uma assessora técnica que possui formação em Ciências Contábeis e uma vasta experiência na área de contabilidade pública;

- ✓ o volume de trabalho é muito grande para estar centralizado em apenas 01 profissional;
- ✓ a Prefeitura Municipal possui somente um contador;
- ✓ Não, face o elevado número de ações e tarefas desempenhadas pelos profissionais de contabilidade, até mesmo no auxílio das análises de natureza contábil, realizadas pela Controladoria Geral do Município;
- ✓ rotatividade de profissionais, prejudica as atividades. A equipe é formada de excelentes servidores efetivos e comissionados, que podem ser capacitados com maior frequência, bem como ser composta de um número maior de profissionais para evitar a sobrecarga;
- ✓ A Prefeitura terceiriza serviços de contabilidade, no meu ponto de vista se ela terceiriza é porque a demanda é grande demais para os servidores ou os servidores não são qualificados o suficiente;
- ✓ há quadro desasado de profissionais havendo necessidade de concurso público;
- ✓ Há no Setor 3 servidoras: 2 graduadas e 1 graduanda em contabilidade. Porém, das graduadas 1 é servidora temporária (Assistente Administrativo), 1 é efetiva (Auxiliar de Escritório) respondendo como Contadora (TCEES já se manifestou a este respeito) e a graduanda é efetiva (Agente Administrativo). Tanto a Assistente quanto a Agente trabalham como apoio administrativo;
- ✓ O universo de informações e aprimoramento das normas que acontecem diariamente é extenso. O Controlador tem a necessidade de capacitar-se, planejar e executar as tarefas do setor, sendo impossível afirmarmos que temos qualificação suficiente. Sempre temos mais a aprender.

Questão D1q4: Em sua percepção, as estruturas físicas à disposição do(s) setor(es) de contabilidade do município ou da(s) unidade(s) gestora(s) são compatíveis com as necessidades e demandas daquele(s) setor(es)?

Questionário	Sim	Não
--------------	-----	-----



	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	105	77	31	23

Questão D1q5: Em sua percepção, as estruturas de tecnologia da informação à disposição do(s) setor(es) de contabilidade do município ou da(s) unidade(s) gestora(s) são compatíveis com as necessidades e demandas daquele(s) setor(es)?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	96	71	40	29

Dimensão 2: finalística

A seguir, relata-se o resultado das questões que tem por objetivo conhecer a percepção dos controladores internos em relação aos procedimentos realizados para assegurar a qualidade das informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios.

Questão D2q1: Quanto à relevância, as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos contábeis são relevantes e capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	133	98	3	2

Questão D2q2: Quanto à fidedignidade, as informações geradas representam de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar? São completas, neutras e isentas de erros (representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias)?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	122	90	14	10

Questão D2q3: Quanto à comparabilidade, as informações geradas permitem sua comparação com informações similares de outras entidades (por exemplo, de outra



UGs do mesmo ente, ou até mesmo com informações de outros entes públicos municipais)? E ainda, permitem a comparação com informações similares geradas pela própria entidade, referentes a outro período ou a outra data, possibilitando aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre essas informações?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	125	92	11	8

Questão D2q4: Quanto a capacidade de verificação, pode-se afirmar que diferentes usuários qualificados da informação contábil podem chegar às mesmas conclusões (essa característica da informação contábil está associada à garantia que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna)?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	130	96	6	4

Questão D2q5: Quanto a tempestividade das informações geradas pela contabilidade, pode-se afirmar que a disponibilização das informações aos tomadores de decisões acontece a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	119	87	17	13

Questão D2q6: Quanto a compreensibilidade, pode-se afirmar que as informações geradas são claras, concisas, permitindo uma boa compreensão dos fenômenos objeto de registros e evidenciação por meio dos relatórios e demonstrativos contábeis?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%



Controladores	129	95	7	5
---------------	-----	----	---	---

Questão D2q7: Para fins de acompanhamento e controle dos limites fiscais e constitucionais (LRF e CRFB/88) aos quais estão submetidos a administração pública, qual sua percepção em relação às informações geradas pela contabilidade? Elas são tempestivas, completas e suficientemente detalhadas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	124	91	12	9

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Os relatórios e as informações são de fácil entendimento e em nível de detalhamento, porém não são tempestiva e não observam os tramites institucionais;
- ✓ precisam ser mais detalhadas;
- ✓ acredito que elas poderiam ser mais facilmente influenciáveis e utilizadas para a tomada de decisões caso fossem em linguagem mais acessível e resumida para os gestores (políticos);
- ✓ quanto à clareza, concisão e boa compreensão dos mesmos por pessoas que não possuem formação contábil, acho que não atendem;
- ✓ A grande dificuldade enfrentada pelo Controle Interno se depreende na análise das Metas Fiscais, apesar das recomendações expedidas bimestralmente pelo Controle Interno ao Prefeito Municipal;
- ✓ Atualmente, algumas informações nos parecem carecer de tempestividade, completude e suficiência, possibilitando apenas uma análise genérica;
- ✓ possuímos dificuldades em receber retorno no prazo da Contabilidade quanto às nossas solicitações;
- ✓ Percebo que os históricos poderiam ser melhorados;
- ✓ porém demandam esclarecimentos e explicações para melhor compreensão do gestor;
- ✓ podem ser aprimoradas no que diz respeito ao detalhamento;
- ✓ Poderiam ser mais completas;



- ✓ No momento as informações não estão sendo apresentadas tempestivamente e devido a limitação de servidores na Controladoria, não conseguimos verificar as informações mensalmente;
- ✓ Não há plena tempestividade em relação à disponibilização de informações relativas ao controle dos limites fiscais e constitucionais;
- ✓ Nem sempre são tempestivos;
- ✓ Parcialmente, pois ainda faltam ferramentas de gestão que possibilitam aos profissionais contábeis demonstrar de forma tempestiva as necessidades da gestão municipal;
- ✓ dependemos da colaboração de todos os setores e é necessário cobrar e acompanhar os setores para que as informações venham com mais agilidade.

Questão D2q8: Para que as unidades de controle interno possam realizar suas auditorias, inspeções e outros instrumentos correlatos, bem como, avaliar procedimentos tais como tomadas de contas especiais, em sua percepção as informações prestadas pela contabilidade são completas, suficientes e úteis para elaboração de matrizes de planejamento e execução dos procedimentos de controle?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	122	90	14	10

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ falta maior comunicação e participação entre os setores;
- ✓ o controle interno não dispõe de auditor contador em seu quadro, não há como realizar análise contábil em seu trabalho;
- ✓ a maioria os pedidos de informação não são respondidos;
- ✓ Há dificuldade para receber retorno nas diligências solicitadas pelo Controle Interno;
- ✓ Melhorias podem ser adotadas, sobretudo na prestação de informações diretas e/ou documentos exatos;
- ✓ Poderiam ser mais completas e prestadas com mais agilidade;
- ✓ os processos são formalizados de maneira precária de algumas informações;



- ✓ Entende-se necessária a integração dos sistemas informatizados para fins de melhoria da qualidade e confiabilidade da informação;
- ✓ Demora na entrega de informações solicitadas, causadas por alta rotatividade e defasagem de funcionários;
- ✓ algumas informações nos parecem carecer de tempestividade, completude e suficiência, possibilitando apenas uma análise genérica.

Questão D2q9: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos adequados com a finalidade de salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	111	82	25	18

De cento e onze que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle da veracidade dos componentes patrimoniais:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	0
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	18
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	79

Questão D2q10: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos adequados com a finalidade de verificar a conformidade do registro contábil em relação ao ato correspondente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	109	80	27	20

De cento e nove que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle da conformidade do registro contábil em relação ao ato correspondente:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes



Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	10
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	10
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	21
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	65

Questão D2q11: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos e/ou define rotinas para obtenção de informações oportunas e qualificadas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	124	91	12	9

De cento e vinte quatro que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle da conformidade do registro contábil em relação ao ato correspondente:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	12
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	33
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	60

Questão D2q12: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos adequados com a finalidade garantir a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	131	96	5	4

De cento e trinta e um que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, para garantir a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	19
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	17



Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	18
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	28
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	49

Questão D2q13: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos adequados com a finalidade auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	119	87	17	13

De cento e dezenove que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, com a finalidade auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	22
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	13
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	13
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	27
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	44

Questão D2q14: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos (circularização com os bancos) com a finalidade de verificar a confiabilidade dos valores registrados como disponibilidades bancárias da instituição?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	57	42	79	58

De cinquenta e sete que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, com a finalidade de verificar a confiabilidade dos valores registrados como disponibilidades bancárias da instituição:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	8
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	41

Questão D2q15: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para assegurar que todas as contas bancárias do município estão sendo controladas pela contabilidade?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	80	59	56	41

De oitenta que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, para assegurar que todas as contas bancárias do município estão sendo controladas pela contabilidade:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	60

Questão D2q16: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para checagens das movimentações de bens de estoque e móveis registrados pelos serviços de contabilidade?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	102	75	34	25



De cento e dois que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, para checagens das movimentações de bens de estoque e móveis registrados pelos serviços de contabilidade:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	0
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	5
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	12
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	81

Questão D2q17: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para checagens dos valores registrados em depreciação e/ou amortização?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	77	57	59	43

Dos setenta e sete que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, para checagens dos valores registrados em depreciação e/ou amortização:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Municípios Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	61

Questão D2q18: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de inspeção física dos bens descritos no inventário de bens móveis?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	66	48	70	52

De sessenta e seis que responderam sim, procedem com a seguinte frequência no controle, de inspeção física dos bens descritos no inventário de bens móveis:



Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	57

Questão D2q19: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de verificação dos registros cartoriais dos bens imóveis do município?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	15	11	121	89

Os 15 controladores que responderam sim, declararam que a frequência que verificam os registros cartoriais dos bens imóveis do município é de uma vez por ano e por amostragem.

Questão D2q20: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de verificação dos valores inscritos em dívida ativa?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	64	47	72	53

Os sessenta e quatro que responderam sim, procedem com a seguinte frequência na verificação dos valores inscritos em dívida ativa:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	55

Questão D2q21: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de verificação de valores prescritos na relação dos devedores da dívida ativa?

Questionário	Sim	Não
--------------	-----	-----



	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	43	32	93	68

Os quarenta e três que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na verificação de valores prescritos na relação dos devedores da dívida ativa:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	39

Questão D2q22: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de revisão de cálculo na conta de ajustes da dívida ativa?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	22	16	114	84

Os vinte e dois que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na revisão de cálculo na conta de ajustes da dívida ativa:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até uma vez por ano	21

Questão D2q23: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de circularização de fornecedores?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	26	19	110	81



Os vinte e seis que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na circularização de fornecedores:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	16

Questão D2q24: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de checagem dos valores registrados na contabilidade referente as despesas com pessoal com os registros constantes nos relatórios analíticos da folha de pagamento?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	110	81	26	19

Os cento e dez que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na checagem dos valores registrados na contabilidade referente as despesas com pessoal com os registros constantes nos relatórios analíticos da folha de pagamento:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	5
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	17
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	21
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	60

Questão D2q25: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de conferência dos valores registrados na contabilidade com os valores das consignações retidas em folha de pagamento?

Questionário	Sim	Não



	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	72	53	64	47

Os setenta e dois que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, a conferência dos valores registrados na contabilidade com os valores das consignações retidas em folha de pagamento:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	43

Questão D2q26: O controle interno realiza entrevistas com o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial anual para verificar a qualidade das informações que devem constar nas notas explicativas acerca dos registros relativos a provisões matemáticas previdenciárias?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	20	15	116	85

Questão D2q27: Em sua percepção o controle interno verifica se os créditos adicionais abertos estão dentro dos percentuais e fontes de recursos autorizados pelo poder legislativo municipal?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	94	69	42	31

Os noventa e quatro que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na verificação se créditos adicionais abertos estão dentro dos percentuais e fontes de recursos autorizados pelo poder legislativo municipal:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	3



Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	73

Questão D2q28: Em sua percepção o controle interno faz testes por amostragem acerca da correta classificação orçamentária das receitas arrecadadas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	58	43	78	57

Os cinquenta e oito que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, nos testes por amostragem acerca da correta classificação orçamentária das receitas arrecadadas:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	43

Questão D2q29: Em sua percepção o controle interno faz testes por amostragem acerca da correta classificação orçamentária das despesas empenhadas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	75	55	61	45

Dos setenta e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, nos testes por amostragem acerca da correta classificação orçamentária das despesas empenhadas:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	5
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	22
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	43



Questão D2q30: Em sua percepção o controle interno faz testes por amostragem acerca da correta classificação das fontes de recursos nos pagamentos realizados?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	72	53	64	47

Dos setenta e dois que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência nos testes por amostragem acerca da correta classificação das fontes de recursos nos pagamentos realizados:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até de doze vezes por ano	10
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	47

Questão D2q31: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar o cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	95	70	41	30

Os noventa e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na verificação do cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	10
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	13
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	68



Questão D2q32: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para assegurar o cumprimento da ordem cronológica das despesas inscritas em restos a pagar?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	59	43	77	57

Os cinquenta e nove que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na asseguarção do cumprimento da ordem cronológica das despesas inscritas em restos a pagar:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	42

Questão D2q33: Em sua percepção o controle interno verifica se a tesouraria realiza a conciliação bancária diariamente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	44	32	92	68

Os quarenta e quatro que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na verificação se a tesouraria realiza a conciliação bancária diariamente:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	24



Questão D2q34: Em sua percepção o controle interno verifica se a contabilidade realiza a conformidade diária?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	45	33	91	67

Os quarenta e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na verificação se a contabilidade realiza a conformidade diária:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	5
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	12
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	21

Questão D2q35: Em sua percepção o controle interno verifica se obrigações previdenciárias patronais estão sendo registradas mensalmente conforme regime de competência?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	105	77	31	23

Os cento e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na verificação se obrigações previdenciárias patronais estão sendo registradas mensalmente conforme regime de competência:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	13
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	19
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	60



Questão D2q36: Em sua percepção o controle interno acompanha a regularidade dos parcelamentos da entidade?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	61	45	75	55

Os sessenta e um que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, no acompanhamento da regularidade dos parcelamentos da entidade:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	0
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	8
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	46

Questão D2q37: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para checar a legalidade da concessão e utilização das diárias?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	91	67	45	33

Os noventa e um que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na checagem da legalidade da concessão e utilização das diárias:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	12
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	7
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	20
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	46

Questão D2q38: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para checar a legalidade da concessão, utilização e prestação de contas dos suprimentos de fundos?



Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	53	39	83	61

Os cinquenta e três que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, na checagem da legalidade da concessão, utilização e prestação de contas dos suprimentos de fundos:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	3
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	34

Questão D2q39: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar a legalidade das subvenções e auxílios concedidos?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	56	41	80	59

Os cinquenta e seis que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na verificação da legalidade das subvenções e auxílios concedidos:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	6
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	35

Questão D2q40: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar se os registros contábeis possuem documentação de suporte adequados?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	76	56	60	44



Os setenta e seis que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na verificação se os registros contábeis possuem documentação de suporte adequados:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimentos por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimentos por amostragem até doze vezes por ano	11
Realiza procedimentos por amostragem até seis vezes por ano	4
Realiza procedimentos por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimentos por amostragem uma vez por ano	51

Questão D2q41: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar se os registros contábeis estão sendo realizados tempestivamente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	95	70	41	30

Os noventa e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na verificação se os registros contábeis estão sendo realizados tempestivamente:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	5
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	16
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	4
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	14
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	56

Questão D2q42: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar se as receitas e despesas estão sendo registradas sob regime de competência?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	85	62	51	38



Os oitenta e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência na verificação se as receitas e despesas estão sendo registradas sob regime de competência:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	4
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	10
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	2
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	18
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	51

Questão D2q43: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de checagem da consolidação das contas orçamentárias do ente, verificando a exclusão das contas intraorçamentárias (categoria econômica 7 da receita orçamentária e modalidade de aplicação 91 na despesa)?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	35	26	101	74

Os trinta e cinco que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência a checagem da consolidação das contas orçamentárias do ente, verificando a exclusão das contas intraorçamentárias (categoria econômica 7 da receita orçamentária e modalidade de aplicação 91 na despesa):

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	0
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	0
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	33

Questão D2q44: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de checagem da consolidação das contas patrimoniais do ente (quinto dígito do PCASP: Consolidação (1), Intra-OFSS (2), Inter-OFSS União (3), Inter-OFSS Estado (4) e Inter-OFSS Municípios (5)?



Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	31	23	105	77

Dos trinta e um que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência a checagem da consolidação das contas patrimoniais do ente (quinto dígito do PCASP: Consolidação (1), Intra-OFSS (2), Inter-OFSS União (3), Inter-OFSS Estado (4) e Inter-OFSS Municípios (5):

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	3
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	28

Questão D2q45: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar o cumprimento das metas de arrecadação?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	69	51	67	49

Os sessenta e nove que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, o acompanhamento do cumprimento das metas de arrecadação:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	7
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	15
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	9
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	39

Questão D2q46: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar os limites de gastos com pessoal?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	129	95	7	5



Os cento e vinte e nove que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, o acompanhamento dos limites de gastos com pessoal:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	5
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	25
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	14
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	48
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	37

Questão D2q47: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos de pertinência das despesas classificadas como pessoal e encargos, indenizações e restituições, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores e que podem afetar a apuração do limite de pessoal previstos na LRF?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	84	62	52	38

Os oitenta e quatro que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, a verificação da pertinência das despesas classificadas como pessoal e encargos, indenizações e restituições, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores e que podem afetar a apuração do limite de pessoal previstos na LRF:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	3
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	7
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	5
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	20
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	49

Questão D2q48: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar os limites de gastos de educação?

Questionário	Sim	Não
--------------	-----	-----



	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	74	54	62	46

Os setenta e quatro que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, o acompanhamento dos limites de gastos de educação:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	9
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	13
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	22
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	29

Questão D2q49: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar a pertinência das despesas classificadas como educação?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	43	32	93	68

Os quarenta e três que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, a verificação da pertinência das despesas classificadas como educação:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem até de doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	6
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	10
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	26

Questão D2q50: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar os limites de gastos de saúde?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	72	53	64	47



Os setenta e dois que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, no acompanhamento dos limites de gastos de saúde:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	2
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	10
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	10
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	20
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	30

Questão D2q51: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar a pertinência das despesas classificadas como saúde?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	51	37	85	63

Os cinquenta e um que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, a verificação da pertinência das despesas classificadas como saúde:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	7
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	10
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	32

Questão D2q52: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar a tempestividade das publicações dos relatórios do RREO?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	96	70	40	30

Questão D2q53: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para acompanhar a tempestividade das publicações dos relatórios do RGF?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	120	88	16	12

Questão D2q54: Em sua percepção o controle interno avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, na execução dos programas de governo e nos orçamentos municipais?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	75	55	61	45

Questão D2q55: Em sua percepção o controle interno acompanha a implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	75	55	61	45

Questão D2q56: Em sua percepção o controle interno acompanha e emite parecer sobre os processos de concessão de benefícios previdenciários (pensão e aposentadoria)?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	19	14	117	86

Os dezenove que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, o acompanhamento e a emissão de parecer sobre os processos de concessão de benefícios previdenciários (pensão e aposentadoria):

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento em todos os processos	11
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	2
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	5

Questão D2q57: Em sua percepção o controle interno acompanha e emite parecer sobre os processos de admissão de pessoal (efetivos)?

Questionário	Sim	Não
--------------	-----	-----



	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	53	39	83	61

Os cinquenta e três que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, o acompanhamento e emissão de parecer sobre os processos de admissão de pessoal (efetivos):

Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento em todos os processos	47
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	0
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	2
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	4

Para as questões a seguir (D2q58 a D2q67) foram consideradas apenas as respostas dos 34 controladores internos dos institutos próprios de previdência social.

Questão D2q58: Em sua percepção o controle interno avalia e acompanha o estabelecimento e execução da política de investimentos do RPPS?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	26	76	8	24

Questão D2q59: Em sua percepção o controle interno acompanha o índice de capitalização do RPPS apurado anualmente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	26	76	8	24

Questão D2q60: Em sua percepção o controle interno avalia o atingimento da meta atuarial estabelecida pelo RPPS?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	30	88	4	12



Questão D2q61: Em sua percepção o controle interno realiza procedimentos para verificar se os registros das receitas do RPPS estão sendo realizados por competência?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	33	97	1	3

Os trinta e três que responderam sim, declararam que procedem com a seguinte frequência, a verificação se os registros das receitas do RPPS estão sendo realizados por competência:

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
Realiza procedimento por amostragem mais de doze vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até doze vezes por ano	6
Realiza procedimento por amostragem até seis vezes por ano	1
Realiza procedimento por amostragem até três vezes por ano	7
Realiza procedimento por amostragem uma vez por ano	18

Questão D2q62: Em sua percepção o controle interno verifica se os valores das provisões matemáticas previdenciárias registradas anualmente pela contabilidade do RPPS estão de acordo com a avaliação atuarial anual?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	29	21	5	

Questão D2q63: Em sua percepção o controle interno verifica se os valores das provisões matemáticas previdenciárias registradas anualmente pela contabilidade do RPPS estão calculados na mesma data-base das demonstrações contábeis que estão sendo levantadas?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	26	19	8	

Questão D2q64: Em sua percepção o controle interno verifica se as despesas realizadas pelo RPPS estão de acordo com o rol de benefícios permitidos pela legislação previdenciária?



Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
O procedimento nunca foi realizado	15
Realiza o procedimento até de doze vezes por ano	5
Realiza o procedimento até três vezes por ano	4
Realiza o procedimento uma vez por ano	10

Questão D2q65: Em sua percepção o controle interno verifica a adequação das alíquotas estabelecidas pela avaliação atuarial com a legislação do ente?

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
O procedimento nunca foi realizado	1
Realiza o procedimento até de doze vezes por ano	0
Realiza o procedimento até seis vezes por ano	1
Realiza o procedimento até três vezes por ano	3
Realiza o procedimento uma vez por ano	29

Questão D2q66: Em sua percepção o controle interno verifica a efetividade e sustentabilidade do plano de amortização estabelecido pelo ente?

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
O procedimento nunca foi realizado	18
Realiza o procedimento até de doze vezes por ano	1
Realiza o procedimento até seis vezes por ano	0
Realiza o procedimento até três vezes por ano	2
Realiza o procedimento uma vez por ano	13

Questão D2q67: Em sua percepção o controle interno executa procedimentos para verificar a correta classificação orçamentária do plano de amortização do déficit atuarial escolhido pelo ente?

Frequência de procedimentos do controle interno	
Procedimentos	Controladores Participantes
O procedimento nunca foi realizado	16
Realiza o procedimento até de doze vezes por ano	0
Realiza o procedimento até seis vezes por ano	0
Realiza o procedimento até três vezes por ano	4



Realiza o procedimento uma vez por ano	14
--	----

Questão D2q68: Em sua percepção, o controle interno acompanha as determinações expedidas pelo TCEES por meio de seus pareceres prévios e acórdãos de julgamentos dos gestores do ente, promovendo a implementação de procedimentos necessários para o seu cumprimento e evitando a sua repetição consecutiva em diversos exercícios?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	133	98	3	2

Questão D2q69: E sua opinião o controle interno está atuando de forma satisfatória na gestão da informação contábil, contribuindo para uma melhora na qualidade da informação disponibilizada?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	100	73	36	27

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ O controle vem atuando de forma mais preventiva na CMM com a realização de reuniões e estudos sobre legislações como a de Licitação;
- ✓ A Contabilidade e a Controladoria Geral Interna, atuam em parceria, objetivando a otimização de todos os registros contábeis;
- ✓ Por meio das ações do PAFI - Plano Anual de Fiscalizações e pela elaboração de Instruções Normativas;
- ✓ Desenvolvemos um trabalho de apoio direto (através de atos recomendatórios, alertas, reuniões, sugestão para atualização das normas e procedimentos) e controle (monitoramento, fiscalizações, auditorias), para uma melhora na qualidade da informação disponibilizada. Todavia, muitas vezes não obtemos o resultado recomendado;
- ✓ tenho buscado qualificar toda a equipe para melhorias das práticas em controle interno, visando maior transparência e qualidade nas informações disponibilizadas. Diversas rotinas, desde junho tem sido incluídas no nosso trabalho e tenho percebido um maior envolvimento e compromisso por parte de todos os setores. Ainda há um longo caminho a percorrer e com certeza



este questionário já deu uma luz quanto ao trabalho que o controle interno deve desempenhar;

- ✓ Ao assumir o cargo na companhia tenho atuado, incisivamente, junto a presidência e demais diretorias, dentro das atribuições legais para a regularização das contas e cumprimento legal dos atos da companhia. Além de organizar a Unidade de Controle Interno que não possuía sequer qualquer tipo e estrutura para as atividades. Ainda não possuo sala própria. Mas a companhia tem avançado na regularização das contas, implementação de instruções normativas que favoreçam a efetividade das suas atividades, assim como tramita o processo de implementação do Comitê de ética e Conduta da Companhia. É sabido que há muito o que se fazer diante da realidade da companhia, mas já é possível perceber os avanços e contribuições advindas atividades de controle interno preventivas, consistentes e integradas as diretorias;
- ✓ Mesmo não possuindo profissional designado diretamente na Controladoria Geral, sempre ocorre a solicitação de colaboração de servidor de formação contábil de determinada UG para análise de dados contábeis de outra UG, faze ao princípio da segregação de função;
- ✓ Existe um acompanhamento da contabilidade e áreas correlatas, que tende a aumentar seus pontos de controle e verificação dos atos e fatos, conforme o decorrer do trabalho deste setor de Controle Interno.
- ✓ Com base na gestão da informação contábil, o controle interno vem assessorando os gestores em processos decisórios evitando assim, que o patrimônio público seja lesado;
- ✓ O Controle Interno vem cada vez mais cobrando as informações e publicações necessárias;
- ✓ O controle interno atua de forma preventiva na UG evitando sobretudo que aconteça desvio de finalidades pública bem como atos de improbidade. A contabilidade é o coração da UG e embora suas informações tem efeito de fidedignidade, o controle interno atua sempre conferindo, os atos contábeis e administrativo;
- ✓ Devido a rotatividade entre os servidores, que são sempre comissionados, penso que não esteja contribuindo satisfatoriamente para uma melhora na qualidade da informação disponibilizada;



- ✓ É necessário mais ações relacionadas a avaliação se dos registros contábeis.
- ✓ Deveria dedicar-se apenas ao Controle Interno;
- ✓ Embora tenhamos profissionais suficientes, ainda falta treinamentos e qualificação para aperfeiçoamento.

Questão D2q70: Você se sente apto para realizar os procedimentos descritos neste questionário para verificar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis que estão sendo geradas pela unidade gestora e/ou pelo ente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	95	70	41	30

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Complementando a resposta acima, mesmo não havendo formação contábil, o tempo dedicado à Controladoria Geral nos familiarizou com os registros contábeis;
- ✓ Porém necessário treinamento vez que iniciei na função neste ano;
- ✓ Em parte, pois só analisamos questões que não exigem um conhecimento específicos do profissional contábil habilitado;
- ✓ esta Controladora Geral está em fase de conclusão de Especialização em Auditoria nos órgãos públicos, o que envolve também conhecimentos na área;
- ✓ O Controle Interno está em fase de aprimoramento de sua estrutura e rotina de procedimentos, para isso sempre busca cursos na área, eventos e demais formas de troca de conhecimento e experiências profissionais;
- ✓ Tenho apoio do Contabilista do departamento financeiro e de uma servidora comissionada com experiência contábil;
- ✓ Não em todos tendo em vista está atuando no cargo como controladora geral apenas à 4 meses, encarando alguns desafios do cargo e buscando me aprimorar para melhor exercer a função;
- ✓ falta a este controle conhecimento na área de formação e com um Equipe algumas situações são difíceis de verificar;
- ✓ porém com a necessidade de cursos de atuação prática para atualização e qualificação;



- ✓ o TCE tem intensificado as análises dos RPPS (área bastante específica) e poderia implementar curso de capacitação continuada para controladores de RPPS;
- ✓ Contando com o apoio dos demais servidores lotados na Controladoria Geral da Câmara, bem como com o apoio também de servidores de outros setores, no que tange ao fornecimento das informações e acesso aos sistemas informatizados;
- ✓ Não, pois não possuo formação em Ciências Contábeis;
- ✓ não me sinto apta a realizar todas as rotinas descritas aqui. Mas a partir destas perguntas já vamos inserir novas atividades que deverão ser desenvolvidas a partir de 2022;
- ✓ Tenho que me dedicar apenas ao controle interno e mesmo assim teria dificuldade pela falta de parceria dos profissionais do setor de contabilidade;
- ✓ É necessário a realização de capacitação profissional na área contábil para a verificação dos procedimentos descritos;
- ✓ Consigo fazer o básico, porém sem contar com o Contador na Controladoria não há como manifestar em questões muito técnicas.

Questão D2q71: Você se sente apto para a analisar as demonstrações contábeis geradas pela contabilidade da UG?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	93	68	43	32

Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Apenas no que se refere a conformidade;
- ✓ De maneira precisa, em todas as nuances da Contabilidade Pública, não. Mas o suficiente para atender às exigências da LRF;
- ✓ As análises contábeis são realizadas pela Auditora com formação em Contabilidade, contudo o nosso software não é totalmente compatível para auxílio da análise, sendo necessário dispor de meios físicos para verificação;
- ✓ Apto a analisar os pontos de controle de acordo com a Tabela Referencial;
- ✓ Sim, devido minha formação em contabilidade;



- ✓ Considerando que a equipe da controladoria possui profissional qualificado na área de ciências contábeis;
- ✓ Apesar de não ser contador, os relatórios são bem autos explicativos, porém, questões mais complexas solicito o auxílio do contador municipal;
- ✓ Analisar sim. Mas fico um pouco restrito uma vez que não possuo formação em ciências contábeis;
- ✓ Porém necessito do auxílio do diretor contábil da autarquia para esclarecer algumas dúvidas técnicas;
- ✓ partimos do pressuposto da lealdade das informações contábeis;
- ✓ Consigo fazer o básico, porém sem contar com o Contador na Controladoria não há como manifestar em questões muito técnicas;
- ✓ Nossa visão é de que, necessário faz sempre buscar atualizações, vivendo e aprendendo;
- ✓ Contando com o apoio dos demais servidores lotados na Controladoria Geral, bem como com o apoio dos servidores com formação em ciências contábeis da Câmara Municipal;
- ✓ sou formada em administração. tenho estudado contabilidade aplicada ao setor público agora então deixo essa análise para o contador do setor;
- ✓ As análises são realizadas através de roteiros da PCA;
- ✓ os demonstrativos e balanços emitidos pela Contabilidade do órgão somente são confrontados com documentos e/ou extratos gerados por outros setores envolvidos na operação. Não há análise da qualidade ou da adequação técnica dos registros e das demonstrações contábeis;
- ✓ Falta de treinamentos, capacitação e experiência para analisar as demonstrações contábeis;
- ✓ tenho formação acadêmica em Direito. Análise de demonstrações contábeis é atividade privativa de Profissional com formação em Ciências Contábeis com registro no respectivo CRC. A UCCI necessita de Auditores.

Questão D2q72: Você se sente apto para analisar as demonstrações contábeis consolidadas do ente?

Questionário	Sim		Não	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores	83	61	53	39



Essa questão admitia comentários. Dentre os principais, destacamos:

- ✓ Caso precise, faço;
- ✓ apoio do profissional de Contabilidade do departamento financeiro e de uma servidora;
- ✓ Tenho capacitação e conhecimento para tal;
- ✓ As análises contábeis são realizadas pela Auditora com formação em Contabilidade, contudo o nosso software não é totalmente compatível para auxílio da análise, sendo necessário dispor de meios físicos para verificação;
- ✓ A UCCI possui contador habilitado em seu quadro de servidores;
- ✓ Consigo fazer o básico, porém sem contar com o Contador na Controladoria não há como manifestar em questões muito técnicas;
- ✓ Sim. Tenho formação em Ciências Contábeis;
- ✓ Minha UG refere-se apenas a Câmara Municipal;
- ✓ Não se aplica esse procedimento ao órgão legislativo;
- ✓ Minha formação é de Administração de Empresas e falta equipe técnica com formação em Ciências Contábeis;
- ✓ Alguns relatórios ainda ficam um pouco confusos para minha interpretação;

Questão D2q73: Objetivando contribuir para a melhoria da governança contábil e dos controles internos nos municípios, qual ou quais sugestões de boas práticas você poderia apresentar?

- ✓ Viabilizar um treinamento específico para Controle Interno Autárquico, principalmente aqueles que em razão do custo benefício do controle são integrados por um único servidor, de modo que o treinamento direcione as prioridades do Controle;
- ✓ Setor de contabilidade e de controle interno, sempre em boa harmonia, pessoas capacitadas, isso sempre irá ajudar muito na melhoria e confiança dos serviços prestados;
- ✓ Seria de extrema valia haver auditores com área de formação contábil nos entes lotados no controle interno, além dos auditores com formação em direito;



- ✓ A existência de um controle interno estruturado, com a presença de uma auditoria eficiente e atuante, composta por profissionais nas áreas de contabilidade e direito;
- ✓ esclarecer aos gestores os papéis dos órgãos de controle, para que atendam de forma satisfatória as solicitações emanadas;
- ✓ aperfeiçoamento constante das equipes, através de cursos de capacitação e qualificação voltados para área de Contabilidade Pública e Controle Interno, principalmente sobre Tesouraria, Tributação e Institutos de Previdência;
- ✓ Melhorar a integração dos trabalhos de Contabilidade e Controle Interno;
- ✓ A estruturação de pessoal no controle interno, seria de grande valia para os municípios. Tendo mais servidores no controle interno, as possibilidades de uma melhor avaliação e acompanhamento das rotinas, principalmente da governança contábil trariam benefícios aos municípios;
- ✓ A sugestão seria uma uniformização dos documentos exarados pelo controle interno unificando todas informações que o tribunal necessita na prestação de contas anual.;
- ✓ Reuniões mensais entre o Controle Interno a Contabilidade e a Gestão;
- ✓ Atualização de INs;
- ✓ Colocar em pratica a obrigatoriedade de provimento efetivo para os cargos de controle;
- ✓ Digitalização de autos, processos, requerimentos, protocolos etc, transformando tudo em processo eletrônico;
- ✓ Quanto maior a integração entre a contabilidade e o controle interno, mais fortalecido os sistemas, seja integração entre setores, pessoal e sistemas;
- ✓ Promover reuniões periódicas, com o intuito de aumentar a comunicação e transparência, bem como mobilizar o setor de contabilidade para sempre padronizar os procedimentos a fim de elaborar demonstrações precisas, alcançando assim o controle;
- ✓ Promover maior conscientização dos gestores sobre a importância de investimentos e estruturação dos setores de contabilidade e controle interno dos órgãos;
- ✓ Elaboração de um manual por parte do TCEES explicando e complementando a aplicabilidade das normas da IN68;



- ✓ Promoção de concurso pública para os cargos afins, mediante aprovação de criação de cargos perante o legislativo municipal, e promover, em seguida, a qualificação dos servidores para o cumprimento das atribuições legais de cada cargo;
- ✓ Acesso dos controles internos às informações e dados dos sistemas do setor contábil;
- ✓ Apresentar aos controles internos dos Municípios sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante o exercício financeiro que garantam um melhor desempenho das atividades de controle;
- ✓ Realização de Cursos e treinamento voltado para o preenchimento de informações relacionadas aos arquivos que compõe a PCA, por exemplo, estruturação e conteúdo do arquivo INFOCI;
- ✓ Realização de Cursos e treinamentos com a demonstração dos pontos de controle IN 68/2020 do TCEES de maior relevância a serem observados pelos Controle Internos na fiscalização anual, na PCA e durante o exercício, considerando que muitas Unidades de Controle Interno possuem servidores com pouca experiência, e necessitam de informações para fornecer melhor parecer sobre as contas contábeis ao TCEES;
- ✓ Dialogar com os órgãos (secretários) que estão sujeitos a ação do Controle Interno;
- ✓ Traçar objetivos e metas a serem alcançadas em curto e longo prazo;
- ✓ Criar rotinas de verificações contábeis com base na LRF e demais leis;
- ✓ Investimentos em T.I. e melhorias nos softwares;
- ✓ Abertura de um canal diretamente, de forma específica, do TCEES ao Controle Interno;
- ✓ O TCEES deveria investir ainda mais em capacitações de diferentes assuntos. Até mesmo ensinando os Controles Internos a analisarem algumas informações extraídas do Sistema de Contabilidade, orçamento e/ou outro;
- ✓ Qualificação do corpo diretivo e demais servidores quando ao conhecimento dos aspectos legais que circundam a companhia, sobretudo no que tange a lidar com dois tipos de contabilidade - pública e privada;
- ✓ Necessário que TCEES entenda, respeitosamente, que a realidade dos municípios do interior é diferente da realidade dos municípios maiores, principalmente em relação a sua estrutura de servidores, o que demanda, a



meu ver, mais compreensão por parte do TCEES no tocante a sua fiscalização;

- ✓ que o Tribunal de Contas, por meio da escola de contas, promova mais encontros para o tratamento de assuntos relacionados aos procedimentos a serem adotados pelos Controles Internos de Câmaras e de Prefeituras, com a finalidade de aprimorarem os Controle com dicas e instruções de boas práticas;
- ✓ Visita in loco;
- ✓ Trabalhar de forma orientadora e preventiva, mediante maior proximidade com as unidades executoras. Maiores proximidade e entrosamento entre as UCCI's das UG's do município;
- ✓ que o TCEES indique uma equipe mínima para o controle interno. E necessário uma atuação mais presente exigindo que os Chefes do Executivo e Legislativo estruturem as equipes de controle interno;
- ✓ Ampliar as normativas de procedimentos de controle, em especial aos relacionados a área contábil;
- ✓ que o TCEES orientasse os Gestores Municipais (Executivo e Legislativo) a instituir Código de Ética do Controle Interno;
- ✓ que o TCEES incentive e promova o intercâmbio de conhecimentos técnicos entre os auditores de controle externo com os auditores de controle interno;
- ✓ que o TCEES institua calendário de encontros com os responsáveis do controle interno semestralmente;
- ✓ a Unidade de Controle Interno poderia ser formada, prioritariamente, por servidores efetivos de carreira, com capacidade técnica específica para o exercício da função e com ingresso por meio de concurso público, que possam agir com independência em relação ao agente controlado, assegurando a imparcialidade de seu julgamento. Além disso, também cabe sugerir que as unidades de Controle Interno possuam na sua equipe de trabalho um servidor com qualificação em contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise periódica de documentos e informações contábeis;
- ✓ Manter a assinatura digital dos relatórios contábeis enviados no sistema cidades;
- ✓ Como sugestão de boa prática, indicamos aquela elaborada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) que desenvolveu o projeto Licitômetro,



que é uma ferramenta de BI que (i) permite a disponibilização imediata de informações sobre licitações municipais e estaduais, bem como (ii) a identificação, por meio de trilhas de auditoria previamente construídas, de tipologias que indicam ocorrência de situações ilícitas;

- ✓ Recomendação, orientações para os gestores (inspeção *in loco* para avaliar a estrutura precária dos setores);
- ✓ Segregações de funções;
- ✓ Estruturação dos Controles Internos e a contratação por parte dos entes de sistema informatizado do Controle Interno;
- ✓ disponibilização de informações interna e externa de maneira que gere um clima de confiança, aliada a uma prestação de contas que possibilite uma melhor leitura por parte do interlocutor;
- ✓ informações fidedignas e integradas com os demais setores (...) deveriam ser dispendidos mais recursos sob a orientação do TCEES para que um Sistema uniforme fosse implantado em todo o Estado pois hoje temos esse grande gargalo pois os sistemas ainda são ineficientes;
- ✓ um direcionamento maior por parte dos órgãos fiscalizadores, de maneira que se fale uma mesma língua. Para isso, creio que deveriam ser estipulados métodos e criados mecanismos para o alcance comum dos objetivos gerais;
- ✓ O tribunal deveria ser mais presente nas prefeituras auxiliando os servidores do controle interno e dando o suporte necessário. Acredito que o tribunal tem corpo profissional adequado para fazer um levantamento sobre as principais necessidades de cada prefeitura e trabalhar sobre elas junto ao setor de controle interno;
- ✓ Gestão eficaz de terceiros: atualização periódica dos dados e informações dos fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e entre outros agentes;
- ✓ o poder público juntamente com o tribunal de contas, passe a exigir um curso específico para o exercício da função de Controle Interno, a ideia é que esse curso seja ministrado por auditores do TCE, a melhor forma de melhorar o controle interno e qualificando os profissionais;
- ✓ Realizar treinamentos auxiliando na análise dos pontos de Controle da IN 68/2020;



- ✓ Antes cada órgão possuía um prestador de serviços na área de contabilidade pública, o que gerava vários erros na hora de migrar essas informações. Hoje, o TCE-ES unificou esses órgãos com o mesmo prestador, conectando os servidores de cada órgão em uma mesma linguagem. Facilitando para todos a troca de informações;
- ✓ Realização de cursos, seminários, etc... Para sempre manter atualizado e capacitado os membros do Controle Interno;
- ✓ o Tribunal de Contas deveria criar um Setor de auxílio aos controladores municipais, onde nós controladores pudéssemos levar as dúvidas que chegam na controladoria, através de um e-mail, para que possamos tirar nossas dúvidas, sem ter que fazer uma consulta formal;
- ✓ entendo que o Tribunal está nos cobrando muitas responsabilidades, sem, entretanto, nos dar o devido apoio técnico;
- ✓ exigir dos gestores municipais, que a escolha dos controladores, recaia em bons profissionais, e que haja uma forma isonômica nos salários para todos os profissionais dessa área, inclusive com carga horária compatível com o cargo;
- ✓ Integração de sistemas; Capacitação continuada;
- ✓ Atuação dos controles internos durante a execução dos processos;
- ✓ Atuar junto aos gestores municipais (AMUNES) no intuito de que seja efetivamente disponibilizada remuneração condizente com o nível de responsabilidade e seja dada estrutura física e de pessoal visando o fortalecimento do Controle Interno e Contábil;
- ✓ Seria interessante o Tribunal de Contas criar treinamentos específicos (Executivo, saúde, legislativo, autarquias, etc.), mas, não para ensinar fazer auditoria. Para demonstrar possíveis pontos de controle de cada área;
- ✓ Outra sugestão é o Tribunal Resolver esta questão de pessoas que não tenham formação contábil se manifestarem e analisarem documentos contábeis. Crie um curso de análise de tais documentos, certifique os alunos aprovados e permita que os certificados se manifestem (obviamente, apenas em manifestações perante o Tribunal de Contas);
- ✓ Maior interação entre os Técnicos do Tribunal e os servidores dos setores de contabilidade e CI, com cursos direcionados nestas áreas para o Executivo e



- o Legislativo separadamente, haja vista que são poderes e realidades administrativas e contábeis totalmente peculiares;
- ✓ uma das sugestões seria a revisão de alguns documentos solicitados antes da aplicação de multa, quando o documento fora enviado antes do prazo, alertando assim as UG quando um documento estiver incompleto por exemplo ou fora do padrão exigido pela TCEES;
 - ✓ atuar de forma correta e honesta observando as legislações constitucionais e infraconstitucionais, as normativas da Corte de Contas do Estado. Que todos os atos contábeis estejam dentro dos autos dos processos de forma clara desde a disponibilidade orçamentária, do empenho, liquidação e do pagamento;
 - ✓ Realização, pela contabilidade, de conciliação diária das contas bancárias e da dívida ativa;
 - ✓ Criar padrões de procedimentos para garantir aos gestores que os cumpram com segurança jurídica e pratiquem os mais diversos atos administrativos.;
 - ✓ fomentar o exercício de uma contabilidade mais gerencial, ir além do empenho, liquidação, pagamento;
 - ✓ deveria ser realizado junto a todos os setores cursos de capacitação para todos os servidores esclarecendo o papel da Controladoria e suas funções, inclusive com capacitação para o Chefe do Executivo e seus Secretários;
 - ✓ diante da falta de servidores no Setor de Controladoria, deveria ser realizado o treinamento de um servidor por pasta para exercer o controle nas secretarias;
 - ✓ Reuniões e bate-papo com os gestores e equipes administrativas sobre os aspectos contábeis.
 - ✓ Capacitação dos gestores e equipes administrativas;
 - ✓ treinamento seja levado em consideração a realidade fática do município onde a equipe atua, ou seja, que as regras de atuação de procedimentos sejam ensinadas levando em consideração não somente a regra geral, mas a realidade do órgão (ex.: câmara municipal de municípios pequenos). Isso é importante, já que na prática a atuação do controle interno nos grandes centros são diferentes dos pequenos, pois os pequenos não contam com todos os elementos dos grandes centros;



- ✓ o Tribunal de Contas contribuiria definindo as áreas prioritárias de atuação em que o Controle Interno deve concentrar e de que forma (concentrar no controle prévio, com elaboração de Instruções normativas ou concentrar no PAAI, auditorias);
- ✓ Que o Controle Interno acompanhe periodicamente os relatórios de receitas e despesas realizadas, notificando sempre o gestor, para que não ocorra extrapolação do índice de folha de pagamento e despesas superiores às receitas. Para tanto, é necessário que se disponha de quantitativo maior de pessoal qualificado na Controladoria.

Questão D2q74: Poderia citar alguma boa prática que o TCEES desenvolve e que, na sua opinião, auxilia na promoção da qualidade da informação contábil?

- ✓ Os cursos disponibilizados pela Escola de Contas. Bem como achei positivo o questionamento acerca do saneamento, uma vez que traz uma perspectiva do Tribunal numa preocupação direta nesse contexto, e permite com base nos indicadores mencionados pelo tribunal, que a Autarquia procure realizar as adequações necessárias a permitir uma mensuração mais efetiva das ações;
- ✓ O envio de dados contábeis através do CidadEs-web e a disponibilização de dados contábeis através do Painel de Controle no site do TCE-ES, pois se mostra uma excelente ferramenta de fiscalização dos órgãos públicos;
- ✓ Os pareceres consultas bem como o acesso e instruções aos controles internos;
- ✓ Qualificação por meio de palestras, *webnários*, cursos e *lives*;
- ✓ Promover reuniões periódicas, com o intuito de aumentar a comunicação, bem como mobilizar o setor de contabilidade para sempre padronizar os procedimentos a fim de elaborar demonstrações precisas, alcançando assim o controle;
- ✓ O envio de informações de áreas além da contabilidade, pelo Cidades, exige que os registros internos sejam mais fidedignos e tempestivos, melhorando assim a informação contábil produzida internamente;
- ✓ Cursos online de capacitação, pois para quem reside no interior é de mais fácil acesso;



- ✓ A disponibilização de técnicos do TCE/ES para auxiliar em caso de dúvidas é fundamental, por telefone, e-mail, etc;
- ✓ A boa prática desenvolvida pelo TCEES que vem auxiliando os setores envolvidos com as atividades contábeis, é o trabalho de capacitação e orientação que está sendo realizado com o advento da Pandemia. Os cursos oferecidos no formato online, alcançam quem realmente precisa da informação e possibilitam a revisão a qualquer tempo. Isto tem ajudado os Municípios na melhoria do desempenho;
- ✓ Escola de Contas Públicas, que através de novas tecnologias, plataforma EAD e nas diversas parcerias firmadas com entidades, promove a formação, capacitação e aperfeiçoamento para os gestores públicos, demais servidores públicos e para a sociedade civil.;
- ✓ Os controles de alguns pontos que tem gerado atenção e comprometimento da diretoria no cumprimento da legalidade, por exemplo a realizada em folha de pagamento no ano de 2021;
- ✓ Expedição de IN's e Portaria Normativas visando padronizar as informações oriundas das Unidades Gestoras, facilitando assim a verificação;
- ✓ Uma boa prática foi a realização do JURIS, entretanto a carga horária não foi satisfatória;
- ✓ Os informativos de jurisprudência são importantíssimos nesse sentido;
- ✓ A implementação e expansão das obrigações acessórias;
- ✓ A implementação da ferramenta da teleconferência como instrumento de disseminação de conhecimento que promovem a qualidade da informação produzida pelos entes Municipais;
- ✓ O tribunal deveria ser mais presente nas prefeituras auxiliando os servidores do controle interno e dando o suporte necessário. Acredito que o tribunal tem corpo profissional adequado para fazer um levantamento sobre as principais necessidades de cada prefeitura e trabalhar sobre elas junto ao setor de controle interno;
- ✓ A unificação do prestador de serviços de contabilidade pública, foi sem dúvida um grande passo para evitar os constantes erros nas Prestações de Contas;



- ✓ Atividades Fiscalizatórias do TCE-ES onde o órgão encontra erros e notifica aos gestores para correção antes de "punir por punir". Isso colabora para a missão finalística: excelência no serviço público;
- ✓ Acho que o Tribunal deveria fazer mais cursos de treinamento para os controladores municipais. Antes os cursos eram mais frequentes e ajudava muito. Agora com a Pandemia sob controle, poderia voltar os cursos presenciais;
- ✓ A padronização do CidadES na prestação de contas;
- ✓ A impressão é que TCEES tem se tornado mais didático nos últimos anos, o que foi de grande utilidade;
- ✓ Sua Orientações; Seus Julgados; Suas Normas e sobretudo suas recomendações que evitam que o pior acontece com atos de improbidade por dolo ou por erro. Não podemos caminhar e atuar no Controle Interno sem a orientação do Tribunal de Contas. Vale ressaltar que os controles internos atuam em sua UG como auxiliares da Corte de Contas;
- ✓ A questão da ordem cronológica de pagamentos.

D2q75: Poderia sugerir alguma ação que o TCEES poderia desenvolver e que contribuiria para a promoção da qualidade da informação contábil?

- ✓ Oferta aos jurisdicionados de cursos, fóruns e encontros, com a finalidade de debater esta temática proposta na fiscalização em andamento "qualidade da informação contábil";
- ✓ Oferecer cursos de capacitação ao vivo (on line) aos jurisdicionados com mais frequência. Os cursos oferecidos são sempre excelentes e com o professor (auditor) ministrando se tornam bem mais interativos do que os cursos já existentes na plataforma da Escola de Contas;
- ✓ Auditorias nos relatórios das contabilidades dos municípios com frequência;
- ✓ Acredito que uma parceria mais estreita com os Controles Internos e com a contabilidade seria essencial, principalmente no que diz respeito ao suporte operacional e de procedimentos já que o TCEES possui um corpo técnico diversificado em muito qualificado;
- ✓ Promover com antecedência as alterações da prestação de contas, a fim de proporcionar um prazo maior para adequações operacionais;



- ✓ Fiscalização similar a dos portais de transparência, criando um ranking na qualidade da informação contábil e estimulando os órgãos a melhorar suas informações;
- ✓ Maior confrontação de informações e valores nos diversos módulos do sistema CidadEs;
- ✓ A constante qualificação dos servidores públicos municipais por parte da corte de contas por certo irá refletir diretamente na qualidade da informação contábil, padronizando a forma de execução em todo o território do estado do ES;
- ✓ Acredito que implementar e aprimorar estas formações on line, deixando gravadas no site do Tribunal, sempre com foco nas principais dificuldades enfrentadas pelo Município, é uma ação que irá contribuir para a qualidade da informação contábil e para sanar erros que somente são identificados quando analisada a PCA;
- ✓ Em relação ao Controle Interno, a sugestão ao TCEES que, com a criação de novos arquivos pela IN 68/2020, obrigatórios para envio na PCM e PCA, que forneça gratuitamente ferramentas e promova cursos e treinamentos para explicar a estruturação, conteúdo e forma de preenchimento dos arquivos. Cito como exemplo o arquivo INFOCI;
- ✓ O TCEES poderia disponibilizar aos jurisdicionados a lista completa das inconsistências impeditivas e indicativas de forma antecipada;
- ✓ O TCEES poderia disponibilizar para os usuários “responsável pelo controle interno” a consulta ao processamento da Matriz de Saldos Contábeis, para análise também do controle interno;
- ✓ Apoio no fortalecimento da Controladoria Interna é fundamental, (...) o cargo de Auditor não é compatível ao de Contador, sendo que conforme este próprio questionário demonstra possui múltiplas atividades e atribuições no controle e promoção da qualidade da informação contábil, dentre diversas outras, esse desnível hierárquico acaba prejudicando o resultado das nossas ações que visam contribuir para o aprimoramento. Recentemente o TCEES publicou o Parecer Consulta 19/2021-9, que trata de situação equivalente, mas considerando a estrutura das Câmaras Municipais, o que já foi de grande valia no aspecto de possibilitar esse diálogo internamente. Acredito que neste



contato direto e presencial que o TCEES realizará no município, seria um somatório essa sugestão na valorização e reconhecimento dos Auditores;

- ✓ Disponibilizar um treinamento aos controladores municipais, de forma separada, um para os de Câmara Municipal e outro para Poder Executivo, realizar na prática as principais análises que esses profissionais devem realizar a fim de se certificar que as demonstrações contábeis apresentam informações fidedignas;
- ✓ Realizar um estudo das estruturas dos sistemas de controle interno, com análise se os órgãos municipais, pela demanda administrativa, possuem recursos humanos suficientes para cumprir com todas as suas atribuições, de forma aceitável;
- ✓ Realizar um levantamento se as remunerações dos cargos de controle interno, dos municípios, são compatíveis com a complexidade da área. E provocar os órgãos a remunerar esses servidores na proporção correta;
- ✓ Ações preventivas e de orientação in loco nas unidades que apresentam dificuldades e histórico negativos nas prestações de contas;
- ✓ Aumentar os Controles Externos preventivos, como o realizado em folha de pagamentos em 2021, expandindo para outros pontos de controle;
- ✓ Vídeo aulas, eventos, reuniões com fim de debater o tema e aprimorar a qualidade das informações prestadas;
- ✓ Visitas/entrevistas com responsáveis nas áreas para acompanhamento da realidade na Administração Pública Municipal;
- ✓ Exigência aos Jurisdicionados que seu Controle Interno possua, necessariamente, um profissional com formação em contábeis;
- ✓ O TCEES poderia ser mais didático e específico nas respostas aos pedidos de informação que visam esclarecer aspectos omissos relacionados à informação contábil;
- ✓ O TCEES poderia exigir dos Ordenadores de Despesa a realização de concurso público voltado aos profissionais com habilitação em contabilidade para atuação no Controle Interno das unidades gestoras;
- ✓ Verificação da estrutura do setor contábil nas prefeituras e o incentivo da contratação de contadores para o controle interno;



- ✓ Quando houver modificação ou criação de novas normas, que as mesmas não sejam aplicadas no exercício em que estaremos praticando a formalização da prestação de contas anual;
- ✓ Diluição de questionários como esse, sendo o mesmo apresentado posteriormente a meses em que todos os Municípios estão focados em cumprimentos de prazos, (...). Recomendo que nos meses de janeiro a março tais questionários e pesquisas não sejam realizadas e sim postergadas para meses pós Abril de cada exercício;
- ✓ Elaborar procedimentos de verificação padrões a serem executados pelos controles internos;
- ✓ Determinar aos Gestores a estruturação das controladorias;
- ✓ O tribunal deveria ser mais presente nas prefeituras auxiliando os servidores do controle interno e dando o suporte necessário. Acredito que o tribunal tem corpo profissional adequado para fazer um levantamento sobre as principais necessidades de cada prefeitura e trabalhar sobre elas junto ao setor de controle interno;
- ✓ Cursos presenciais e mais divulgação das alterações das IN e Portarias por email;
- ✓ Sugere-se que a Egrégia Corte de Contas disponibilize ferramentas informatizadas de análise/auditoria contábil;
- ✓ Uma ótima ação seria a disponibilização de uma ferramenta para que fosse mais fácil aos controles internos o acesso à informação de suas unidades gestoras;
- ✓ Disponibilizar relatórios no portal CidadES a partir das prestações de contas enviadas, que auxiliam nas atribuições do Controle Interno;
- ✓ A Escola de Contas poderia oferecer cursos mais técnicos para os jurisdicionados;
- ✓ Criar um Portal de Transparência único para todos;
- ✓ Incentivo a qualificação dos servidores da Contabilidade;
- ✓ As exigências do TCEES e do MPEES são muitas e os prazos muito exíguos;
- ✓ Capacitação de Técnicas de Auditoria, e produção de papeis de trabalho que facilite a análise;
- ✓ Cursos específicos para controle interno de RPPS;
- ✓ Monitoramento da ordem cronológica pelo painel de controle do TCEES;



- ✓ Disponibilização do anexo da Educação;
- ✓ Simplificar a linguagem contábil, principalmente no que se refere às questões referentes ao dia a dia das instituições;
- ✓ Creio que o TCEES já orienta bastante, talvez uma regionalização dos cursos seria importante para facilitar para os profissionais que estão mais distantes;
- ✓ O TCEES poderia disponibilizar aos jurisdicionados a lista completa das inconsistências impeditivas e indicativas de forma antecipada;
- ✓ O TCEES poderia disponibilizar para os usuários “responsável pelo controle interno” a consulta ao processamento da Matriz de Saldos Contábeis, para análise também do controle interno;
- ✓ Poderia aumentar em pelo menos 5 dias o prazo para envio das PCM'S, o que melhoraria o tempo para fazer análises contábeis;
- ✓ Ampliação das fiscalizações com a finalidade de orientação;
- ✓ Cooperação para envio de dados ao SIOPS e SIOPE e com as demais instituições financeiras para envio dos extratos bancários;
- ✓ Reavaliação da necessidade de envio de alguns arquivos não estruturados na PCA;
- ✓ Para facilitar o envio e acompanhamento pelo Controle interno das informações solicitadas em levantamentos ou fiscalizações, centralizar o envio dessas informações pelo Cidades;
- ✓ Emitir Nota técnica de orientação, sem a necessidade de consulta, sobre diversas áreas, folha de pagamento, compras licitações;
- ✓ Inspeccionar/fiscalizar o trabalho dos contadores, in loco;

D2q76: Poderia citar eventuais ações que o TCEES desenvolve que, na prática, prejudica a promoção da qualidade da informação contábil?

- ✓ Entendo que com base no modelo adotado pelo TCE-ES para os relatórios de controle no que se refere a PCA, demanda um tempo grande do controle sem ser efetivo o suficiente para um contexto do Serviço Autônomo de Água e Esgoto. No meu modo ver, o relatório deveria ser mais simplificado até mesmo em razão das PCMs, de modo que permita ao controle interno uma atenção maior as ações específicas desenvolvidas pela gestão no cumprimento da especialidade autárquica;



- ✓ Um exemplo bem simples é o cronograma do TCEES, que em um período que demanda muitos trabalhos dos setores da contabilidade e do controle interno, que é o período de análise e elaboração da PCA, ter obrigações diversas como questionários para responder;
- ✓ As mudanças que ocorrem nas alterações das normas, principalmente nas de prestações de contas, sem tempo suficiente para adequações necessárias, acarretam transtorno nas ações contábeis e de controle interno, tais mudanças deveriam ser efetuado com prazos que possibilite as mudanças internas dos entes e melhor adequação;
- ✓ Obrigação do INFOCI em formato .XML, quando poderia ser em formato .PDF;
- ✓ Ausência de um manual explicando a forma de monitorar cada ponto de controle da IN68;
- ✓ As ações que dificultam os Municípios e acabam prejudicando a qualidade da informação são as alterações nas Instruções Normativas que tratam da remessa da PCA com curto prazo para execução. A sugestão é que estas alterações sejam implementadas para vigência sempre no ano subsequente;
- ✓ O Controle Interno entende que a quantidade de alterações anuais da IN 68/2020 prejudica a consolidação do trabalho desenvolvido pelo Controle Interno. Os pontos de controle são selecionados durante o exercício da gestão, contudo o TCEES no final do ano altera arquivos sem conceder prazo para adaptações, ou mesmo sem promover cursos com explicação detalhada acerca da estrutura e conteúdo. Cito como exemplo os arquivos contábeis DEIMU e DEMRE incluídos na PCA 2020. Considerando que os Municípios não tinham conhecimento de como deveriam ser preenchidos os demonstrativos, o TCEES notificou muitos Municípios a realizar a Retificação da PCA 2020. Porquanto, o Controle Interno e a contabilidade encontraram nesse exemplo dificuldades no preenchimento das informações com a finalidade de atender as exigências do TCEES, por falta de conhecimento acerca da forma de preenchimento;
- ✓ A não disponibilização da lista completa das inconsistências impeditivas e indicativas aos jurisdicionados de forma antecipada;



- ✓ A não disponibilização para os usuários “responsável pelo controle interno” da consulta ao processamento da Matriz de Saldos Contábeis, para análise também do controle interno;
- ✓ O questionário aplicado, por ser muito genérico, possui inúmeras questões que não se aplicam ao Controle Interno Poder Legislativo, tais como índices de educação e saúde, portanto, seria bom que houvesse a opção de "não se aplica" entre as respostas, objetivando assim evitar eventuais distorções devido ao número de respostas "não" que são assinaladas;
- ✓ Carga horária insuficiente para a realização de cursos;
- ✓ Inicialmente, cumpre ressaltar que este espaço está sendo utilizado por esta Controladora para pontuar que nem todas as questões se aplicam às Câmaras Municipais e. contudo, não possuíam a opção de "não se aplicam", sendo estas: 27; 28; 29; 30; 34; 36; 42; 45; 47; 51; 52; 53; 56; 57; 58;59; 60; 62; 64; 66; 67; 68; 69; 70 e 71;
- ✓ É praxe do Tribunal a criação de normas/procedimentos sem a devida capacitação dos jurisdicionados, além da criação, muitas vezes o Tribunal imputa uma responsabilidade excessiva no responsável pelo controle interno, mesmo sabendo da realidade dos órgãos de controle. O que falta é mais parceria e cumplicidade entre os órgãos de controle externo e interno, já que, guardadas as devidas proporções, ambos possuem o mesmo objetivo;
- ✓ A velocidade de mudanças na área de informática é muito grande, sabemos dessa necessidade, contudo temos várias câmaras que não possuem servidores qualificados e muito menos ferramentas necessárias. Sendo assim, gostaríamos que houvesse um critério diferente para estas câmaras no intuito de criar condições para as mesmas conseguirem acompanhar as demais;
- ✓ Atividades Fiscalizatórias do TCE-ES onde o órgão encontra erros e notifica aos gestores para correção antes de "punir por punir". Isso colabora para a missão finalística: excelência no serviço público;
- ✓ É uma pergunta difícil de responder, mas acho que o TCEES está exigindo muito dos controladores, sem dar os devidos treinamentos e suporte técnicos para a realização de um trabalho de excelência;
- ✓ Alteração das regras de envio das prestações de contas em total desrespeito ao princípio da anterioridade. Apesar de não haver tal obrigatoriedade o fato



é que tal prática apresenta-se desarrazoada e traz graves transtornos diante do curto interregno das mudanças impostas a serem implementadas;

- ✓ Não há até o presente momento. O setor de contabilidade é o que melhor funciona na UG, os sistemas utilizados pelos profissionais são ótimos e bem atualizados, sendo que agora integralizado melhorou muito.

2.2.3 QUESTIONÁRIO GESTORES

Foram submetidos questionários aos gestores municipais com vistas à obtenção de suas percepções quanto à qualidade das informações produzidas pelos serviços de contabilidade do município no que se refere à confiabilidade, completude, verificabilidade, compreensibilidade, comparabilidade e tempestividade.

As questões formuladas objetivam identificar as principais opiniões e eventuais oportunidades de melhorias apontadas pelos gestores, inclusive quanto a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas à melhoria da qualidade da informação contábil.

Seguindo o padrão metodológico definido para a execução do levantamento, os formulários contendo as perguntas foram encaminhados por e-mail, para que os gestores o respondessem de forma eletrônica e assíncrona, à exceção dos questionários destinados aos prefeitos municipais, cujas respostas foram obtidas por meio de entrevistas presenciais.

Apresentamos a seguir o resultado da pesquisa realizada com os gestores, segregando as respostas dos prefeitos em relação aos demais gestores, tendo por base as respostas válidas de cada questão, com os comentários da equipe de fiscalização quando pertinente:

Dimensão 1: administrativa

Questões voltadas para obter as percepções dos gestores públicos quanto às estruturas administrativas dos setores de contabilidade nas unidades gestoras municipais.

Questão D1q1: Na percepção de V. Exa. os serviços de contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais dispõem de profissionais qualificados e em



quantidade suficiente para atender as demandas da instituição e dos destinatários de suas informações?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	21	53,85	73	36,87
Sim	18	46,15	125	63,13

Questão D1q2: Sendo negativa a resposta à questão anterior:

Opções de respostas	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Existe interesse da administração na contratação de mais profissionais, contudo há limitações de ordem orçamentária e fiscal.	6	15,38	43	22,16
Existe interesse da administração na contratação de mais profissionais, contudo há limitações de ordem legal.	4	10,26	38	19,59
Não existe interesse da administração na contratação de mais profissionais.	2	5,13	44	22,68
Outros	27	69,23	69	35,57

Principais destaques para a opção “Outros”:

- ✓ Estamos reestruturando os processos internos;
- ✓ Existe interesse da administração na contratação de mais profissionais, foram convocados os contadores do concurso público realizado, porém alguns não tomaram posse;
- ✓ Existe interesse da administração na contratação, mas o problema é encontrar a pessoa qualificada e interessada em ocupar a vaga considerando o salário pago pelo município;
- ✓ Existe interesse em contratação, mas de forma sazonal, para atendimento a demandas específicas;
- ✓ Há interesse, porém anterior necessária organização, planejamento dos cargos para realização do concurso público. Que até o ano passado não houve o referido planejamento em virtude da vedação disposta na Lei nº 173;
- ✓ Há interesse em qualificar/capacitar;
- ✓ Existe a intenção da administração na ampliação da carga horária dos profissionais em mais 02 horas diárias, fato que poderá atender de forma ampla a todas as UGs.



Questão D1q3: Na percepção de V. Exa. os profissionais de contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais são remunerados conforme as atribuições por eles desempenhadas?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	25	64,10	87	43,94
Sim	14	35,90	111	56,06

Questão D1q4: Sendo negativa a resposta à questão anterior:

Opções de respostas	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Existe interesse da administração em adequar a remuneração dos profissionais, inclusive instituindo plano de carreira, caso não exista, contudo há limitações de ordem orçamentária e fiscal.	10	25,64	48	25
Existe interesse da administração em adequar a remuneração dos profissionais, inclusive instituindo plano de carreira, caso não exista, contudo há limitações de natureza legal ou por outros motivos.	8	20,51	38	19,79
Não existe interesse da administração em adequar a remuneração dos profissionais de contabilidade.	1	2,56	33	17,19
Outros	20	51,29	73	38,02

Principais comentários para a opção “Outros”:

- ✓ As remunerações dos profissionais estão de acordo com os valores praticados no mercado;
- ✓ Recebem de acordo com as atribuições dos cargos que ocupam.

Questão D1q5: Na percepção de V. Exa. os profissionais de contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais contam com plano de capacitação adequado para as atividades que estão sendo desenvolvidas?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	21	53,85	87	44,39
Sim	18	46,15	109	55,61

Questão D1q6: Na percepção de V. Exa. as estruturas físicas postas à disposição dos setores de contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais são compatíveis com as necessidades e demandas daqueles setores?



Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	6	15,38	47	23,86
Sim	33	84,62	150	76,14

Questão D1q7: Na percepção de V. Exa. as estruturas de tecnologia da informação à disposição dos setores de contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais entidade são compatíveis com as necessidades e demandas daqueles setores?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	5	12,82	41	20,92
Sim	34	87,18	155	79,08

Dimensão 2: finalística

As questões que integraram essa dimensão tiveram por objetivo conhecer a percepção dos gestores públicos em relação aos procedimentos realizados para assegurar a qualidade das informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios.

Vejamos as respostas:

Questão D2q1: Em sua percepção, V. Exa. promove as ações necessárias para implementação das novas obrigações legais impostas a contabilidade aplicada ao setor público, em especial ao plano de implementação dos procedimentos contábeis?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Não	5	12,82	29	14,72
Sim	34	87,18	168	85,28

Questão D2q2: De 0 a 10, qual a importância que V. Exa. atribui aos serviços prestados pela contabilidade do município e/ou das unidades gestoras municipais?

Questionário	Prefeitos	Demais gestores
--------------	-----------	-----------------



	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	-	-
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	-	-	-	-
Nota 6	-	-	-	-
Nota 7	-	-	-	-
Nota 8	3	7,69	16	8,12
Nota 9	7	17,95	24	12,18
Nota 10	29	74,36	157	79,70

Questão D2q3: De 0 a 10, na percepção de V. Exa., quanto as informações contábeis prestadas pelos serviços de contabilidade auxiliam nas tomadas de decisões diárias?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	-	-
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	1	0,51
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	-	-	2	1,02
Nota 6	1	2,56	5	2,55
Nota 7	2	5,13	11	5,61
Nota 8	7	17,95	32	16,33
Nota 9	5	12,82	24	12,24
Nota 10	24	61,54	121	61,74

Questão D2q4: De 0 a 10, qual o nível de confiança que V. Exa. tem nas informações prestadas pelos serviços de contabilidade?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	1	0,51
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	1	2,56	1	0,51
Nota 6	-	-	5	2,54
Nota 7	-	-	7	3,55
Nota 8	6	15,38	20	10,15
Nota 9	6	15,38	30	15,23
Nota 10	26	66,68	133	67,51



Questão D2q5: De 0 a 10, qual o nível de compreensão que V. Exa. tem em relação às informações contábeis apresentadas para subsidiar a tomada de decisão?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	2	1,02
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	2	1,02
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	1	2,56	7	3,55
Nota 6	-	-	6	3,05
Nota 7	1	2,56	17	8,63
Nota 8	6	15,38	47	23,86
Nota 9	8	20,51	33	16,75
Nota 10	23	58,99	83	42,12

Questão D2q6: De 0 a 10, como V. Exa. avalia a tempestividade das informações contábeis apresentadas?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	2	1,02
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	1	2,56	4	2,03
Nota 6	1	2,56	4	2,03
Nota 7	2	5,13	14	7,11
Nota 8	6	15,38	37	18,78
Nota 9	6	15,38	45	22,84
Nota 10	23	58,99	91	46,19

Questão D2q7: De 0 a 10, na percepção de V. Exa. quanto os serviços de contabilidade conseguem cumprir o seu papel de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	2	1,02
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-



Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	-	-	8	4,06
Nota 6	1	2,56	3	1,52
Nota 7	5	12,82	16	8,12
Nota 8	5	12,82	42	21,32
Nota 9	6	15,38	32	16,24
Nota 10	22	56,42	94	47,72

Questão D2q8: De 0 a 10, na percepção de V. Exa. quanto os serviços de contabilidade conseguem cumprir o seu objetivo de ser apoio ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	2	1,02
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	-	-	3	1,52
Nota 6	1	2,56	6	3,05
Nota 7	1	2,56	15	7,61
Nota 8	5	12,82	33	16,75
Nota 9	9	23,08	26	13,20
Nota 10	23	58,98	112	56,85

Questão D2q9: De 0 a 10, na percepção de V. Exa. quanto os serviços de contabilidade conseguem cumprir o seu objetivo de proporcionar a adequada prestação de contas dos recursos públicos postos à disposição dos gestores públicos?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	1	0,51
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	-	-
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	-	-
Nota 5	-	-	3	1,52
Nota 6	1	2,27	3	1,52
Nota 7	-	-	5	2,54
Nota 8	8	18,18	23	11,68
Nota 9	7	15,91	34	17,26
Nota 10	28	63,64	128	64,97



Questão D2q10: De 0 a 10, na percepção de V. Exa. quanto os serviços de contabilidade conseguem cumprir o seu papel de ser o necessário suporte para a instrumentalização do controle social?

Questionário	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nota 0	-	-	1	0,51
Nota 1	-	-	-	-
Nota 2	-	-	1	0,51
Nota 3	-	-	-	-
Nota 4	-	-	2	1,02
Nota 5	-	-	7	3,55
Nota 6	-	-	7	3,55
Nota 7	2	5,13	11	5,58
Nota 8	6	15,38	36	18,27
Nota 9	9	23,08	37	18,78
Nota 10	22	56,41	95	48,23

Questão D2q11: Quais informações V. Exa. desejaria receber dos serviços de contabilidade que atualmente não recebe?

Respostas relevantes:

- ✓ Informações gerenciais para organização e planejamento das ações;
- ✓ Acredito que as fontes de recursos deveriam ser controladas pelo setor contábil pois facilitaria mais a administração orçamentária na tomada de decisões. Hoje esse controle é realizado pela Secretaria Municipal de Planejamento cuja rotatividade de profissionais prejudica o controle em tempo real e diário, contudo os serviços são realizados de forma a contribuir com a administração e recebem acompanhamento de nossas profissionais contábeis que por muitas vezes alertam quanto a inconsistências caso essa ocorra ou tenha chance de ocorrer;
- ✓ Controle de custos;
- ✓ Informações, em tempo real, das consolidações financeiras/contábeis do município para serem utilizadas em estratégias das gestões públicas;
- ✓ Fluxo de caixa;
- ✓ Receitas em tempo real;
- ✓ As informações contábeis, patrimoniais, financeiras, orçamentárias e fiscais em forma de *dashboards* atualizados em tempo real;



- ✓ Informações sobre prazos e multas porventura causadas por atrasos e os meios necessários para as devidas correções das informações eventualmente prestadas de forma incorreta, e os recursos que podem ser manejados contra multas e restrições impostas;
- ✓ CND atualizada, tendo que devolver os processos para anexar. Falta de assinatura nas notas contábeis de recebimento e ou lançamento no patrimônio, tendo que pedir para sanar as pendências. Falta dos controles dos saldos dos empenhos e ou a ausência de empenho para despesas (água, energia, telefone, etc);
- ✓ Contraprova contra um erro material;
- ✓ Sistemas integrados;
- ✓ Balanços mais específicos de gastos de custeio com detalhamento gasto pessoal / material expediente;
- ✓ Atualização das normativas; atualização de informações referentes a aplicação dos recursos públicos antes da utilização e prestação de contas;
- ✓ Informações quanto ao controle patrimonial;
- ✓ Informações mais minuciosas, referente aos pagamentos sobre folha de pessoal. Relatórios contábeis de recursos investidos para manutenção de serviços por unidades de atendimentos aos usuários nas três fontes de recurso. Relatório que identifique atrasos de pagamentos de INSS que geram juros e multas, por período de Gestão, para apuração de danos ao erário;
- ✓ Maior clareza nas informações sobre disponibilidades por fonte de recursos para que os gestores possam tomar decisões com maior segurança;
- ✓ Não vejo de valia, pois o setor amarra muito o andamento da minha secretaria;
- ✓ Informações mais rápidas e sintéticas de custeio / investimentos;
- ✓ Orientações técnicas para o bom funcionamento da ug;
- ✓ Acesso ao software da contabilidade municipal, de forma que os gestores possam realizar um melhor controle e planejamento de toda secretaria. Além disso, há a real necessidade de envio periódico de relatórios da contabilidade para assessoramento dos setores financeiros da contabilidade, o que não é efetivamente feito;
- ✓ Alertas e informações sobre tendências de descumprimentos de limites constitucionais e legais;



- ✓ Informações analíticas quanto à execução orçamentária por órgão, programa e ação. Análise de custos e benefícios;
- ✓ Mais informações sobre recursos de convênios e emendas parlamentares;
- ✓ Relatórios mais simples, com informações em uma linguagem mais acessível, que possa facilitar o entendimento de pessoas que não possuem formação e/ou afinidade com contabilidade;
- ✓ Acompanhamento de convênios e contratos firmados;
- ✓ Informações mais detalhadas sobre consignações e recolhimentos dessas obrigações;
- ✓ Capacitação dos conselhos que utilizam as informações contábeis;
- ✓ Informações e procedimentos mais céleres. Melhoria no rito processual;
- ✓ Ordem cronológica de pagamentos;
- ✓ Uma comunicação específica (alerta) sobre qualquer alteração no orçamento da unidade gestora;
- ✓ Registros por centro de custo, para permitir maior análise dos gastos dos diversos setores da saúde municipal. Outro ponto é estabelecer regras de classificação contábeis que permitam disponibilizar informações gerenciais para auxiliar no controle contábil;
- ✓ Lotação de um profissional contabilista diretamente em nossas unidades gestoras para acompanhamento e realização das atividades inerentes aos trabalhos.

Questão D2q12: Na percepção de V. Exa. os serviços de contabilidade representam:

Opções de respostas	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Uma necessidade de primeira ordem, sendo indispensável para apoiar a tomada de decisão.	34	87,18	106	54,08
Uma necessidade de primeira ordem, sendo indispensável para cumprir obrigações legais, em especial realizar as prestações de contas.	5	12,82	87	44,39
Um serviço complementar, não tão importante para o gestor no seu dia a dia, exceto para o cumprimento de obrigações legais.	-	-	-	-
Algo que poderia ser dispensado pela legislação vigente, considerando que os órgãos de controle conseguiriam fiscalizar a gestão pública independente desses serviços.	-	-	-	-
Uma burocracia desnecessária.	-	-	1	0,51
Outros.	-	-	2	1,02



Questão D2q13: No que se refere à forma como o TCEES atua, qual a percepção de V. Exa. Quanto ao:

Respostas de destaque:

- a) Oferecimento de capacitações e orientações para uma boa gestão:
- ✓ É necessário melhorar a capacitação direta para os Gestores. Outra sugestão, seria promover a descentralização das capacitações, ou seja, trazer essas capacitações para o município;
 - ✓ Mais cursos presenciais;
 - ✓ Trabalho preventivo e pedagógico do TCEES, Escola de Contas Públicas, parcerias firmadas com entidades para formação, capacitação e aperfeiçoamento;
 - ✓ Atendimento as demandas quando solicitadas;
 - ✓ Realização de reunião tipo *live*, ministradas por conselheiros para recomendação e orientação aos gestores que possam esclarecer as dúvidas na administração;
 - ✓ TCEES pode oferecer cursos de capacitações para os servidores municipais interagindo também com as empresas de TI quando o assunto envolver critérios técnicos de tecnologia da informação. Outro critério importante de capacitação para os municípios é a volta da oferta do programa Juris como forma de capacitação;
 - ✓ O TCEES poderia disponibilizar os Cursos / Treinamentos e Orientações com antecedência a aplicabilidade das normas;
 - ✓ Melhorar a comunicação e acesso ao Tribunal;
 - ✓ O TCEES é colabora muito quando oferece uma capacitação, mas falando especificamente dos RPPS dos municípios pequenos, temos pouquíssimas ferramentas de aperfeiçoamento da gestão e nossa capacidade financeira é muito pequena. Então seria muito importante mais capacitações específicas para RPPS;
 - ✓ São fundamentais e que tem muito contribuído para a melhoria dos serviços públicos prestados;
 - ✓ Aumento de capacitações para gestores de Câmaras Municipais;



- ✓ Ter mais formações voltadas para os gestores iniciantes;
- ✓ Falta de capacitação e orientação através de encontros presenciais;
- ✓ Deveria trabalhar mais o conhecimento principalmente sobre os pareceres consultas, muitos assuntos já estão consolidados deveriam estar melhor divulgados;
- ✓ Deficiente. Devem oferecer mais cursos e cursos com maior duração, com maior aprofundamento nos temas. Cursos mais práticos e menos teóricos;
- ✓ Acredito que o Tribunal poderia realizar capacitações semestrais, visando a reciclagem de conhecimento pelos servidores e o atendimento a necessidade de treinamento de novos servidores.

b) Oferecimento de suporte técnico para questões operacionais.

- ✓ Facilitar o contato direto com equipes técnicas;
- ✓ É necessário melhorar a comunicação entre Tribunal de Contas e Município, ou seja, ter uma linha direta com os conselheiros. Outra sugestão, seria a criação de um sistema teste de contabilidade para o dia-a-dia;
- ✓ As respostas demoram. Poderia haver um processo mais rápido de esclarecimento aos jurisdicionados;
- ✓ Novas tecnologias que possibilitam o acesso *on line* e facilitam o trabalho;
- ✓ Resposta mais objetiva e clara. Explicação mais detalhada;
- ✓ Necessário que o atendimento seja patronizado, visto que, em fato concreto, quando o atendimento se inicia com um determinado técnico e ocorre, por algum motivo, a mudança deste, vem ocorrendo que o outro técnico tem posicionamento diferente do caso em questão e com isso todo trabalho até então realizado acaba se perdendo e iniciando do zero muitas vezes. Portanto não existe um padrão, mas sim entendimentos diversos oriundos do entendimento que cada técnico do TCE-ES tem sobre o tema, o que traz uma insegurança administrativa e jurídica;
- ✓ Oferecer uma forma de retorno mais ágil, fale conosco, tira dúvidas, etc. (Exemplo: COVID) Por vezes, necessitamos de um retorno mais ágil e o parecer consulta necessita de todo um trâmite, o que o torna um pouco moroso;



- ✓ Bom, podendo melhorar. Orientações mais claras e objetivas;
 - ✓ As dificuldades se verificam nas críticas apresentadas pelo sistema do TCE quando enviadas as prestações de contas, visto que cada crítica precisa ser tratada pelos técnicos, atrasando o envio e, conseqüentemente, penalizando o gestor;
 - ✓ Bom atendimento. Adequado;
 - ✓ Ferramentas funcionando adequadamente;
 - ✓ O TCEES oferece suporte técnico do Sistema CidadES, mas ainda parece faltar uma proximidade desse suporte junto aos gestores municipais;
 - ✓ Não estão satisfatórios;
 - ✓ Quando foi procurado, não obtivemos resposta;
 - ✓ Ultimamente o processo de feedback tem sido mais célere por parte do TCEES;
 - ✓ Necessitamos mais acesso as informações e menos burocracia para o procedimento de agendamento de consulta norteadora de decisões;
 - ✓ O TCEES tem disponibilizado suporte técnico oportuno e resolutivo.
- c) Ao processo de regulamentação das obrigações acessórias (prestações de contas, em especial).
- ✓ Prazos curtos entre as exigências e regulamentação;
 - ✓ Satisfatória, contudo há a necessidade de maior prazo para aplicação antes de sua efetiva cobrança e penalização;
 - ✓ Processos de prestação de contas são muito burocráticos. Requer grande esforço dos Municípios. O TCEE poderia pensar em um processo de prestar contas mais objetivo e assertivo, cujo julgamento não demorasse tanto;
 - ✓ Legislação clara, objetiva e de fácil acesso, porém algumas regulamentações chegam com prazo curto para adequação e envio;
 - ✓ Necessidade da existência de padronização das análises por parte dos servidores que fazem a análise técnica. Declinando que encontramos em casos análogos entendimentos diversos dos auditores do TCE-ES, dito isso, insisto pela necessidade de padronização para que os gestores possam realizar suas atividades de forma coesa com o



entendimento do TCE-ES. e não o entendimento do técnico do servidor que analisa o caso;

- ✓ Estabelecer um prazo maior para atendimento de novas obrigações, haja vista a necessidade de adequação dos municípios. Exemplo: INFOCI;
- ✓ Em alguns casos, faz normas desnecessárias, havendo excesso de medidas que impossibilita o cumprimento, em curto espaço de tempo;
- ✓ Curto prazo de regulamentação e período de vigência de determinada norma;
- ✓ Ausência de possibilidade de retificação;
- ✓ O TCEES edita normas com a aplicabilidade imediata, dificultando o cumprimento das obrigações no prazo estabelecido;
- ✓ Ao editar novas regulamentações, oferecer treinamento e tempo hábil para os municípios se adequarem, e somente depois, exigirem o cumprimento da nova obrigação;
- ✓ Algumas normativas contribuem para o engessamento dos processos de prestações de contas em geral;
- ✓ O Tribunal exige prazo para o cumprimento de obrigações, porém não disponibiliza ferramentas em tempo hábil. Por exemplo, ainda não é possível fazer testes com a PCA;
- ✓ O TCEES atua de maneira repetida, pois se o Setor de Contabilidade envia a prestação contas todo mês, ao final bastaria o TCEES consolidar as informações mensal. Inclusive gostaria de entender. Em relação a PCA penso que poderia ser exigido menos documentos, uma vez que todo mês é enviado por exemplo, informações que compõem o DEMREC, RELPAR, dentre outros, bem como penso que o TCEES poderia utilizar as informações que são enviadas também para outros órgãos como as informações lançadas no CADPREV, sem precisar que o RPPS fique gastando tempo com isso. Ou seja, a informação para um órgão deveria servir para outro;
- ✓ O volume de arquivos é um ponto negativo;
- ✓ O nível de detalhamento crescente exigido pode não cobrir os custos gerados para encaminhamento das informações;



- ✓ Toda atualização ou eventos de audiências públicas para aprovação de novos eventos que devem ser encaminhados pela UG deveriam ser mais divulgados, pois muitas vezes tomamos ciência de novas obrigatoriedades próximas ao início do evento. A metodologia deve buscar aperfeiçoamento para que ocorra melhorias na didática do apresentador;
- ✓ As regulamentações deveriam ocorrer antes da elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA). Atualmente as instruções normativas são sempre publicadas ao final de cada exercício;
- ✓ Extremamente burocrática, confusa, pouco esclarecedora;
- ✓ Com o aumento das responsabilidades, dificuldade de reestruturação constante dos setores para atendimento às demandas e redução de prazos para cumprimento das obrigações, encontra-se cada vez mais difícil acompanhar as exigências das obrigações acessórias.

d) Outros:

- ✓ Ampliar o canal de comunicação com os municípios;
- ✓ Notificação aos municípios da necessidade de realização de concursos públicos, em especial para cargos de especialistas em contabilidade pública, evitando-se assim contratações de assessorias;
- ✓ Fornecer sistemas de gestão padronizado aos jurisdicionados;
- ✓ Em muitas situações assumem um papel de consultoria a qual não é o papel do órgão, contudo, é de grande valia na tomada de decisões dentro do processo da legalidade;
- ✓ Oferecer para a equipe municipal uma espécie de "link direto" onde essa equipe possa sanar dúvidas de forma rápida e sucinta diretamente com algum servidor da área buscada, objetivando a melhoria na tomada de decisões na gestão e trazer maior proximidade entre os entes;
- ✓ Tratamento dos municípios menores com maior equidade;
- ✓ Quando da exigência de novas rotinas do Sistema (TCEES), deveria trabalhar em conjunto com as Empresas detentoras dos Softwares de Gestão (que prestam serviços aos municípios), possibilitando a



implementação e teste num período necessário para evitar problemas com os cumprimentos dos prazos, principalmente quando das PCA's;

- ✓ Os auditores precisam ter mais cautela quanto à emissão de opinião nos Relatórios. É preciso que leiam as notas explicativas!

Questão D2q14: No que se refere a forma como outros órgãos de regulação e controle atuam (Ministério Público Estadual e Federal, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União), teria algum comentário, crítica ou sugestão a fazer?

As respostas para essa questão serão utilizadas para fins estratégicos, não cabendo a reprodução dos comentários oferecidos pelos gestores neste relatório.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS RESPOSTAS NA VISÃO DOS PARTICIPANTES

A pesquisa contou com a participação de 231 gestores, 136 controladores e 232 contadores.

A seguir aprestamos uma visão consolidada das percepções dos participantes do levantamento segregada por dimensões:

Dimensão administrativa – arquitetura organizacional

Na percepção dos contabilistas e controladores internos, a maioria das Unidades Gestoras dispõem de estrutura própria para os serviços de contabilidade, porém há ainda uma defasagem de 25%.

Dos que tem estrutura própria, a maioria (65%) estão situados em nível de departamento que em sua maioria foi identificado como em 2º e 3º nível na hierarquia. Sendo que quando questionados quanto à concentração ou segregação dos serviços de contabilidade, 42% informaram que existe uma única estrutura centralizada na prefeitura, 25% informaram que existe contabilidade central e unidades executoras subordinadas com serviços de contabilidade específicos, 12% informaram que existe somente unidades desconcentradas e 21% responderam terem outros tipos de concentração ou segregação.

Dimensão administrativa – recursos humanos



Quanto à existência de profissionais com formação em ciências contábeis por especialização (responsáveis exclusivamente pela contabilidade orçamentária, financeira, patrimonial ou pela saída de informação para prestação de contas e informação para os gestores tomarem decisões) em média 50% responderam possuírem um profissional exclusivo para cada atividade.

Quanto a segregação de funções, 100% dos contabilistas informaram existir profissionais distintos, responsáveis pelos registros. Porém, 63% responderam que essa distinção somente se opera no registro dos pagamentos, sendo que registro de operações de empenho e liquidação de despesas são executadas pelo mesmo servidor.

No que diz respeito ao responsável pela tesouraria nas UGs ter formação em ciências contábeis, apenas 42% responderam afirmativamente.

Quanto à existência do cargo de contador, apurou-se que 61% das UGs tem cargo de contador, portanto 39% não tem. E ainda, que 11 (onze) UGs não tem profissionais com formação em ciências contábeis e outras 111 (cento e onze) tem somente um profissional formado em ciências contábeis.

Quando questionado se as UGs dispõem de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para atender as demandas, 52% dos contadores participantes responderam negativamente. Mesmo os que responderam positivamente declararam, que apesar de serem qualificados, a quantidade é insuficiente. Na percepção dos controladores apenas 11% consideram que não há profissionais qualificados para exercer as atribuições exigidas dos contadores. Porém, em seus comentários deixam claro a insuficiência de servidores da área contábil.

Na percepção dos gestores, as estruturas administrativas dos setores de contabilidade nas unidades gestoras municipais dispõem de profissionais qualificados, contudo em quantitativos insuficientes para atender as demandas da instituição e dos destinatários de suas informações.

Há intenção por parte dos gestores em fortalecer o quadro de pessoal nas áreas de contabilidade, antes, porém, na maioria dos casos, há necessidade de revisão da



estrutura administrativa, de cargos e salários, de forma que o recrutamento se dê de acordo com a real necessidade da instituição e consiga atrair bons profissionais.

Dando sequência às informações profissionais atuante nas estruturas, apurou-se que 40% atuam em mais de uma UG, chegando a ter um profissional responsável por até 19 unidades.

Dada todas as dificuldades para dispor de servidores da contabilidade treinados e capacitados, apurou-se, na visão dos contabilistas, que 60% dos pesquisados não possuem profissional no quadro com capacidade para substituir os responsáveis titulares se houver uma necessidade imprevista.

Quanto aos recursos humanos disponíveis no controle interno, 65% dos controladores participantes responderam não haver profissionais em quantidade suficiente para desempenhar a função de verificação da qualidade das informações contábeis geradas pelo setor de contabilidade, com o agravante de que 49% não dispõem de profissional com formação em ciências contábeis em sua estrutura.

Quanto a ter apoio/auxílio de uma consultoria especializada apenas 28% responderam positivamente. Ainda nesse sentido, questionados sobre se a consultoria contábil especializada auxiliaria no desenvolvimento das atribuições contábeis, 81% responderam positivamente.

No quesito experiência na especialidade contabilidade aplicada ao setor público, 70% dos participantes responderam que tem entre cinco a mais de dez anos.

No que diz respeito à definição de tarefas para os servidores que atuam nos serviços de contabilidade, 49% informaram que existe sim tarefas estabelecidas e segregação de funções. No entanto, 15% responderam não existir definição clara e nem segregação de funções.

Nas questões relacionadas a programas de qualificação, 92% responderam que não existe e os 8% que responderam positivamente declararam serem cursos de curta duração, que em média duram até 40 horas.

Quanto as horas de treinamento serem consideradas como efetivo exercício, a maioria respondeu positivamente.



Na percepção dos gestores, no que se refere à qualificação, embora a maioria das respostas foi no sentido de que os profissionais são qualificados, há consenso entre eles que os investimentos em capacitação precisam ser permanentes, inclusive, que há necessidade de instituição de um plano de capacitação continuada.

Quanto a política de reconhecimento e valorização profissional, 60% dos contabilistas informaram não existir no município onde atua, alguns informam, porém, que até existe plano de carreira, mas não foi posto em prática. O reflexo dessa informação está na resposta da questão sobre a remuneração dos profissionais de contabilidade, onde 79% declararam que a remuneração não é compatível com as atribuições estabelecidas e em seus comentários expressam seus sentimentos de descaso por parte dos gestores a respeito dos servidores da contabilidade.

Verifica-se nos comentários dos participantes, quanto a esse quesito, que existem barreiras de acesso político à alta gestão para discussões relacionadas à melhoria das remunerações dos profissionais e que há situações de valorização de servidores que atuam em cargos políticos, sem tantas qualificações e responsabilidades, que superam suas remunerações, o que reafirma o sentimento de descaso dos gestores com os servidores da contabilidade.

Na percepção da maioria dos prefeitos, no que se refere à valorização dos profissionais da contabilidade, há um consenso que existe uma defasagem nas remunerações que precisa ser corrigida. Já na percepção dos demais gestores, entretanto, a percepção é de que as remunerações estão adequadas, estando de acordo com os valores praticados no mercado e proporcionais às atribuições dos cargos ocupados.

Dimensão administrativa - estruturas físicas e tecnológicas

Na percepção dos contadores, 34% consideram que as estruturas físicas disponibilizadas para a prestação dos serviços de contabilidade **não** são adequadas e suficientes para o bom desempenho das suas atividades, já na percepção dos controladores, 23% entendem da mesma forma. A situação se agrava no quesito estrutura tecnológica, onde 76% dos contadores responderam negativamente e



apontam a deficiência nas redes de internet, equipamentos obsoletos e deficiência no sistema de backups, assim como, a falta de apoio de profissional da tecnologia no desempenho das atividades, apesar de notar que há uma percepção diferenciada por parte dos controladores, posto que, somente 29% responderam negativamente.

Já na percepção dos gestores, no que se refere às estruturas físicas postas à disposição dos setores de contabilidade, a maioria respondeu que são compatíveis com as necessidades e demandas dos setores. E em relação às estruturas de tecnologia da informação, as respostas da maioria dos gestores também foram no sentido de que estão compatíveis com as necessidades.

No que tange à utilização do Siafic, 27% dos contabilistas consideram não ser adequado para o bom desempenho de suas atividades, sendo que 24% consideram que o Siafic utilizado não atende aos requisitos mínimos de qualificação exigidos pelo Decreto Federal 10.540/2020.

Sobre a integração com os sistemas estruturantes, apurou-se que o Siafic está integrado em 46% da UGs representadas nas pesquisas, sendo que em 21% não há nenhuma integração.

Apesar do nível de automatização, o processo digital é uma realidade distante para muitos, 61% declararam que os processos que transitam pelos serviços de contabilidade são físicos.

Dimensão finalística – aspectos gerais

Quanto às peças de planejamento, apurou-se que 29% são elaboradas pelos serviços próprios de contabilidade, 23% informaram serem elaboradas pelo serviço de planejamento, 20% que são elaboradas em conjunto planejamento e contabilidade, 22% informaram serem elaboradas por serviço contratado e em conjunto com a contabilidade e ainda 9% que informaram serem elaboradas por outros.

Quando questionados se a quantidade de informações exigidas, bem como, o cumprimento de prazos legalmente estabelecidos, afetam a qualidade da informação produzida, 38% dos contabilistas responderam que sim.



Dentre as dificuldades relatadas para os serviços de contabilidade acompanhar e implementar novos regramentos legais estão a ausência de segregação de responsabilidades, podendo acarretar descontinuidade do serviço público, dificuldade de manter o interesse, a competência e o profissionalismo entre as equipes interdependentes; falta de profissionais capacitados; pouco tempo para realizar treinamentos e estudos a respeito dos novos regramentos legais.

No que diz respeito ao PIPCP, na percepção dos contabilistas o comprometimento da alta administração deixa a desejar, posto que 43% responderam que a alta administração desconhece ou não estão comprometidos com a sua implantação. Apenas 26% afirmaram que promovem as ações e os recursos humanos e tecnológicos necessários para o efetivo cumprimento do plano estabelecido.

Já na percepção dos gestores, quando perguntados se promovem ações necessárias para implementação das novas obrigações legais impostas à contabilidade aplicada ao setor público, em especial ao plano de implementação dos procedimentos contábeis, 87% dos prefeitos responderam que sim, e 85% dos demais gestores também responderam positivamente.

Em relação a existência de uma política contábil nos municípios, definindo quais são os princípios específicos, fundamentos, convenções, regras e práticas aplicadas pela entidade ao preparar suas demonstrações financeiras, 70% informam sua inexistência.

Quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens, direitos e obrigações por competência inclusive provisões, a maioria informou que já mapeou os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos, no entanto, uma média de 17% dos pesquisados responderam **não ter adotado** medidas até o momento, sendo que chega a 29% com relação às provisões por competência e 48% relativo à evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.

Já no que diz respeito à provisão atuarial do regime próprio de previdência, os pesquisados, aos quais se aplica, a maioria respondeu que já foram mapeados os fluxos necessários para a geração das informações com os diversos setores envolvidos.



Dimensão finalística - qualidade da informação contábil

Na opinião dos profissionais pesquisados, a maioria (93% contadores e 98% controladores) entende que as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos contábeis são relevantes e capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários, que são fidedignas e permitem a comparabilidade. Quanto à tempestividade, 88% dos contadores e 87% dos controladores, entendem que atende a tempo para tomada de decisões e na mesma proporção, quanto à compreensibilidade. Entendem também, em sua maioria, que os serviços de contabilidade estão cumprindo os principais objetivos.

No entanto há ainda um número expressivo de contadores (18) e controladores (12), que considera não cumprir. Em suas justificativas, os controladores citam, entre outras, que os relatórios contábeis carecem de melhor detalhamento; que poderiam ser em linguagem mais acessível e resumida para os gestores políticos; que os históricos poderiam ser melhorados. Já os contadores justificam a negativa, colocando que falta atenção dos gestores a estes relatórios, principalmente em relação aos aspectos orçamentários e fiscais e ainda, que os relatórios deveriam ser disponibilizados em linguagem que o usuário entenda.

A percepção dos gestores segue no mesmo sentido. Quando instigados a darem notas de 0 a 10 quanto ao nível de compreensão das informações contábeis, 42% deram nota dez, 16% nota nove, 23% nota oito, e 19% notas sete e abaixo.

Quanto à utilização pelo controle interno, das informações prestadas pela contabilidade, 90% dos controladores consideram que são completas, suficientes e úteis para elaboração de matrizes de planejamento e execução dos procedimentos de controle. Dos 10% que responderam negativamente, justificaram, entre outros, que há dificuldade de comunicação entre o setor de contabilidade e controle interno.

Na opinião unânime dos gestores, as informações produzidas pela contabilidade são extremamente relevantes e indispensáveis para a tomada de decisões.

No que diz respeito aos procedimentos a serem executados pelo controle interno com a finalidade de salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais, de verificar a conformidade do registro contábil em



relação ao ato correspondente, de garantir a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas, de auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes e definir rotinas para obtenção de informações oportunas e qualificadas, a maioria (e 80 a 97%) respondeu positivamente. Porém, que a frequência maior é de uma vez por ano, com o aumento da frequência quando se trata de prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Com relação a procedimentos com a finalidade de verificar a confiabilidade dos valores registrados como disponibilidade da instituição, apenas 42% dos controladores participantes responderam positivamente. Melhora um pouco o percentual, 59%, quando consultados sobre procedimentos para assegurar que todas as contas bancárias estão sendo controladas pela contabilidade, sendo que a frequência de ambos é, em sua maioria, de uma vez por ano.

Os controladores, quando consultados se o Controle Interno realiza procedimentos para checagens das movimentações de bens de estoque e moveis registrados pela contabilidade e de checagem dos valores registrados em depreciação e/ou amortização, foram mais positivos (75%) quanto a bens de estoque e móveis, e menos (57%), quanto aos valores registrados em depreciação e/ou amortização, sendo que o primeiro com maior frequência anual e o segundo com frequência maior durante o ano.

Quanto a procedimentos para inspeção física dos bens descritos no inventário de bens móveis, 52% responderam negativamente, de verificação dos registros cartoriais dos bens imóveis o percentual de negativos aumenta significativamente para 89%.

Com relação à realização de procedimentos de verificação dos valores inscritos em dívida ativa e de valores prescritos na relação dos devedores da dívida ativa, 53% dos controladores responderam não para o primeiro e, 68% para o segundo. Sendo que, os que realizam, o fazem por amostragem uma vez por ano. Já quando se trata de procedimentos de revisão de cálculo na conta de ajustes da dívida ativa e circularização de fornecedores, o percentual aumenta, passando de 80% os que responderam negativamente.



O percentual melhora quando se trata de checagem dos valores registrados na contabilidade referente as despesas com pessoal registrados nos relatórios analíticos da folha de pagamento, 81% responderam positivamente. No entanto, quando se trata de valores das consignações retidas na folha de pagamento, o percentual de sim cai para 53%.

Quanto a entrevistar o atuário para verificar a qualidade das informações que devem constar nas notas explicativas acerca das provisões matemáticas, 59% dos controladores de institutos responderam positivamente.

Quanto a verificar se os créditos adicionais abertos estão dentro dos percentuais e fontes de recursos autorizados pelo poder legislativo municipal, 69% dos controladores pesquisados responderam positivamente.

Acerca de testes por amostragem realizados pelo controle interno, na percepção dos controladores participantes pode-se apurar que apenas 43% fazem acerca da correta classificação orçamentária das receitas arrecadadas; 55% fazem acerca da correta classificação orçamentária das despesas empenhadas e 53% fazem acerca da correta classificação das fontes de recursos nos pagamentos realizados.

Na percepção de 70% dos controladores participantes, o CI realiza procedimentos para verificar o cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos. No entanto, apenas 43% considera que o CI realiza procedimentos para assegurar o cumprimento da ordem cronológica das despesas inscritas em restos a pagar.

Quanto a outras verificações e acompanhamentos de rotina que devem ser executadas pelo controle interno, na percepção dos controladores:

- 68% **não** verificam se a tesouraria realiza a conciliação bancária diariamente;
- 67% **não** verificam se a contabilidade realiza a conformidade diária;
- 23% **não** verificam se obrigações previdenciárias patronais estão sendo registradas mensalmente conforme regime de competência;
- 55% **não** acompanham a regularidade dos parcelamentos da entidade;
- 33% **não** realizam procedimentos para checar a legalidade da concessão e utilização das diárias;



- 61% **não** realizam procedimentos para checar a legalidade da concessão, utilização e prestação de contas dos suprimentos de fundos;
- 59% **não** realizam procedimentos para verificar a legalidade das subvenções e auxílios concedidos;
- 44% **não** realizam procedimentos para verificar se os registros contábeis possuem documentação de suporte adequado;
- 30% **não** realizam procedimentos para verificar se os registros contábeis estão sendo realizados tempestivamente;
- 38% **não** realizam procedimentos para verificar se as receitas e despesas estão sendo registradas sob regime de competência;
- 74% **não** realizam procedimentos de checagem da consolidação das contas orçamentárias do ente, verificando a exclusão das contas intra-orçamentárias (categoria econômica 7 da receita orçamentária e modalidade de aplicação 91 na despesa);
- 77% **não** realizam procedimentos de checagem da consolidação das contas patrimoniais do ente (quinto dígito do PCASP: Consolidação (1), Intra-OFSS (2), Inter-OFSS União (3), Inter-OFSS Estado (4) e Inter-OFSS Municípios (5));
- 49% **não** realizam procedimentos para acompanhar o cumprimento das metas de arrecadação;
- 5% **não** realizam procedimentos para acompanhar os limites de gastos com pessoal;
- 38% **não** realizam procedimentos de pertinência das despesas classificadas como pessoal e encargos, indenizações e restituições, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores e que podem afetar a apuração do limite de pessoal previstos na LRF;
- 46% **não** realizam procedimentos para acompanhar os limites de gastos de educação;
- 68% **não** realizam procedimentos para verificar a pertinência das despesas classificadas como educação;
- 47% **não** realizam procedimentos para acompanhar os limites de gastos de saúde;
- 63% **não** realizam procedimentos para verificar a pertinência das despesas classificadas como saúde;



- 30% **não** realizam procedimentos para acompanhar a tempestividade das publicações dos relatórios do RREO;
- 12% **não** realizam procedimentos para acompanhar a tempestividade das publicações dos relatórios do RGF;
- 45% **não** avaliam o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, na execução dos programas de governo e nos orçamentos municipais;
- 45% **não** acompanham a implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais;
- 44% (controladores de institutos de previdência) **não** acompanham e emite parecer sobre os processos de concessão de benefícios previdenciários (pensão e aposentadoria);
- 61% **não** acompanham e emite parecer sobre os processos de admissão de pessoal (efetivos);
- 24% (controladores de institutos de previdência) **não** avaliam e acompanha o estabelecimento e execução da política de investimentos do RPPS nem o índice de capitalização do RPPS apurado anualmente;
- 12% (controladores de institutos de previdência) **não** avaliam o atingimento da meta atuarial estabelecida pelo RPPS;
- 3% (controladores de institutos de previdência) **não** realizam procedimentos para verificar se os registros das receitas do RPPS estão sendo realizados por competência;
- 15% (controladores de institutos de previdência) **não** verificam se os valores das provisões matemáticas previdenciárias registradas anualmente pela contabilidade do RPPS estão de acordo com a avaliação atuarial anual;
- 24% (controladores de institutos de previdência) **não** verificam se os valores das provisões matemáticas previdenciárias registradas anualmente pela contabilidade do RPPS estão calculados na mesma data-base das demonstrações contábeis que estão sendo levantadas;
- 44% (controladores de institutos de previdência) **não** verificam se as despesas realizadas pelo RPPS estão de acordo com o rol de benefícios permitidos pela legislação previdenciária;
- 3% (controladores de institutos de previdência) **não** verificam a adequação das alíquotas estabelecidas pela avaliação atuarial com a legislação do ente;



- 53% (controladores de institutos de previdência) **não** verificam a efetividade e sustentabilidade do plano de amortização estabelecido pelo ente;
- 47% (controladores de institutos de previdência) **não** executam procedimentos para verificar a correta classificação orçamentária do plano de amortização do déficit atuarial escolhido pelo ente;
- 2% **não** acompanham as determinações expedidas pelo TCEES por meio de seus pareceres prévios e acórdãos de julgamentos dos gestores do ente, promovendo a implementação de procedimentos necessários para o seu cumprimento e evitando a sua repetição consecutiva em diversos exercícios.

Apurou-se que 73% dos controladores consideram que sua atuação na gestão da informação contábil e contribuição para a melhora na qualidade da informação disponibilizada é satisfatória e, se sentem aptos para realizar os procedimentos de verificação da qualidade e confiabilidade das informações contábeis que estão sendo geradas pela unidade gestora e/ou pelo ente. Esse percentual cai para 61% quando questionados sobre a capacidade de analisar as demonstrações contábeis consolidadas do ente.

No que se refere à confiança nas informações geradas pela contabilidade, a percepção dos gestores é positiva. Instigados a atribuírem nota de 0 a 10 para expressarem seu grau de confiança nas informações contábeis, 67% deram nota dez, 15% nota nove, 10% nota oito. Ou seja, 92% dos gestores atribuíram alto grau de confiança nas informações geradas pela contabilidade em suas unidades gestoras.

Na busca da opinião dos pesquisados, solicitou-se que citassem **boas práticas desenvolvidas pelo TCEES** que auxiliaria na promoção da qualidade da informação contábil, no que apresentaram as seguintes, além de outras que constam na análise da questão específica:

- Realização de fiscalizações a exemplo desta, diagnosticando melhor as estruturas de governança nos municípios;
- Cursos oferecidos;
- Eventos presenciais que permitem o compartilhamento de experiências - JURIS;



- *Lives*;
- Jurisprudência sistematizadas;
- Audiências públicas de orientações e para participação no processo de regulamentação;
- Painel de controle;
- Sistema CidadES e suas consistências indicativas;
- Cobranças antecipadas “*força a adaptação e solidificação das ações necessárias*”;
- Simuladores de cumprimento de metas;
- Processos eletrônicos;
- Envio da matriz de saldos contábeis;
- Detalhamento das contas contábeis;
- Comunicação com o setor contábil;
- Atendimento de demandas quando solicitado;

Quanto às ações que o TCEES **poderia desenvolver e que contribuiria para a promoção da qualidade da informação contábil**, destacam-se as seguintes:

- Tratar os municípios menores com maior equidade;
- Promover o envio de informações em tempo real para os contadores, das informações vinculadas às UG's;
- Conscientizar gestores da importância do setor contábil;
- Oferecer cursos específicos de contabilização voltados para RPPS;
- Instituir canal de perguntas e respostas específicas;
- Conceder um intervalo de tempo maior entre a aprovação das normas e sua entrada em vigor e oferecer capacitações voltadas para o entendimento das mudanças provocadas com as alterações normativas;
- Desenvolver e oferecer um sistema próprio de informação (Siafic) para os municípios, padrão estadual, numa linguagem única, de forma mais simplificada, dentro das normas contábeis, usando o amparo da TI;
- Realizar visitas aos municípios estabelecendo contato maior com a administração municipal, seja com prefeitos, secretários, para ressaltar a importância da informação remetida ao Tribunal de Contas, os procedimentos



corretos a serem adotados, estruturação dos setores e definição de responsabilidades;

- Exigir uma estrutura mínima dos municípios com profissionais com formação na área e com salários compatíveis às atividades desenvolvidas na área contábil.
- Oferecer capacitação direta para os gestores, focadas em temas de gestão;
- Promover a descentralização das capacitações, ou seja, trazer essas capacitações para o município;
- Realizar trabalho preventivo e pedagógico numa parceria entre a Escola de Contas Públicas e entidades para formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores e gestores;
- Oferecer capacitações para os servidores municipais interagindo também com as empresas de TI quando o assunto envolver critérios técnicos de tecnologia da informação;
- Quando da exigência de novas rotinas do sistema CidadES, trabalhar em conjunto com as empresas detentoras dos softwares de gestão (que prestam serviços aos municípios), possibilitando a implementação e teste num período necessário para evitar problemas com os cumprimentos dos prazos, principalmente quando das PCA's;
- Melhorar a comunicação e acesso ao Tribunal;
- Oferecer mais capacitações para gestores de Câmaras Municipais;
- Oferecer cursos de formação para gestores iniciantes;
- Oferecer cursos com maior duração, com maior aprofundamento nos temas, mais práticos e menos teóricos;
- Facilitar o contato direto com equipes técnicas;
- Melhorar a comunicação entre Tribunal de Contas e Município, ou seja, ter uma linha direta com os conselheiros;
- Criar um sistema teste de contabilidade para o dia-a-dia;
- Adotar processo mais rápido de esclarecimento aos jurisdicionados;
- Implementar novas tecnologias que possibilitam o acesso *on line* e facilitam o trabalho;
- Oferecer orientações mais objetivas e claras. Explicações mais detalhadas;



- Padronizar o atendimento, visto que, em fato concreto, quando o atendimento se inicia com um determinado técnico e ocorre, por algum motivo, a mudança deste, vem ocorrendo que o outro técnico tem posicionamento diferente do caso em questão e com isso todo trabalho até então realizado acaba se perdendo e iniciando do zero muitas vezes. Portanto não existe um padrão, mas sim entendimentos diversos oriundos do entendimento que cada técnico do TCE-ES tem sobre o tema, o que traz uma insegurança administrativa e jurídica;
- Oferecer uma forma de retorno mais ágil (fale conosco, tira-dúvidas, etc., a exemplo das dúvidas sobre a pandemia). Por vezes, necessitamos de um retorno mais ágil e o parecer consulta necessita de todo um trâmite, o que o torna um pouco moroso;
- Melhorar o processo de tratamento das críticas apresentadas pelo sistema CidadES quando enviadas as prestações de contas, visto que cada crítica precisa ser tratada pelos técnicos, atrasando o envio e, conseqüentemente, penalizando o gestor;
- Melhorar o acesso às informações e desburocratizar o procedimento de agendamento de consulta norteadora de decisões;

Quando solicitados para **citarem eventuais ações que o TCEES desenvolve que, na prática prejudicam a promoção da qualidade da informação contábil** declararam o seguinte:

- Detalhamento excessivo e redundância nas informações do sistema cidades;
- O nível de detalhamento crescente exigido pode não cobrir os custos gerados para encaminhamento das informações;
- As regulamentações deveriam ocorrer antes da elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA). Atualmente as instruções normativas são sempre publicadas ao final de cada exercício;
- Com o aumento das responsabilidades, dificuldade de reestruturação constante dos setores para atendimento às demandas e redução de prazos para cumprimento das obrigações, encontra-se cada vez mais difícil acompanhar as exigências das obrigações acessórias.



- Os auditores precisam ter mais cautela quanto à emissão de opinião nos relatórios. É preciso que leiam as notas explicativas!
- Prazos curtos entre a publicação de normas e o início de sua vigência;
- Aplicação de multas;
- Ausência de um canal direto para esclarecimento de dúvidas;
- Interpretam a lei de forma a legislar sobre o assunto;
- Ausência de comunicação com o contabilista responsável sobre dúvidas sanáveis do auditor, evitando notificação desnecessária;
- Processos de prestação de contas muito burocráticos. Requer grande esforço dos Municípios. O TCEE poderia pensar em um processo de prestar contas mais objetivo e assertivo, cujo julgamento não demorasse tanto;
- Em alguns casos, faz normas desnecessárias, havendo excesso de medidas que impossibilita o cumprimento, em curto espaço de tempo;
- Ausência de possibilidade de retificação;

4. CONCLUSÃO

Visando responder as quatro questões centrais propostas inicialmente, que representam o objetivo central da presente fiscalização, consolidamos no quadro abaixo as principais questões e respectivas respostas dos participantes do levantamento, para, ao final deste tópico, chegarmos às respostas esperadas para aquelas questões propostas (item 3.1 deste relatório).

Naturalmente, para responder às quatro questões centrais, foram consideradas as respostas aos três questionários analíticos, consolidadas no tópico anterior.

Q1 - As estruturas administrativas e as políticas de gestão de pessoas voltadas para os serviços de contabilidade adotadas pelos municípios, de maneira geral, são adequadas para o bom desempenho das atividades contábeis e conseqüentemente para que esses serviços atendam às necessidades administrativas e de controle?



Questões relacionadas	Respostas negativas			
	Contabilistas	Controladores	Prefeitos	Gestores
Questão D1q1: A Unidade Gestora (UG) dispõe de uma estrutura própria para os serviços de contabilidade (existência de uma estrutura específica dentro da arquitetura organizacional da Unidade Gestora)?	25%	-	-	-
Questão D2q1: Na estrutura de pessoal efetivo da(s) unidade(s) gestora(s) onde atua existe o cargo de contador?	39%	-	-	-
Questão D2q4: Em sua percepção, o setor de contabilidade da(s) unidade(s) gestora(s) que atua dispõe de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para atender as demandas sob sua responsabilidade?	52%	11%	54%	37%
Questão D2q7: A(s) unidade(s) gestora(s) onde atua conta(m) com o apoio/auxílio de uma consultoria contábil especializada?	72%	-	-	-
Questão D2q11: Existe um programa definido de qualificação dos servidores que atuam na contabilidade?	92%	-	54%	44%
Questão D2q17: Na(s) unidade(s) gestora(s) e/ou município que atua existe alguma política de reconhecimento e valorização profissional ou plano de carreira?	52%	-	-	-
Questão D2q18: Em sua percepção, você sente que a remuneração dos profissionais de contabilidade no seu município ou na UG onde atua é compatível com as atribuições estabelecidas?	79%	-	64%	44%

Resposta: não.

Verifica-se que existe uma carência de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para atender as demandas correspondentes às suas áreas de atuação, que não há um plano de capacitação continuada adequado, que não existe uma estrutura própria na arquitetura organizacional em um nível de decisão (secretaria ou subsecretaria), ausência de cargo efetivo para contabilistas, ausência de plano de carreiras e programas de incentivo e valorização dos servidores, e ainda, que não existem consultorias especializadas contratadas para apoiar as atividades desenvolvidas.



Q2 - As estruturas físicas e os recursos tecnológicos existentes nos municípios são suficientes e adequados ao bom desempenho das atividades de contabilidade?

Questões relacionadas	Respostas negativas			
	Contabilistas	Controladores	Prefeitos	Gestores
Questão D3q1: Em sua percepção a estrutura física (espaço físico, mobiliário, etc.) disponibilizada para a prestação dos serviços de contabilidade são adequadas e suficientes para o bom desempenho das suas atividades?	34%	23%	15%	24%
Questão D3q2: Em sua percepção a estrutura tecnológica (computadores, notebook, internet, impressoras), disponibilizada para os serviços de contabilidade são adequadas e suficientes para o bom desempenho das suas atividades?	76%	29%	13%	21%
Questão D3q3: Os serviços de contabilidade dispõem de apoio de profissional de tecnologia da informação (TI) para o bom desempenho de suas atividades?	76%	-	-	-
Questão D3q5: Em sua percepção o Siafic (sistema de administração financeira e controle) disponibilizado pelo Poder Executivo para utilização pelas unidade(s) gestora(s) é adequado para o bom desempenho das suas atividades?	27%	-	-	-
Questão D3q7: Todas as unidades gestoras do seu município estão utilizando um sistema integrado de administração financeira e controle (Siafic)?	16%	-	-	-

Resposta: quanto às estruturas físicas, percebe-se que na maioria dos municípios as estruturas são adequadas.

Em relação às estruturas tecnológicas, existem deficiências relacionadas à integração de sistemas, inclusive com uso de processos eletrônicos. Deficiências também em relação a segurança dos dados; ausência de profissionais especializados em tecnologia da informação; e ainda, problemas com infraestrutura de rede e links de dados.

Em relação aos hardwares utilizados, não foram reportados grandes problemas.



Q3 - Na visão dos contabilistas, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?

Questões relacionadas	Respostas negativas
	Contabilistas
Questão D5q1: Quanto à relevância , as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos contábeis são relevantes e capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários?	7%
Questão D5q2: Quanto à fidedignidade , as informações geradas representam de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar? São completas, neutras e isentas de erros (representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias)?	10%
Questão D5q3: Quanto à comparabilidade , as informações geradas permitem sua comparação com informações similares de outras entidades (por exemplo, de outra UGs do mesmo ente, ou até mesmo com informações de outros entes públicos municipais)? E ainda, permitem a comparação com informações similares geradas pela própria entidade, referentes a outro período ou a outra data, possibilitando aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre essas informações?	8%
Questão D5q4: Quanto a capacidade de verificação , pode-se afirmar que diferentes usuários qualificados da informação contábil podem chegar às mesmas conclusões (essa característica da informação contábil está associada à garantia que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna)?	8%
Questão D5q5: Quanto a tempestividade das informações geradas pela contabilidade, pode-se afirmar que a disponibilização das informações aos tomadores de decisões acontece a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões?	12%
Questão D5q6: Quanto a compreensibilidade , pode-se afirmar que as informações geradas são claras, concisas, permitindo uma boa compreensão dos fenômenos objeto de registros e evidenciação por meio dos relatórios e demonstrativos contábeis?	11%
Questão D5q7: Os serviços de contabilidade da UG produzem relatórios periódicos para serem utilizados pelos gestores objetivando subsidiar sua tomada de decisão, bem como, para serem utilizados nas atividades sob responsabilidade das unidades de controle interno?	12%

Resposta: sim

Q4 - Na visão dos gestores públicos municipais, quanto aos aspectos qualitativos, de maneira geral, as informações produzidas pelos serviços de contabilidade nos



municípios são relevantes, fidedignas, comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis?

Questões relacionadas	Respostas negativas	
	Prefeitos	Demais Gestores
Relevância: resposta obtida a partir da verificação do resultado da questão D2q8 (quanto os serviços de contabilidade conseguem cumprir o seu objetivo de ser apoio ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos).	5%	5%
Tempestividade: resposta obtida com a verificação do resultado da questão D2q6 (como V. Exa. avalia a tempestividade das informações contábeis apresentadas?)	10%	11%
Compreensibilidade: resposta obtida a partir da verificação do resultado da questão D2q5 (nível de compreensão que V. Exa. tem em relação às informações contábeis apresentadas para subsidiar a tomada de decisão)	5%	9%

Resposta: sim

Importante ressaltar, além das respostas às quatro questões gerais apresentadas acima, que há uma nítida percepção em relação a visão que os gestores públicos demonstram em relação à importância que a contabilidade representa na administração pública.

Nesse sentido, cabe destacar as respostas dos gestores à questão D2q12.

Questão D2q12: Na percepção de V. Exa. os serviços de contabilidade representam:

Opções de respostas	Prefeitos		Demais gestores	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Uma necessidade de primeira ordem, sendo indispensável para apoiar a tomada de decisão.	34	87	106	54
Uma necessidade de primeira ordem, sendo indispensável para cumprir obrigações legais, em especial realizar as prestações de contas.	5	13	87	44
Um serviço complementar, não tão importante para o gestor no seu dia a dia, exceto para o cumprimento de obrigações legais.	-	-	-	-
Algo que poderia ser dispensado pela legislação vigente, considerando que os órgãos de controle conseguiriam fiscalizar a gestão pública independente desses serviços.	-	-	-	-
Uma burocracia desnecessária.	-	-	1	0,5
Outros.	-	-	2	1,5



Na percepção de gestores, contabilistas e controladores internos que participaram do levantamento, algumas orientações recomendações, se expedidas pelo Tribunal de Contas, teriam potencial para contribuir no processo de melhoria da governança contábil nos municípios, refletindo conseqüentemente na melhoria da qualidade da informação contábil.

Dentre elas, destacamos:

- Recomendar aos gestores municipais, controladores e contabilistas que regulamentem e implementem políticas contábeis para serem adotadas pelos poderes e órgãos do ente municipal, aderentes e complementares às NBC TSP vigentes.
- Orientar os gestores municipais, que ao promoverem reformas administrativas e criação de cargos públicos para os serviços de contabilidade, considerem a existência dos recursos tecnológicos que atualmente estão à disposição da gestão pública e a perspectiva de evolução desses sistemas informatizados exigindo profissionais com perfis menos operacionais e mais inovadores, com habilidades voltadas para análise de dados e capacidades para influenciar o próprio processo de construção de soluções tecnológicas.
- Recomendar aos gestores públicos, que estruturarem os setores de controladoria, inclusive contratando profissionais com formação na área contábil, considerando as prerrogativas profissionais e conhecimentos necessários para atuação na análise das demonstrações e demais informações contábeis.
- Orientar os gestores municipais que ao promoverem reformas administrativas reposicionem os serviços de contabilidade em nível hierárquico mais elevado dentro da estrutura municipal, preferencialmente em nível de secretaria ou subsecretaria, de forma a garantir maior autonomia, melhor segregação de funções e maior proximidade da contabilidade à alta gestão, desfragmentando a cadeia de comando e facilitando a interlocução direta dos contabilistas com os gestores.
- Recomendar aos gestores municipais e contabilistas, que estruturarem os serviços de contabilidade de forma que estejam organizados num formato onde exista uma unidade central, responsável pelas atividades estratégicas



de contabilidade (definição de políticas contábeis, consolidação das contas, apoio gerencial à alta gestão da instituição, orientação às unidades executoras subordinadas, dentre outras atividades estratégicas), e unidades executoras especializadas, subordinadas à unidade central.

- Recomendar aos gestores municipais, que instituem planos de carreiras e programas de valorização profissional, preferencialmente e quando possível, complementados por remunerações variáveis baseadas em resultados, objetivando reduzir a rotatividade de servidores nos setores de contabilidade e controle interno, considerando serem esses setores estratégicos na gestão pública.
- Recomendar aos gestores municipais, que institucionalizem programas de capacitação permanente para os servidores que atuam nos setores de contabilidade e controle interno, visando sua qualificação e especialização.
- Orientar os contabilistas, para que, ao produzirem informações objetivando subsidiar os gestores para a tomada de decisões, bem como, informar aos demais destinatários das informações contábeis (controle social, legislativo e demais partes interessadas), que as produzam em linguagem adequada de acordo com a capacidade de compreensão de cada usuário. Para usuários que não dominam a linguagem contábil, que sejam extraídas informações dos demonstrativos e relatórios contábeis de propósito geral em linguagem e formato simplificado (gráficos, tabelas, notas explicativas), permitindo sua adequada compreensão.
- Recomendar aos gestores municipais, que adotem soluções informatizadas integradas (a exemplo do que ocorre na iniciativa privada com seus ERPs - *Enterprise Resource Planning*), de forma que sistemas estruturantes estejam integrados ao Siafic (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle), nos termos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos e prazos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 10.540/2020, preferencialmente com processos administrativos eletrônicos, estruturados e integrados aos sistemas estruturantes e ao Siafic.
- Recomendar aos gestores públicos, que adotem políticas de investimentos em infraestruturas tecnológicas (hardwares, redes, sistemas de backups, etc.) garantindo os recursos necessários para atuação dos setores de



contabilidade e controle interno, bem como, a segurança das informações e sistemas informatizados. E ainda, que instituem comitê gestor de informática, zelando pela política de segurança em tecnologia, pela observância à Lei Geral de Proteção de Dados, pelo bom funcionamento dos serviços de tecnologia (infra estrutura e sistemas), dentre outros.

- Recomendar aos contabilistas, que produzam informações tempestivas, preferencialmente em tempo real, com utilização de soluções tecnológicas integradas ou que se comuniquem com seu SIAFIC (ferramentas de *Business Intelligence*) oferecendo aos gestores e demais usuários tomadores de decisões, informações objetivas, prospectivas, em formatos de fácil leitura e compreensão (fluxos de caixa por fonte de recursos, ordem cronológica de pagamentos, execução financeira de contratos, comportamento da dívida fluante, dentre outros exemplos).
- Recomendar aos gestores municipais e controladores internos, que definam procedimentos e prazos para que o fluxo de informações com repercussão nos serviços de contabilidade ocorra de forma adequada nos diversos setores da administração municipal (seja pela tramitação de informações sem processos físicos, seja pela alimentação de sistemas informatizados), de forma que os registros contábeis ocorram em tempo hábil para o seu processamento e geração dos resultados esperados.
- Orientar os contabilistas, para que adotem as ações necessárias para implementação integral dos procedimentos contábeis patrimoniais ainda não implementados, bem como, todos os procedimentos necessários para a correta observância às NBC TSP.
- Recomendar aos contabilistas e controladores internos – considerando os comentários relacionados à fidedignidade das informações produzidas, no sentido de que os sistemas de informação não estão isentos de erros – que validem as informações produzidas pelos sistemas informatizados, buscando corrigir eventuais erros e distorções antes que as informações contábeis sejam divulgadas e levadas à efeito nas prestações de contas.
- Recomendar aos gestores, contabilistas e controladores, que ofereçam capacitações para os integrantes dos conselhos municipais, estimulando e



facilitando a compreensão das informações que lhes são disponibilizadas para o exercício de suas atividades de controle social.

- Recomendar aos gestores municipais, contabilistas e controladores internos que mantenham os cadastros de unidades gestoras e responsáveis atualizados no CidadES (nos termos dos artigos 5º e 6º da IN TC nº 68/2020), em especial, com endereços de e-mails institucionais, facilitando a comunicação da Corte de Contas com os respectivos responsáveis, evitando e atrasos nas comunicações oficiais.

Por fim, ainda na percepção dos gestores, contabilistas e controladores internos que participaram do levantamento, algumas ações, se adotadas pelo Tribunal de Contas, teriam igualmente o potencial para contribuir no processo de melhoria da governança contábil nos municípios, refletindo conseqüentemente na melhoria da qualidade da informação contábil.

Dentre elas, destacam-se:

- Fixar prazo limite para promover alteração nas normas regulamentadoras que tem reflexo direto no processo de prestação de contas dos jurisdicionados ao Tribunal. Como exemplo: alterações nos arquivos estruturados exigidos nas prestações de contas nos diversos módulos do CidadES. Esse prazo, se fixado, deve considerar o tempo necessário para que os jurisdicionados e seus fornecedores de sistemas consigam se adaptar para atender as alterações propostas.
- Reduzir redundâncias eventualmente existentes nas prestações de contas, simplificando ao máximo as exigências para cumprimento de obrigações acessórias.
- Permitir, quando possível, a retificação de informações homologadas, desde que não comprometam a integridade dos dados, nem as atividades de controle concomitantes.
- Produzir e publicar vídeos explicativos orientando as operações básicas dos sistemas adotados pelo TC (CidadES e e-TCEES), bem como, orientações de



caráter técnico, quando possível, contribuindo para uma melhor compreensão do processo de prestação de contas.

- Aperfeiçoar o planejamento das fiscalizações, em especial aquelas realizadas sob a modalidade “levantamento”, considerando que o excesso de questionários tem sobrecarregado os gestores e servidores municipais inviabilizando o atendimento às obrigações acessórias regulares, bem como, às extraordinárias, como é caso dos levantamentos. Sugere-se limitar o quantitativo dessas fiscalizações e realizá-las em períodos que não coincidam com o início e encerramento de exercícios, nem com o período de envio das prestações de contas anuais.
- Reavaliar a estratégia adotada no que se refere à implementação imediata de todas as alterações promovidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN nos manuais de contabilidade aplicada ao setor público e de demonstrativos fiscais. Sugere-se promover uma discussão interna e externa (com os jurisdicionados) para definir qual a melhor solução entre promover todas as alterações necessárias no CidadES imediatamente após as alterações promovidas pela STN ou definir uma “data de corte” para implementar as atualizações.
- Evoluir a metodologia de atendimento aos jurisdicionados, especialmente no que se refere à harmonização e padronização (quando possível) das respostas aos questionamentos oferecidos, evitando-se respostas divergentes para a mesma situação-problema. Eventualmente uma estrutura especializada e hierarquizada para atendimento aos questionamentos apresentados.
- Avaliar a possibilidade de se instituir uma modalidade simplificada de atendimento a consultas e dúvidas corriqueiras dos jurisdicionados, relacionadas a temas de menor complexidade, à exemplo da estratégia adotada para esclarecimento de dúvidas relacionadas à gestão no período de pandemia.
- Avaliar a possibilidade de estabelecer uma parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo e com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo para adoção de estratégia visando estimular a



institucionalização de carreiras específicas para contadores públicos nos municípios capixabas.

- Avaliar a possibilidade de instituir um curso de especialização *latu sensu*, via Escola de Contas Públicas, voltado para a formação continuada de contabilistas, controladores internos e gestores públicos.

5. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Além dos objetivos previstos no art. 191, IV, do Regimento Interno do TCE-ES, a presente fiscalização tem o propósito de subsidiar e contribuir para o alcance dos resultados pretendidos no projeto estratégico Qualidade da Informação Contábil - *Quali.Contas* que, conforme apresentado na inicial, tem por escopo “*Promover ações coordenadas para promoção da melhoria da qualidade das informações contábeis prestadas pelos municípios ao TCEES por meio do módulo do CIDADES CONTAS*”, e por objetivo “*Melhoria das informações contábeis prestadas pelos jurisdicionados municipais ao Tribunal de Contas, por meio diagnóstico da estrutura dos departamentos de contabilidade, elaboração de um índice de qualidade da informação contábil prestada, implementação uma ação motivadora por meio de uma premiação e promover o compartilhamento e troca de informações em um grupo técnico.*”

O resultado do presente levantamento nos apresenta um diagnóstico preciso do estágio de governança contábil nos municípios, em especial no que se refere ao ambiente de trabalho, estruturas físicas, tecnológicas e de pessoal, qualificação e iniciativas voltadas para a capacitação continuada, percepção dos gestores quanto à qualidade e importância das informações contábeis, dentre outros aspectos.

Conhecendo o resultado da pesquisa e cientes de grandes oportunidades de melhorias que se apresentam, entendemos que essa Corte de Contas pode contribuir significativamente para estimular significativos avanços ainda possíveis na governança contábil dos municípios, incentivando e apoiando (dentro dos limites de suas competências constitucionais) as iniciativas apontadas e sugeridas neste relatório, as quais certamente refletirão na melhoria da qualidade da informação contábil dos municípios capixabas.



Ante ao exposto, propõe-se a utilização dessas informações pela Corte de Contas quando da elaboração de seus instrumentos de planejamento de forma que eventuais ações factíveis sejam adotadas visando o aprimoramento do controle externo.

Propõe-se ainda:

- a) Que seja dada ampla publicidade ao resultado deste levantamento, inclusive encaminhando cópia do presente relatório e decisão final para os gestores, contabilistas e controladores internos municipais.
- b) O arquivamento dos presentes autos.

Vitória (ES), 14 de julho de 2022.

ROMÁRIO FIGUEIREDO

Auditor de Controle Externo
Supervisor da fiscalização
Matrícula: 203.207

RODRIGO LUBIANA ZANOTTI

Auditor de Controle Externo
Líder da equipe
Matrícula: 203.233

LÚCIA MARIA DA SILVA

Auditora de Controle Externo
Membro da equipe
Matrícula 203.195



